

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOSE CARLOS DE SOUSA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR
NO PIAUI: DE 1939 A 1975**

TERESINA-PIAUI
2010

JOSE CARLOS DE SOUSA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR
NO PIAUÍ: DE 1939 A 1975**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes.

TERESINA- PIAUÍ
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco

S725h **SOUSA, José Carlos de**

A História da Educação Física como disciplina escolar no Piauí: de 1939 a 1975 José Carlos de Sousa. – Teresina, 2010.
111f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Piauí,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.
Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes

1. Educação Física, disciplina escolar - Piauí – História 2. Professores de
Educação Física - Formação I. Título

CDD 796.407
372.86

JOSE CARLOS DE SOUSA

**A HISTÓRIA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO
PIAÚ: DE 1939 A 1975**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes

Aprovado em 28 de maio de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Drº Antonio de Pádua de Carvalho Lopes
Orientador - UFPI

Prof. Drº Luis Carlos Sales
Examinador Interno - UFPI

Profº Dr. Marcelo de Sousa Neto
Examinador Externo - UESPI

TERESINA-PIAUI
2010

DEDICATÓRIA.

Dedico esta vitória a minha Mãe, Maria de Lourdes Sousa (em eterna memória, sempre presente), exemplo de luta, fé e amor. Pessoa que eu queria tanto ter ao meu lado nessa conquista.

A minha esposa, eterna namorada e companheira. Muito obrigado pela compreensão dos momentos de ausência e das dificuldades que atravessamos neste difícil, porém, necessário caminho para a concretização dos NOSSOS sonhos. MAJACI, TE AMO.

Aos meus irmãos e irmãs Francisco das Chagas (Manin), Silvestre, Manoel Messias, Assunção, Silvana e especialmente a Maria das Graças (Dadá) que hoje se encontra, imagino, em um “plano” superior ao nosso.

Ao meu filho Danilo, que com paciência, admiração, acompanhou e aguardou este momento com ansiedade.

AGRADECIMENTOS

No decorrer destes últimos dois anos e meio foram muitos os amigos alguns novos, outros reafirmando a cada dia a velha amizade que contribuíram para a efetivação deste trabalho. Gostaria de destacar a participação de alguns destas pessoas especiais e agradeço:

A Deus, pela sua bondade infinita, por todas as oportunidades de aprendizagem pessoais e profissionais, e por tudo que nos tem proporcionado ao longo de nossa história de vida.

Ao Prof. Dr. Antonio de Pádua de Carvalho Lopes, mais que um orientador, um verdadeiro amigo nesta minha caminhada acadêmica. Agradeço pela dedicação, paciência, confiança e incentivo que foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

A professora Amparo Ferro, que na disciplina História da Educação após minha angústia no processo de mudança de objeto de estudo, indicou com sua notável erudição alguns caminhos seguros para que eu, na condição de um inexperiente aprendiz, pudesse percorrer. Meus sinceros agradecimentos por essa lição.

Aos demais professores do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí vocês foram muito importantes para essa minha caminhada especialmente a professora Dr^a Ivana Ibiapina e a Prof^a Dr^a Carmem Lúcia Cabral e ao professor Dr. Luis Carlos pela relevante contribuição na fase de qualificação.

Aos professores do Departamento de Educação Física da Ufpi, David Emérito pela relevante contribuição nesta caminhada e especialmente a professora Ana Maria Rodrigues da Silva desde o meu ingresso no Mestrado com as relevantes contribuições na elaboração do projeto de pesquisa ao exame de qualificação me auxiliou a mergulhar com maior precisão neste instigante mundo da pesquisa. Muito obrigado pelos ensinamentos.

Aos meus colegas de turma do Mestrado, Cleire, Jurandir, João Batista, Renata, Adriana Ferro, Mônica Dutra, Rosângela, Marlinda e Robert Mauricio amigo da 17^a turma companheiro de grande jornada pela defesa da Educação Física com os quais pude dividir momentos de dúvidas, certezas, angústias e realizações.

A Universidade Estadual do Piauí instituição pelo qual trabalho a oportunidade dada para a nossa formação continuada como professor pesquisador, especialmente aos amigos professores, diretores e funcionários do campus Dr^a Josefina Demes pelo incentivo e a alegria de compartilhar comigo mais esta vitória na minha vida acadêmica.

A Secretaria Estadual de Educação do Maranhão e o Centro Integrado de ensino Eugenio Barros pelas condições oportunizadas e pelo investimento feito para a efetivação da nossa qualificação profissional docente.

Aos três professores interlocutores da pesquisa essenciais para a realização deste estudo, que não foram objeto, mas sim os sujeitos desta pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Foto 1	60
Foto 2	61
Foto 3	63
Foto 4	66
Foto 5	104
Foto 6	105

SOUSA, José Carlos de. **A história da Educação Física como disciplina escolar no Piauí: 1939-1975**, 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010

RESUMO

Esta é uma pesquisa documental, de cunho histórico, tendo como objeto central de investigação a história da Educação Física como disciplina nas escolas públicas do Piauí, no período de 1939 a 1975, e a constituição do seu corpo docente. A Educação Física Escolar foi inserida como disciplina nas matrizes curriculares no Brasil no século XX, por volta do ano de 1929, sendo que no Piauí a inserção da Educação Física nas Escolas ocorreu a partir de 1939, pelo decreto lei 168, de 3 de Abril de 1939, publicado no Diário Oficial do Estado nº 77, que criou a Inspetoria de Educação Física do Estado do Piauí e incluiu a Educação Física diretamente subordinada ao Departamento de Ensino. A delimitação inicial do recorte temporal dessa pesquisa justifica-se pela inserção, em 1939, da disciplina Educação Física no currículo escolar piauiense. O recorte final, em 1975, foi definido considerando o início da formação da primeira turma de professores de Educação Física da Universidade Federal do Piauí. Nosso trabalho procura contribuir com os estudos relacionados à história da educação física, analisando como ocorreu a inserção da disciplina Educação Física e a formação dos professores dessa disciplina no contexto da escola pública no Piauí. Foram interpretados os relatórios, regulamentos, regimentos e decretos de ensino referentes à instrução pública da época. Além desses documentos, utilizamos fontes orais através de entrevista tópica e semi-estruturada. Foram escolhidos três professores de Educação Física, que participaram, contribuíram e vivenciaram o período da construção da Educação Física no Piauí. A pesquisa fundamentou-se em obra teórico-metodologicamente da História da Educação Física, em Norbert Elias (1994), Jacques Le Goff (1996), Marinho(1943, 1952, 1956 e 1980), Ferreira Neto (1996), Pagni(1996), Castellani Filho (1996) e outros. Tratando da periodização da Educação Física como disciplina, no Piauí, buscamos dialogar com o Trabalho de dissertação de Araújo(1996) e Tese de doutorado de Melo(2009).Este estudo se apresenta em três capítulos: o primeiro trata do percurso histórico da Educação Física, a partir da historiografia da Educação Física no Brasil, observando a construção da periodização da disciplina, a caminhada da educação física sob a égide de sua legalidade. O segundo discute e analisa como se configurou a inserção da disciplina Educação Física no contexto das escolas públicas no Estado do Piauí, apontando indícios que explicam as contradições que marcaram a inserção dessa disciplina nas referidas escolas. O terceiro analisa a formação do professor de Educação Física desde os cursos promovidos pela Escola Nacional de Educação Física, pelo curso especial de Educação Física da Inspetoria de Educação Física, no período de 1939 a 1945, pela Escola de Educação Física do Exército e pelos cursos emergenciais, no período da ditadura militar, até o curso de Educação Física na modalidade licenciatura curta da Universidade Federal do Piauí. E, por fim, é imprescindível reconhecermos que o universo da História é uma história reinventada, fixando os olhos no presente, indagando o passado. O que se pretendeu neste trabalho de pesquisa foi verificar e responder o nosso questionamento como se deu a configuração da educação física no Piauí. Concluímos que não foi diferente do restante do Brasil, do ponto de vista da legalidade, mas diferente na sua legitimidade.

Palavras-chave: *Historia da Educação Física , Educação Física Escolar.Formação de Professores.*

SOUSA, José Carlos de. History of the Physical Education subject of school in Piauí: 1939-1975, 2010. 115s. Dissertation (Master Degree in Education) – Universidade Federal of Piauí, Teresina, 2010

ABSTRACT

This research is documental, of historical feature, it has as main objective to investigate the history of the Physical Education as subject in the public schools of Piauí, in the period between 1939 and 1975, and the constitution of its teachers. The School Physical Education was inserted as subject in the curriculum matrixes in Brasil in XX century, next to the year of 1929, and in Piauí the inclusion of the Physical Education in the schools occurred since 1939, through the decree law 168, of April 3 of 1939, published in the Oficial Daily of the State n. 77, which created the Inspection of Physical Education of Piauí State and it included Physical Education directly subordinated to the Teaching Department. The initial delimitation of the temporal Mark of this research it's justified for the inclusion, in 1939, of the Physical Education subject in the Piauiense school curriculum. The final mark, in 1975, was defined considering the beginning of the formation of the first class of Physical Education of the Universidade Federal of Piauí. This paperwork intends contribute with the studies related to history of physical education studies, analyzing how the inclusion of the Physical Education subject occurred and the formation of the teachers of that subject in the context of the public school in Piauí. Reports were interpreted, as well as regulations, regiments and decrees of teaching referring to the public education of that period. Besides these documents, oral sources were used through topic and semi- structured interview. Three Physical Education teachers were chosen who participated, contributed and experimented the period of the construction of the Physical Education in Piauí. The research was based on theoretical and methodologically of the History of Physical Education, by Norbert Elias (1994), Jacques Le Goff (1996), Marinho(1943, 1952, 1956 and 1980), Ferreira Neto (1996), Pagni(1996), Castellani Filho (1996) and other ones. Treating of the period of the Physical Education as subject, in Piauí, we intended to dialog with the dissertation by Araújo(1996) and Doctoral Thesis by Melo(2009). This study contains three chapters: the first one treats the historical trajectory of the Physical Education, apart the history of the Physical Education in Brasil, observing the construction of the period line of the subject, the way of the physical education under the domain of its legalization. The second one discusses and analyzes how was the configuration of inclusion of the Physical Education subject in the context of the public schools in Piauí State, pointing signs that explain the contradictions that marked the insertion of that subject in the mentioned schools. The third chapter analyzes the formation of the Physical Education Teacher since the courses done by the National School of Physical Education, by the especial course of Physical Education of the Inspection of Physical Education, in the period of 1939 to 1945, by the Physical Education School of the Army and by the emergency courses, in the dictatorial military period, until the Physical Education course in the modality short degree of the Universidade Federal of Piauí. And, at last, it's necessary to comprehend that History universe is a reinvented history, pricing the eyes in the present, asking the past. What it was intended in this paperwork was to verify and answer the question about how the configuration of physical education in Piauí happened. We conclude it wasn't different from the rest of Brasil, from the standpoint of the legality, but different in its legitimacy.

Keywords: History of Physical Education, School Physical Education. Formation of Teachers.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	05
AGRADECIMENTOS	06
LISTAS DE ILUSTRAÇÕES.....	07
RESUMO.....	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	13
Capítulo I.....	16
1.1 - A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: a construção da periodização e enfoque sobre a disciplina	16
1.2 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA CAMINHADA: a legislação e a incorporação da Educação Física na organização dos sistemas escolares	20
1.3 - A formação de professores de educação física no Brasil.....	37
1.4 - A Educação Física na Legislação Brasileira	44
Capítulo II.....	46
2 – A INSERÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PIAUÍ.....	46
2.1.- A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1939 A 1945: Implantação da Disciplina Educação Física no Currículo Escolar	50
2.2 – A construção do trabalho docente do professor de Educação Física na Legislação Piauiense prescrição de uma prática	51
2.3. – A organização do ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares no Estado do Piauí.....	53
2.4. - Educação Física no período de 1945 a 196: o vazio no campo da Educação Física Escolar.....	64
2.5.- Educação Física no período de 1961 a 1975: a obrigatoriedade da disciplina Educação Física.....	68

2.6 – O percurso histórico da Educação Física e sua relação com a construção do conhecimento.....	70
2.7 – Educação Física: a construção do conhecimento no contexto escolar	72
Capítulo III	74
3.1 -A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: da professora normalista especializada ao licenciado	74
3.2 – Periodização dos Cursos Especiais de Educação Física: 1939-1969.....	74
3.3 – Primeiras turmas do Curso Especial Normal em Educação Física no Piauí	77
3.4 – Curso de formação emergencial de professor de Educação Física 1969 a 1974	94
3.5. – Curso de Educação Física na Universidade Federal do Piauí	98
CONCLUSÃO.....	106
REFERENCIAS.....	109
FONTES ORAIS.....	109
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é uma pesquisa documental, de cunho histórico, tendo como objeto central de investigação a história da Educação Física como disciplina nas escolas públicas do Piauí, no período de 1939 a 1975, e a constituição do seu corpo docente.

A Educação Física Escolar foi inserida como disciplina nas matrizes curriculares no Brasil no século XX, por volta do ano de 1929, sendo que no Piauí a inserção da Educação Física nas Escolas ocorreu a partir de 1939, pelo Decreto-lei 168, de 3 de Abril de 1939, publicado no Diário Oficial do Estado nº 77, que criou a Inspeção de Educação Física do Estado do Piauí e incluiu a Educação Física diretamente subordinada ao Departamento de Ensino. Essa inspeção tinha por finalidade “difundir, regulamentar e controlar a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino e manter um curso especial com o fim de habilitar o professor ao ensino da mesma disciplina” (PIAÚÍ, 1939).

Para a concretização desta pesquisa de mestrado percorreu-se um longo caminho, cheio de desafios, que exigiu questionamento em busca de descobrir o referido objeto de estudo. Dessa forma, nosso objetivo inicial era “*Representação Social dos alunos sobre a Educação Física como disciplina no ensino fundamental em escolas públicas de Teresina*”. Após seis meses cursando as disciplinas do Mestrado, optou-se por uma reformulação, ou seja, construção de um novo projeto que causou angústia em definir um novo objeto de estudo, dentro da historiografia da Educação Física, sendo que, diante de muitas inquietações somente após dois semestres cursando as disciplinas, é que definiu-se o presente objeto de estudo: *A História da Educação Física no Piauí no período temporal de 1939 a 1975*.

A delimitação inicial do recorte temporal dessa pesquisa justifica-se pela inserção, em 1939, da disciplina Educação Física no currículo escolar piauiense. O recorte temporal final, em 1975, foi definido considerando o início da formação da primeira turma de professores de Educação Física da Universidade Federal do Piauí.

Este trabalho surgiu com o intuito de contribuir com os estudos relacionados à história da Educação Física, procurando analisar como ocorreu a inserção da disciplina Educação Física e a formação dos professores dessa disciplina no contexto da escola pública no Piauí. Com isso, procuramos abordar a Educação

Física em uma perspectiva diacrônica, no intuito de explorar suas transformações, rupturas e permanências ao longo do processo de sua inserção nas instituições primárias e secundárias no período de 1939 a 1975.

Para melhor compreensão dos diferentes aspectos que influenciaram a inserção da educação física nas escolas e, principalmente, dos exercícios físicos e da ginástica, se faz importante interpretar os relatórios, regulamentos, regimentos e decretos de ensino referentes à instrução pública da época analisada, procurando evidenciar, através deles, a inserção da disciplina Educação Física no contexto das instituições públicas no Piauí, no período de 1939 a 1975.

Além dessa técnica foi utilizada como instrumento para essa pesquisa a técnica de entrevista tópica e semi-estruturada que, segundo Abramo Perseu (1979, p.182), é aquela em que “o entrevistador apresenta gradativamente itens verbais relacionados com o tema geral e o entrevistado responde aos itens apresentados pelo entrevistador [...] a fim de conduzir a entrevista com o objetivo de se obter dados e esclarecimentos acerca do tema pesquisado”. Para tanto foram escolhidos três professores de Educação Física que participaram, contribuíram e vivenciaram no período das décadas analisadas a construção da Educação Física no Piauí. É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas com três professores, considerando a disponibilidade e o interesse dos mesmos em participar do trabalho respondendo as questões levantadas pelo pesquisador no sentido de contextualizar a periodização analisada.

Com este corpus documental escrito, produzido por governos, inspetores e professores, bem como com o documento oral, buscou-se evidências nos discursos que nos possibilitaram entender como eram tratadas as questões afeitas à educação física, seja do ponto de vista da cultura corporal, da moral cívica, seja a própria inserção da disciplina educação física nas escolas. Assim, ao se levantarem as questões relacionadas à história da inserção da educação física como disciplina escolar no currículo, sentimos a necessidade de dialogar com o referencial teórico constituído, principalmente, pelos autores Norbert Elias (1994) e Jacques Le Goff (1996).

Embora com pouca documentação preservada, acredita-se que em nosso trabalho de pesquisa temos grande possibilidade de sistematizar uma história da Educação Física no Piauí, pois segundo Le Goff (1996):

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Contudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas(LE GOFF, 1996, p.540).

Na pesquisa buscou-se realizar um diálogo com os escritos encontrados no Arquivo Público do Estado do Piauí. Segundo Le Goff (1996), o objetivo da análise dos escritos é identificar nos documentos informações que sirvam de subsídios para responder algumas questões da pesquisa. Ainda segundo Le Goff(1996,541):

Documento, “não é alguma coisa que fica por conta do passado é produto da sociedade que o fabricou, segundo relação de força, onde mais uma vez se apresenta a questão do poder”. Se reportando a símbolos, na verdade sinais sociais, a memória seria pois um sistema simbólico, expresso na interação da linguagem como o tempo e o espaço(LE GOFF, 1996. P.541)

Para analisar os documentos nos apropriamos do conceito de configuração de Nobert Elias (1994), que permitiu elaborar uma reflexão sobre o poder e a relação entre o indivíduo e a sociedade. Elias (1994) considera como campo de estudo da sociologia as configurações de seres humanos interdependentes, afirmando que o conceito de configuração se refere a um padrão mutável criado na relação entre indivíduos e sociedade. As configurações se formam necessariamente pela interdependência dos indivíduos em sociedade e podem ser marcadas por uma figuração de aliados ou de adversários.

Fez-se também uma revisão da literatura sobre a história da Educação Física. Como critério para a escolha dos textos considerou-se as contínuas aparições nas bibliografias dos artigos, livros e dissertações analisadas. Tem-se consciência que a revisão não exaure a escrita sobre a temática, nem é esse o objetivo que aqui se delineia. Quer-se apenas, com essa análise, verificar através de amostra significativa de textos como a perspectiva do desenvolvimento histórico da educação física foi e é trabalhada. Este trabalho não tem a intenção de transformar as informações obtidas, através da revisão de literatura, em uma verdade absoluta sobre a história da Educação Física.

Mais do que a identificação de um determinado modelo figuracional, esta pesquisa pretende apresentar dois aspectos de grande relevância para a história da Educação Física do Piauí: primeiro como se deu a inserção da disciplina Educação

Física no contexto escolar nas instituições públicas piauienses; segundo, como ocorreu a formação de professores para lecionar a disciplina Educação Física.

Para tanto, como já se afirmou, procedeu-se a uma análise documental das fontes preservadas no Arquivo Público do Estado do Piauí. Com este fim recorreremos a vários documentos para obtermos informações de diferentes naturezas com o objetivo de proceder a análise do tema pesquisado.

Procurou-se localizar nos documentos analisados, preservados no Arquivo Público do Piauí, informações sobre a Educação Física e sua inserção como disciplina no contexto das instituições públicas escolares.

Os dados coletados foram obtidos de fontes tais como, Diário Oficial do Estado e da União, registros escritos, relatórios de governo, planos e propostas de desenvolvimento pedagógico, que foram fotografados, digitalizados e posteriormente analisados.

Este estudo se apresenta em três capítulos, que estão assim distribuídos: o primeiro capítulo trata do percurso histórico da Educação Física, a partir da historiografia da Educação Física no Brasil, observando a construção da periodização da disciplina, a caminhada da educação física sob a égide de sua legalidade.

O segundo capítulo discute e analisa como se configurou a inserção da disciplina Educação Física no contexto das escolas públicas do Estado do Piauí, apontando indícios que explicam as contradições que marcaram a inserção dessa disciplina nas referidas escolas.

O terceiro, capítulo analisa a formação do professor de Educação Física desde os cursos promovidos pela Escola Nacional de Educação Física, pelo curso especial de Educação Física da Inspeção de Educação Física, no período de 1939 a 1945, pela Escola de Educação Física do Exército, pelos cursos emergenciais, no período da ditadura militar, até o curso de Educação Física na modalidade licenciatura curta e plena da Universidade Federal do Piauí.

1.1 - A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: a construção da periodização e o enfoque sobre a disciplina

As sociedades se modificam à medida que os valores vão sendo alterados, pois vive-se em constante transformações. Desse modo, o indivíduo vai transformando-se e como ser social busca formas de modificar sua relação com o mundo. A Educação Física, como área do conhecimento, influi diretamente na transformação e formação do indivíduo. Assim, considera-se importante analisar a história da Educação Física no Brasil.

Mesmo considerando o acima exposto, a história da Educação Física no Brasil está intimamente ligada à política educacional. Ao longo de sua história, a Educação Física contou com a contribuição de setores diferenciados da sociedade como os colonos, imigrantes, militares, isto em diferentes momentos e partes do país, que com suas ações proporcionaram lazer, formação corporal e disciplina, utilizando jogos, exercícios físicos, recreações e competições. É, por isso, que a pesquisa concentrou-se na análise da legislação que configurou a educação física como disciplina escolar e a formação de seus professores no período analisado.

Analisando a historiografia da Educação Física, Souza Junior (2005) afirma que ela configura-se historicamente em quatro grandes momentos: o primeiro caracterizado, por uma História dos ideários Pedagógicos, tendo como grande proeminente Fernando de Azevedo (1960) e a obra *“educação física: o que é o que tem sido e o que deveria ser”*.

O segundo momento configurado como História Oficial e episódica, tem em Marinho (1943), seu grande representante, com duas importantes obras: *Contribuição para a história da Educação Física no Brasil* (1943) e *História Geral da Educação Física* (1980). Essa história da educação Física faz estudos de longos períodos a partir de documentos oficiais e coletados principalmente em um único local: os arquivos da Biblioteca Nacional.

No terceiro momento, a educação física se fundamenta na concepção de História Marxista, tendo como autor e como obra de maior destaque,

respectivamente, Lino Castellani Filho, com o trabalho *Educação Física no Brasil: A história que não se conta* (1988). Essa historiografia da Educação Física procura reescrever a história, a partir, principalmente, da identificação das relações socioeconômicas, objetivando opor-se a uma narrativa que apenas descreve e agrupa os acontecimentos, procurando interpretar os fatos diante de um movimento de resistência da valorização da disciplina Educação Física nos currículos escolares da época.

Segundo Ferreira Neto (1995) “A história nessa perspectiva acontece e é escrita como expressão das relações sociais que, por sua vez, são consideradas reflexo do modo de produção da história da Educação e da Educação Física no Brasil” (1995, p. 26).

Sousa Júnior (2005) destaca o quarto momento no qual os trabalhos se voltam para uma perspectiva da Nova História, reconhecendo que toda atividade humana tem história. Escrever sobre História, seja de um determinado tema, objeto, tempo ou mesmo a partir de determinadas fontes, implica sempre um recorte intencional, principalmente em função da delimitação de um problema.

Para Marinho (1980, p.17), a História é “o conhecimento do passado” que tem como objeto o “fato histórico” – compreendido como todo fato humano que possa ser entendido numa relação de causa e efeito e repercute na sociedade. Para o referido autor, o “método” consiste na ordenação e seriação dos dados de acordo com as leis estabelecidas a partir de uma cadeia causal. Considera ainda a História como “ciência moral”. Quanto às suas relações com a Educação Física, afirma que “a história da Educação Física [analogamente à História da Educação] traduziu o estudo dos principais sucessos relacionados aos exercícios físicos, considerados no tempo e no espaço”. No que diz respeito à sua utilidade, o autor afirma:

[...] uma consciência de si mesmo. De sua força, de sua originalidade, e, por isso é uma verdadeira memória coletiva, nos ensina o respeito pelo passado e nos fornece um poderoso estimulante para o futuro, trazendo com isso uma intenção ou contribuição de caráter nitidamente moral(MARINHO, 1980, p.17).

Segundo Pagni (1995), a história da Educação Física vem se consolidando nos últimos anos como uma disciplina e como um dos possíveis campos de pesquisa, assim como vem sendo objeto de debates. Diante do crescente interesse

que a História da Educação Física vem suscitando, faz-se oportuno uma reflexão sobre a sua construção dentro do contexto social, como disciplina curricular e sobre sua produção acadêmica.

Pagni(1995) afirma que mais do que relatar e mapear as publicações sobre a História da Educação Física, é necessário problematizá-las diante de algumas questões que afligem a atividade de pesquisa do historiador e a discussão historiográfica em geral.

Na perspectiva de realizarmos a análise da historiografia sobre o tema selecionamos para sua realização publicações de autores que além de desenvolver estudos em História da Educação Física, tem forte ligação com o seu processo de implantação e de institucionalização enquanto disciplina nos cursos de Educação Física, e como disciplina nas escolas públicas. Deste modo, foram escolhidos para ser objeto de diálogo e análise autores como: Inezil Penna Marinho (1943, 1952, 1956 e 1980), Amarílio Ferreira Neto (1996), Pedro Ângelo Pagni (1996), Lino Castellani Filho (1996) e outros. Tratando da periodização da Educação Física como disciplina no Piauí, buscamos dialogar com o Trabalho de dissertação de Araújo (1996). Esses autores representam uma amostra significativa da pesquisa em História da Educação Física como disciplina e de seus principais problemas. Auxiliou-nos, também, Melo (2009) com a discussão sobre festas escolares no Piauí.

No caso da nossa pesquisa, o recorte dado configura-se como um risco, pois escrever sobre a história de determinado componente curricular dentro de um período grande significa passar por cima de fatos e complexidades que não acabam neste espaço temporal de análise. No entanto, algumas dessas complexidades serão tratadas, em seguida, para deixar claro, a posição aqui defendida diante dos riscos que se corre ao escrever esta pesquisa.

A própria concepção e escrita da História seriam uma dessas complexidades, que nesse momento merecem alguns rápidos esclarecimentos.

É importante se destacar que a História deve ser compreendida como um processo de construção ou desconstrução de sentidos e significados, já que o acontecimento como está no passado é uma referência gnoseológica (validade do conhecimento), ontologicamente impossível de ser apreendido, não existindo assim uma verdade a ser alcançada. É importante ainda destacar que os documentos

utilizados nesta pesquisa, com a função de escrever, de narrar os fatos, são também expressões de uma construção, portanto também uma representação, e de uma configuração, não o fato em si. E, por fim, é imprescindível reconhecer que se trata de uma história reinventada, o qual fixa os olhos no presente.

Dados esses esclarecimentos, informa-se que, evidentemente, procurou-se não se deter nos estudos históricos como memorização factual, cronológica ou mesmo dos personagens presentes nos documentos analisados. Procurou-se verificar, identificar evidências encontradas pelos historiadores, que nos eram referência para a análise da trajetória da Educação Física na escola Brasileira e no Piauí.

Souza Junior (2005) afirma que outro elemento de complexidade da historiografia da Educação Física é que muitas vezes, na História da Educação Física observa-se registros das práticas corporais (ginástica), essas como dimensões das manifestações culturais da humanidade, expressando episódios da história desse componente curricular. E, no entanto, essa história, necessariamente, não expressa à história de seus saberes escolares. A escolarização das práticas corporais mantém relação de fato com essas dimensões da cultura humana, mas, como mostra a História, é necessário perceber e compreender as particularidades dos diferentes tempos e espaços sociais.

Para Sousa Junior (2005), a História das práticas corporais não se confunde, ou não coincide com a História da Educação Física: mesmo mantendo relações entre si, essas Histórias possuem características peculiares a cada espaço social e a cada época, assim como a cada fato constatado nos documentos encontrados no arquivo público do Piauí no período delimitado para pesquisa desse trabalho.

Portanto, vale o esclarecimento de que a história aqui relatada pode ser considerada um dos possíveis olhares para a História da Educação Física na escola brasileira e piauiense. Mesmo nos apoiando em estudos sobre as tendências, histórica da educação física e correndo o risco de, por vezes, escrever uma História Oficial e Episódica, no estilo de Inezil Penna Marinho (1943), pretendeu-se escrever uma história configuracional da inserção da disciplina Educação Física, na escola pública no Piauí.

1.2 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA CAMINHADA: a legislação e a incorporação da Educação Física na organização dos sistemas escolares.

No sentido de compreender a incorporação da Educação Física nos setores burocráticos dos sistemas escolares, fez-se necessário percorrer a “historiografia”. Por historiografia, entendemos o conjunto de trabalhos escritos, publicados em livros, revistas, dissertações e teses, produzidos no âmbito da história da educação física.

Ferreira Neto (2002) afirma que a inclusão da Educação Física oficialmente na escola ocorreu no Brasil ainda no século XIX, precisamente 1851, com a reforma Couto Ferraz, embora a preocupação com a inclusão de exercícios físicos, na Europa, remonte ao século XVIII, com Guths, Rosseau, Pestalozzi e outros. Três anos após a aprovação da reforma no ensino primário e no secundário, em 1854, a ginástica passou a ser uma disciplina obrigatória no primário e a dança no secundário.

Darido (1999) afirma que em 1882, Rui Barbosa, deu seu parecer sobre a reforma de Leôncio de Carvalho (1879), que defendia a inclusão da ginástica nas escolas, recomendando que a ginástica fosse obrigatória para ambos os sexos e oferecida nas escolas normais, destacando a equiparação do professor de ginástica aos demais professores e a importância de um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual.

Brito (1996) afirma que no Piauí, esta obrigatoriedade aparece claramente delineada na organização do ensino, através da Reformas de 1910, Lei 565 e em 1947, Decreto-Lei nº 1306/46 e nº 1402/47.

Betti (1991) afirma que apenas a partir de 1930 vários estados da federação começaram a realizar suas reformas educacionais e incluir a Educação Física com essa denominação, em substituição à “ginástica”. A partir de meados da década de 30 a concepção dominante na Educação Física era calcada na perspectiva higienista. Nesta, a preocupação central era com os hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício físico.

Marinho (1943) afirma que no início do século passado, em função da necessidade de sistematizar a ginástica na escola, surgem os métodos ginásticos. Os principais métodos foram propostos pelo sueco P.H. Ling, pelo francês Amoros e pelo alemão Spiess. Estes autores apresentaram propostas que procuravam valorizar a imagem da ginástica na escola e, assim, acabaram por fornecer elementos para o aprimoramento físico dos indivíduos.

Os métodos ginásticos tinham como objetivo capacitar os indivíduos no sentido de contribuir com a indústria nascente e com a prosperidade da nação na década de 1930. Outra concepção utilizada no período era o modelo militarista, que definia que:

Os objetivos da Educação Física na escola eram vinculados à formação de uma geração, capaz de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra, por isso, era importante selecionar os indivíduos perfeitos fisicamente, excluindo incapacitados, contribuindo para uma maximização da força e do poderio da população” (TAFFAREL, 1992, p.32).

As concepções higienista e militarista da Educação Física consideravam esta disciplina como essencialmente prática, não necessitando, portanto, de fundamentação teórica que lhe desse suporte. Por isso, não havia distinção evidente entre a Educação Física e a instrução militar. O movimento militarista que surgiu na década de 1920, mas que se fez presente na Educação Física de modo marcante, a partir de 1945, tinha por base “o respeito à personalidade da criança, visando desenvolvê-la integralmente, caracterizando-se por uma escola democrática e utilitária, cuja ênfase punha-se no aprender fazendo” (GHIRALDELLI JR. 1988, p. 8).

O discurso predominante na Educação Física passa a ser: “A Educação Física é um meio da Educação”. O discurso desta fase vai advogar em prol da educação do movimento como única forma capaz de promover a chamada educação integral. Quando faz referências a este período da história da Educação Física, Ghiraldelli Jr (1988) lembra que, apesar da adoção da concepção pedagógica, não houve o abandono da prática de uma Educação Física comprometida com organização didática, ainda sob parâmetros militaristas. Contudo, a proposta escolanovista explicita formas de pensamento que, aos poucos, alteram a prática da Educação Física e a postura do professor.

Segundo Marinho (1943), a 18 de abril de 1931, é assinado o Decreto nº 19.980, dispendo sobre a organização do ensino secundário. Prescreve o seu artigo 9º; “Durante o ano letivo haveria nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de educação física para todas as classes”.

No art. 57, Lei 19.980/1931, a reforma Francisco Campos dispõe: “Aos inspetores da secção C, compete ainda fiscalizar os exercícios de educação física” (Marinho 1943). A 30 de junho de 1931, o Ministério da Educação, nos termos do artigo 10 do Decreto nº 19.890, expede os programas do curso fundamental do ensino secundário, incluindo o de “Educação Física”. Todos os programas são precedidos de uma orientação metodológica e a que diz respeito à “educação física” é a seguinte:

A Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário em colaboração com as demais disciplinas do curso, tem por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resolutivo, cõscio do seu valor e das suas responsabilidades (MARINHO, 1943 p.240)

Marinho (1943) afirma que a Educação Física, objetivando atender às exigências da sua finalidade, procurava não só obter pelo tirocínio metódico e gradativo dos exercícios, mas também o desenvolvimento integral do organismo, corrigindo as constituições franzinas e defeituosas pela respiração abundante e pelos movimentos coordenados, como, ainda, estimular pela variedade dos jogos recreativos e esportivos, a habilidade, a iniciativa, a coragem, o desprendimento, o domínio de si mesmo e os sentimentos de tolerância e cavalheirismo. Assim compreendida, a Educação Física procurava destacar o que era comparado como sendo o seu elevado alcance educativo, tanto pela prática da higiene corporal, que vigorava as energias orgânicas e prevenia enfermidade, como pelos hábitos e qualidades morais que despertava a tenacidade, a persistência, a independência e o espírito de disciplina, concórdia e solidariedade.

Ferreira Neto (1996), afirma que o desenvolvimento do programa de Educação Física exigia, previamente, que os alunos fossem distribuídos segundo grupos homogêneos de necessidades orgânicas equivalentes, para que se realizasse criteriosa adaptação do trabalho de acordo com a constituição média de cada um, cujos resultados deveriam ser apreciados periodicamente. O grupamento devia ser orientado pelo médico e pelo instrutor, ambos com o curso de

especialização na matéria, adotando-se, de preferência, as normas e diretrizes do Centro de Educação Física do Exército:

Os exames fisiológicos e práticos necessários à organização dos grupos homogêneos eram feitos no início e fim do ano letivo e, ainda, nas férias do mês de junho, sendo os resultados inscritos em uma ficha individual, que acompanhava o aluno em todo o curso (FERREIRA NETO, 1996, p. 16).

Percebe-se que no período já existia uma preocupação com os aspectos da saúde e do desenvolvimento do adolescente contemplando a abordagem Higienista e Eugenista utilizada na época pela Educação Física.

Marinho (1943) estabelece a divisão histórica da Educação Física em períodos e fases e caracteriza o Brasil – República em 1ª, 2ª e 3ª fases. A 1ª fase ocorreu no período de 1889 a 1930, da proclamação da república à revolução de 1930, este período foi marcado por um grande avanço nas práticas desportivas. Assim, da proclamação da república à revolução de 1930, tivemos um desenvolvimento muito grande quanto às práticas desportivas: os exercícios físicos, sob a forma dos chamados flexionamentos apenas podiam ser encontrados nas Associações Cristãs de Moços no Ginásio Nacional, Colégio Militar, Exército e Marinha. Nas escolas esta prática era facultativa. Em seu relatório o Dr. Ramiz Galvão, inspetor geral da instrução pública, assim se refere à Educação Física:

Em relação à Educação Física há um verdadeiro mundo novo a abrir-se nas escolas. Quase em todas elas está esquecido ou comprometido esse ramo da educação; alguns professores mais antigos rezam pela cartilha absoluta da imobilidade da criança, como ideal de disciplina; outros, inteligentes e zelosos, nada ou quase nada podem fazer porque é raro o prédio escolar dotado de um pátio ou jardim anexo, que se preste ao recreio e aos jogos infantis, o ensino da ginástica era feito por via de regra, dentro das sala de classes, de maneira insuficiente (GALVÃO, citado por MARINHO, 1980, p. 166).

O projeto de Lei de Jorge de Moraes, em 1905, criou duas Escolas de Educação Física, sendo um militar e outra civil. A reforma Fernando de Azevedo, em 1928, estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Física nos estabelecimentos de ensino e estabelecia:

A educação física aplicada à mulher, seria conformada ao seu sexo e às suas condições peculiares, previa a criação de uma escola profissional de educação física, destinada a preparar e selecionar professores de Educação Física para os estabelecimento de ensino. E utopicamente, prescrevia no art. 613: “Nenhum prédio escolar será construído sem que compreenda pátio de recreio e de exercícios físicos, pavilhão coberto para ginástica, de 12 metros por 24, no mínimo, uma piscina ou banheiros e oficinas de pequenas indústrias” (AZEVEDO (1929), MARINHO, 1980, p. 173)

Para efeito dessa pesquisa, utilizar-se-á a 2ª e a 3ª fases, que tem como recorte temporal os períodos de 1930 a 1937 e de 1937 a 1945. Esta 2ª fase se inicia com o estabelecimento do Governo Provisório, em consequência da vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930. Marinho (1980, p. 171) afirma que com o advento do governo de Getúlio Vargas, foi criado, em 14 de novembro de 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública através do Decreto nº. 19.402, cuja pasta foi ocupada por Francisco Campos.

Afirma Marinho (1943) que a distribuição em grupos de alunos obedecia mais ao desenvolvimento físico do que à idade, entretanto, admitia-se como critério dos tipos normais a seguinte subdivisão cronológica: 1ª classe, dos 11 aos 13 anos; 2ª classe, dos 13 aos 16; 3ª classe, dos 16 aos 18 anos e 4ª classe, maiores de 18 anos e estabelecia:

Em qualquer das classes os exercícios de Educação Física visavam preparar o aluno, combatendo-lhe a sedentarismo e as más atitudes, para a prática mais atraente dos esportes individuais e coletivos que não devem ser permitidos nas primeiras classes (MARINHO, 1943, p.241).

Em 1931, foi criada na Escola Militar o Departamento de Educação Física, com autonomia e organização mais adequada às atividades. Em São Paulo surgiu então o primeiro órgão especializado, incumbido de dirigir a educação física no Estado: O Decreto nº 4.855, de 27 de janeiro de 1931, criava o Departamento de Educação Física subordinado à Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MARINHO, 1943, p.241).

Afirma ainda o autor que, em 15 de julho de 1931, por portaria do Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, foi regulamentado o Departamento de Educação Física, criado pelo Decreto nº 4.855. Nesse mesmo ano, através do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, foram realizados dois cursos de Educação Física, um de caráter rápido, para professores estaduais do interior e outro mais desenvolvido, mas ainda elementar, para professores da capital paulista. Seguindo o exemplo de São Paulo, o Estado do Espírito Santo, pelo Decreto nº 1.366 de 26 de junho de 1931, criaram o departamento de Educação Física, subordinado à Secretaria de Educação e Saúde Pública.

O governo do Estado do Goiás, pelo Decreto nº 659, de 28 de janeiro de 1931, aprovava o Regulamento do Ensino Normal e Complementar, incluindo a cadeira de “ginástica”, tanto na Escola Normal como na Escola Complementar. A 9

de Abril de 1931, o diretor técnico de Educação do Estado de Pernambuco, considerando a necessidade urgente de se organizar a educação física no Estado em moldes que assegurasse sua inteira eficácia, tomaria uma série de providências entre as quais a criação de um corpo de monitores de educação física. A 21 de abril do mesmo ano, outra portaria determinava que um curso especial de educação física, que teve início no dia 23 de abril de 1931, sendo então designado vários professores para mestres e determinada a inscrição de outros alunos (MARINHO, 1943, p.245).

Em 4 de abril de 1932, o Decreto nº 21.241 consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário, mantendo em seu art. 9º a obrigatoriedade estabelecida pelo mesmo artigo do Decreto de nº 19.890 (MARINHO, 1943. p.252).

Pelo Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1943, a 1ª e 3ª partes do Regulamento de Educação Física foram aprovadas, passando-se, então, a adotá-lo em todas as unidades do Exército, inclusive no Centro Militar de Educação Física. Esse regulamento nada mais é que o Regulamento de Educação Física do Exército Francês, mais conhecido sob a denominação de “Método Francês”. Estava voltado para a formação do soldado combatente e do trabalhador produtivo, sendo orientado por uma matriz biológica e respaldado por uma abordagem positivista de ciência onde o movimento humano é entendido a partir de seu caráter anátomo-mecânico no processo de dimensão biológica no aprimoramento da saúde e fortalecimento da raça:

Pensando antes de tudo no preparo cultural e técnico do professorando que é a base de sua aptidão para a escola, havíamos de pensar igualmente antes de tudo no preparo físico do escolar, que é a base de sua aptidão para a vida. A Educação Física seria, portanto a nossa primeira e mais forte preocupação (MARINHO, 1943, p.253).

Em 1º de fevereiro de 1933, pelo Decreto nº 3.258 do Estado do Espírito Santo, foi extinta a Secretaria da Instrução, em virtude de exigência do Código de Interventores. Foi criado, para substituí-la, o Departamento do Ensino Público, ficando ao mesmo subordinado o antigo Departamento de Educação Física, com a denominação de Inspetoria de Educação Física. O Decreto nº 189, de 11 de maio de 1933, do Estado de Pernambuco, baixa o regulamento da Escola Normal, onde o capítulo XI trata da “Educação Física”, nos seus artigos 121 e 126. O artigo 121 estabelecia:

A Escola Normal manterá aulas de educação física, cuja frequência será obrigatória e diária para todas as classes, parágrafo único. A educação

física no Curso Secundário terá o caráter de desenvolvimento individual e no Curso de Professores o de aprendizado da técnica (MARINHO, 1943, p.260).

Este parágrafo destacava perfeitamente a diversidade dos objetivos a alcançar ante os exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino secundário e nas escolas especializadas.

A 19 de outubro de 1933, através do decreto nº 23.252, foi criada a Escola de Educação Física do Exército (E.E.F.E), com sede no Rio de Janeiro, pela transformação do Centro Militar de Educação Física. Tinha como objetivo: a) proporcionar o ensino do método de Educação Física regulamentar; b) orientar e difundir a aplicação do método. Esta escola estava subordinada diretamente ao Estado Maior do Exército. A partir dela, fica estabelecido o certificado de Educação Física e a partir de 1942, inclusive, seriam exigidos os certificados de dois anos consecutivos, no mínimo, de prática de Educação Física e determinava que as Escolas Normais devessem incluir no seu currículo noções de teoria e prática de educação física que possibilitavam ao professor primário a habilidade para ministrar a disciplina na escola elementar (MARINHO, 1943, p.255)

Neste mesmo ano, em 30 de dezembro, através do Decreto de nº 1.138, do governo do Pará, foi criado o Departamento de Educação Física. Ainda neste mesmo ano foram diplomados pela Escola de Educação Física do Exército, 208 alunos. Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Espírito Santo, são diplomados 4 professores e 12 professores normalistas especializados. Dentre eles, o Professor Manoel Carvalho de Anchieta que, em 1939 se tornaria inspetor de Educação Física do Estado do Piauí e diretor do Curso Normal de Educação Física (DACOSTA, 1999. p.179).

Marinho (1943) ainda afirma que em 1934, o governo do Pará, através do Decreto lei nº 1.164 de 8 de janeiro, regulamentava o Curso de Educação Física. No mesmo ano, em 30 de junho através do Decreto nº 11.411, Minas Gerais organizava e regulamentava a Inspeção de Educação Física, que vinha funcionando desde 1929 e baixava instruções para um curso intensivo destinado a formação de professoras primárias.

O método adotado para ser utilizado nas escolas primárias, foi o calistênico:

como sendo uma forma de atividade que consistia em uma variedade de exercícios físicos feitos sem equipamentos ou pesos que tinha por objetivo

umentar a força e a flexibilidade usando o próprio peso do corpo como resistência. (MARINHO, 1943, p.281).

A Constituição Brasileira, promulgada a 16 de junho de 1934, nada particularizou sobre a educação física, apenas estabeleceu, no seu art. 138: “Incumbe à União, e aos Estados e aos municípios, nos termos das leis respectivas” (Marinho, 1943, p. 272): “estimular a educação eugênica; proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual [...]”.

O Decreto nº 1.336, de 16 de julho de 1934, do Estado do Pará, estabelecia em seu art. 1º: “Fica condicionada a entrega do diploma de professor de cultura física, no curso mantido pelo Departamento da Educação Física, depois de concluídos todos os exames, a um estágio de 60 dias, por meio de aulas práticas dadas aos discentes dos grupos escolares da capital” (MARINHO, 1943, p.280).

A 1º de agosto de 1934, pelo Decreto nº 6.583, o Estado de São Paulo regulamentava o Departamento de Educação Física, sendo o Capítulo VII, em seus arts. 41 a 52, dedicado à Escola Superior de Educação Física. Esse decreto estabeleceu que ao Departamento de Educação Física competia:

[...] orientar a educação física em todos os estabelecimentos de ensino público primário, secundário, superiores e profissionais, organizar e orientar o ensino e a prática da ginástica e dos esportes nas instituições públicas onde se tornem necessários ou aconselháveis, [...], promover a mais ampla intensa *vulgarização* da educação física (MARINHO, 1943, p..272)

No Espírito Santo, o Decreto nº 5.207, de 24 de agosto de 1934, criava a Escola de Educação Física em substituição ao Curso Especial que existia, a qual passa a manter cursos de instrutores, professores e monitores, ficando também criado o Curso de Médicos Especializados em Educação Física. A portaria ministerial (ministério da guerra) de 30 de novembro do mesmo ano, baixa as instruções sobre a nova ficha biométrica para educação física nos corpos de tropa e estabelecimento similares.

A Superintendência de Educação Física, Recreação e Jogos do Distrito Federal promoviam a realização de um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Física, em 1934, no qual estiveram matriculados 53 professores do Distrito Federal e dos Estados. O curso teve a mesma orientação do que foi realizado em 1932, incluindo-se a disciplina Psicologia a cargo do professor Lourenço Filho (MARINHO, 1943, p. 274).

Em 1935, através do Decreto nº 9.381, de 23 de fevereiro, o Estado da Bahia regulamentava a Educação Física no ensino do ginásio e no seu art. 2º estabelecia

o método adotado pelos professores: o “método francês”, compreendendo uma parte geral e uma específica. O professor deveria limitar-se a exercícios livres, em terreno apropriado, obedecendo às seguintes prescrições:

Exercícios leves que abrajam, evoluções, flexionamentos combinados e dissimétricos, exercícios educativos; aplicações de intensidade fraca. Jogos, flexionamento compostos, flexionamentos de caixa torácica, marchas proporcionadas à resistência das equipes, corridas em distância convenientes, movimentos rítmicos, com música, jogos de destreza (MARINHO, 1943, p.283)

Marinho (1943) ainda afirma que no Estado do Espírito Santo, a Lei nº 74, de junho de 1936 em seu art.2º, parágrafo único, determinava que “Os programas para o ensino da Educação Física, tanto na parte teórica quanto na prática, deveriam seguir a orientação traçada pelo órgão técnico estadual respectivo” e que “só poderá ser ministrada por técnico diplomados, reconhecidamente habilitados”. Logo a seguir, o Decreto nº 7.921, de 17 de julho de 1936, regulamentava o Ensino Normal nesse Estado.

Ainda a 24 de setembro de 1936, a Lei nº 98, constitui a Diretoria de Educação Física e criava a Escola Superior de Educação Física. O Decreto nº 2.225, de 30 de dezembro de 1934. O Estado de Alagoas regulamentava sua Instrução Pública. Por decreto, ficariam excetuados da obrigatoriedade escolar os menores de um e outro sexo, fisicamente incapazes. E eram previstos nas escolas exercícios de ginástica e jogos infantis (MARINHO, 1943, p.300).

Na parte referente ao Ensino Normal a educação física estava presente no 1º, 2º e 3º ano da fase propedêutica e no art. 356 do Decreto Lei 2.225/1934 estabelecia que a “Educação Física seria ministrada, diariamente, de 7:30 às 9:00 horas, nas turmas, e que não deveria exceder de 60 alunos em cada série”. O art. 398 esclarecia: “Não haverá exames de Educação Física: a promoção e a aprovação final nesta disciplina dependerão das médias anuais, não inferiores a 6, de aproveitamento e freqüência, apuradas” segundo o art. 390 que estabelecia:

A média anual será obtida do seguinte modo: somar-se-ão as notas mensais, dividindo-se em seguida pelo numero de meses lecionados, depois juntar-se-á a nota da prova parcial de junho, dividindo-se a soma por dois (MARINHO, 1943, p.302).

Em 13 de janeiro de 1937, a Lei nº 378, que estruturou os serviços do antigo Ministério da Educação e Saúde Pública, criava, subordinada ao Departamento

Nacional de Educação, a divisão de Educação Física. O artigo 12 dessa lei esclarece que pela Divisão de Educação Física, “ocorrerá à administração das atividades relativas à educação física”. Estava assim criado o órgão federal incumbido de administrar e orientar as questões de educação física no Brasil.

Constatamos que o período de 24 de outubro de 1930 a 10 de novembro de 1937, foi considerado fértil, principalmente em leis, decretos, portarias e instruções, quer da União, quer dos Estados e municípios, configurando assim o crescimento, a popularidade e a importância da educação física naquele período.

Neste período, a Educação Física no Estado do Piauí iniciava suas atividades no seio da escola como ginástica como está escrito no diário Oficial:

Compreendendo o alto e patriótico alcance da prática da Educação Física, desde 1936, antes mesmo da constituição de 10 de novembro de 1937 que se tornou obrigatória, desse modo já constava dotação orçamentária pra contratação de um professor da disciplina (PIAUI, 1940).

A terceira fase da História da Educação Física, segundo Marinho(1943), compreende o período de 1937 a 1945. Este período se inicia com a Constituição outorgada por Getúlio Vargas, datada de 10 de novembro de 1937 e que, pela primeira vez em nossa história, a Educação Física passa a merecer posição de destaque na Carta Magna do Brasil, que estabelecia o art.15 que competia à União:

[...] IX fixar as bases e determinar os quadros de educação nacional traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude; [...] art. 131. a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuaes, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937)

Em 1938, a divisão de Educação do Ministério da Educação e Saúde apresentava dois projetos de Decreto-lei: um dispondo sobre a educação física e outro sobre o desporto nacional, cuja aprovação teria os seguintes resultados:

[...] além da prática obrigatória dos exercícios físicos nas escolas normais seria também obrigatório o ensino da técnica dos exercícios físicos, compreendendo as noções indispensáveis sobre os efeitos produzidos pelos exercícios físicos na criança, sobre biometria, pedagogia e metodologia da educação física. [...] nenhuma atividade relacionada com a educação física poderia ser exercida independente de autorização do Ministério da Educação e Saúde (MARINHO, 1943, p.332).

Em 2 de fevereiro, a portaria nº 38.001, do Diretor de Educação Física do Estado do Espírito Santo, baixa instruções e fixa diretrizes a serem observadas pelos professores de educação física, instrutores e monitores no desempenho de

suas funções nos estabelecimentos de ensino. Na Paraíba, a 11 de fevereiro, é assinado o decreto nº 961, que dispõem sobre a organização escolar do Estado. Sobre a Educação Física, o Art. 1º assim estabelecia: “fica instituída a obrigatoriedade da educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado” MARINHO (1943, p.333).

Em 2 de junho de 1938, o Departamento Nacional de Educação expede a Circular nº 3.055, que destaca diversos preceitos contidos na Portaria Ministerial nº 70 e recomenda dentre outras coisas, que das aulas de educação física feminina devem ser incumbidas de preferência professoras; que as classes homogêneas fossem subdivididas, toda vez que se componham de mais de 50 alunas.

Marinho (1943) afirma, ainda que ao finalizar o ano de 1938, a Divisão de Educação Física do Distrito Federal (RJ) organizou um curso de emergência para a formação de professores de Educação Física, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação, com a colaboração do Ministério da Guerra, por intermédio da Escola de Educação Física do Exército. Sentindo desde o início que a educação física não poderia ser levada avante sem pessoal habilitado para ministrá-la; a Divisão de Educação Física habilitou 26 professores e 31 professoras, formou 33 professores e 75 professoras, somando 165 professores de ambos os sexos, além de 69 médicos e 9 médicos especializados.

Marinho (1943) identificou que a maioria dos diplomados, encarregados de ministrar aulas de Educação Física, provinha não somente no meio militar, mas também nas escolas civis, os professores militares, na sua maioria apresentavam patentes de sargentos e cabos das forças armadas. No meio civil, a formação profissional em Educação Física teve seu início durante a vigência do Estado Novo, através da criação da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil (Decreto-lei nº 1.212/39).

No Piauí, em 1939, através do Decreto-lei de nº 168, de 3 de março, era criada a Inspeção de Educação Física e o Curso Especial de Educação Física, os principais artigos desse decreto eram:

Art. 1º É criada a Inspeção de Educação Física do Estado do Piauí, que funcionará diretamente subordinada ao Departamento de Ensino;

Art. 2º A Inspeção de Educação Física compete difundir, regulamentar e controlar a prática de Educação Física nos estabelecimentos de ensino e manter um curso especial com o fim de habilitar o professorado ao ensino da mesma disciplina;

Art. 3º O funcionamento do curso especial a que se refere o artigo anterior, será oportunamente regulamentado pela respectiva Inspetoria;
 Art. 6º [...] “até que seja estabelecido um método de educação física nacional fica adotado nos estabelecimento de ensino, o Método Francês de Educação Física, por ser o mesmo racional, científico, moderno e eclético, perfeitamente adaptável ao nosso temperamento. (PIAUI, DO. Nº 57, 6 de março de 1939)

No aporte burocrático escolar a política de organização e incorporação da Educação Física, nos estados brasileiros amparados pela Constituição Federal de 1937, procuraram estabelecer normas legais de funcionamento da Educação Física. Como por exemplo, o Estado de São Paulo, através do Decreto nº 10.034, de 4 de março de 1939, aprovou o Regulamento da Escola Superior de Educação Física. Ainda no mês de março, no dia 20, o Decreto nº 10.330, do governo do Estado do Espírito Santo, regulamentava a diretoria de Educação Física e a Escola Superior de Educação Física. A 25 de março, o Decreto nº 173, no governo do Estado do Piauí, aprova as “Instruções para o Curso Especial de Educação Física”. A 17 de abril, coroando os esforços que de há muito vinha fazendo a Divisão de Educação Física, o Decreto-Lei nº 1.212 criava a Escola Nacional de Educação Física e Desporto (MARINHO, 1943, p.365).

Em 1940, 9 de janeiro, a Portaria nº 7, do Departamento Nacional de Educação, aprovava as “Instruções para os Exames Práticos de Educação Física nos estabelecimentos de ensino”. Ainda em 26 do mesmo mês, a Portaria Ministerial nº 14 regulamentava a obrigatoriedade estabelecida pelo art. 9º, do Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932. Permitia a mesma os seguintes:

Art. 1º Não poderá submeter-se ao exame final de qualquer disciplina dos cursos fundamental e complementar do ensino secundário o aluno cuja freqüência aos exercícios de educação física não atingir a três quarto da totalização dos mesmos exercícios realizados, em sua classe, durante o ano escolar;
 Art. 2º Ao aluno que, por motivo de acidente durante os exercícios de educação física, ficar impossibilitado de sua prática, não se contarão faltas enquanto perdurar o impedimento que será verificado pelo médico assistente de educação física;
 Art. 3º Os alunos fisicamente deficientes ou defeituosos estarão obrigados, nos termos do art. 1º, à freqüência aos exercícios de educação física, mas só executarão os que lhes sejam especialmente prescritos pelo médico assistente de educação física (MARINHO, 1943, p.366)

No Estado do Piauí, o Decreto Lei nº 248, de 2 de março de 1940, estabelecia a duração do ano letivo do Curso Especial de Educação Física, criava o Curso Normal de Educação Física. O art. 1º do referido decreto diz que “fica criado o Curso

Normal de Educação Física, tendo por fim a aprendizagem da direção da educação física geral e da ginástica rítmica” (DIÁRIO OFICIAL, 1940, p.6)

A 29 de abril de 1940, o Decreto nº 9.817, do Estado do Paraná, reconhece a Escola de Educação Física e Desporto desse Estado, ato esse que foi ao encontro do Decreto nº 421, de 11 de maio de 1938, pelo qual é privilégio da União o reconhecimento de cursos e escolas superiores, do mesmo modo que a concessão de autorização para funcionamento. A 18 de maio de 1940, a Portaria Ministerial nº 94, assinada pelo ministro da Educação e Saúde, dispensava dos exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino secundário, federais ou sob regime de inspeção, os alunos que, por serem militares em serviço ativo no Exército, na Marinha e nas forças auxiliares, já estão obrigados àqueles exercícios, para o que o Departamento Nacional de Educação Física baixaria as devidas instruções:

Evitava que os alunos ficassem obrigados a dois regimes de trabalhos físicos, o que inevitavelmente traria prejuízo ao equilíbrio morfo-fisiológico dos mesmos, acarretando resultados opostos àqueles que a educação física se propõe alcançar. Considerado que no Exército, Marinha e nas forças auxiliares os exercícios físicos eram obrigatórios (MARINHO, 1943, p.397)

A 28 de maio de 1940, pelo Decreto nº 5.723, é reconhecido o curso superior de Educação Física da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. O Decreto Lei nº 276, de 1º de julho de 1940, do Estado do Piauí, criou o curso de Monitores de Educação Física. Os artigos fundamentais do decreto estabeleciam:

Art. 1º Fica criado no Curso Especial de Educação Física mantido pela Inspetoria de Educação física do Estado o curso de Monitores de Educação Física;
Art. 2º O Curso de Monitores se destina à formação de auxiliares de ensino (MARINHO 1943, p.397).

No período de 20 a 22 de julho de 1940, realizou-se em São Paulo, o I Congresso Paulista de Educação Física, devendo-se salientar que esse foi o primeiro congresso especializado em educação física que se realizou no Brasil, onde estiveram presentes 112 congressistas representando o distrito federal, os Estados de São Paulo e Minas Gerais; três escolas especializadas, além de funcionários da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde e do Instituto de Educação do Distrito Federal, compareceram ao I Congresso Paulista de Educação Física: a Escola de Educação Física do Exército, Escola Nacional de Educação

Física e Desporto e Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo (MARINHO, 1943, p.396).

Em Setembro de 1940, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, por intermédio do major Barbosa Leite e do Prof. Inezil Marinho, realizava pela primeira vez no Brasil, experiências aplicando testes à educação física, como meio capaz de melhor verificar o aproveitamento dos alunos, na Escola Nacional de Educação Física e Desporto. Essa experiência foi repetida em novembro na Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, pelo Prof. Inezil Pena Marinho e, ainda na Escola de Educação Física do Exército, pelo Cap. João Carlos Gross (MARINHO, 1943, p.398).

A 30 de outubro de 1940, pelo Decreto-lei nº 6.412, é reconhecido o curso Normal de Educação Física da Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo. No mesmo mês, a divisão de Educação Física procede à verificação da Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul que, nos termos do art. 2º do Decreto Lei nº 421 de 17 de abril de 1939 solicitava autorização para funcionamento. Em novembro do mesmo ano, ainda pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, foi implantado o Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí que, de acordo com o art. 17 do mencionado Decreto-lei, pediu reconhecimento e que, no referido ano, formou 28 professoras normalistas pelo Curso Especial de Educação Física. (MARINHO, 1943, p.396)

Em 1941, no período de 12 a 25 de março, o Departamento Nacional de Educação promoveu por intermédio da Divisão de Educação Física, conforme edital publicado no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 1941, um curso de informações para professores de educação física, médicos especializados, técnicos desportivos e treinadores e massagistas. A 4 de abril, o decreto nº 606 do governo do Estado de Pernambuco, criou a Diretoria de Educação Física Escolar. A 12 de maio de 1941, a portaria ministerial nº 86 regulamentava a frequência às sessões de exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino secundário. (MARINHO, 1943, p.423)

No período de 5 a 28 de outubro de 1941, a divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, em cooperação com as divisões de aperfeiçoamento e de Seleção do Departamento de Administração do Serviço Público, promoveu uma série de palestras, tendo por finalidade habilitar os

Inspetores de Ensino Secundário em relação aos conhecimentos na parte a que se refere à Educação Física (MARINHO, 1943, p.396), assim distribuídas:

Ministrada pelo Professor Inezil Penna Marinho “Organização da Educação Física no Brasil; Qualidade do Professor de Educação Física; Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário quanto à Educação Física; Provas práticas e certificados em Educação Física; Obrigação do Professor de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário; A fiscalização da educação física”. Pelo Professor Dr. Paulo Araújo “ O exame médico biométrico; O grupamento homogêneo; Os deficientes e acidentados e a palestra ministrada pelo Professor Major João Barbosa Leite “ Limites dos campos de ação do professor de educação física, do médico especializado, do técnico desportivo, do treinador e massagista”(MARINHO, 1943, p.423).

No Piauí, Segundo Marinho(1943), durante o ano de 1941, a Escola Nacional de Educação Física e Desporto licenciou em educação física, 32 professores, sendo 20 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Pelo Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí: 6 normalistas especializadas, todas do sexo feminino. Afirma ainda Marinho:

Foi no período de 10 de novembro de 1937 a 31 de dezembro de 1945 que a educação física no Brasil atingiu o seu máximo desenvolvimento. A ação fiscalizadora e orientadora da divisão de educação Física resolveu, senão no seu todo pelo menos parcialmente, o problema da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. A criação da Escola Nacional de Educação e Desporto e de outras congêneres nos Estados veio acelerar, sobretudo, a formação de pessoal especializado necessária à orientação e controle das atividades neste setor educacional. Os concursos promovidos pela Divisão de Educação Física, assim como os cursos por ela instituídos, constituíram ótimos meios de divulgação da educação física e dela fizeram centro de interesse para muitos artistas e intelectuais (MARINHO, 1943, p.369).

Do ponto de vista da historiografia da Educação Física, no período de 1930 a 1945, Marinho (1952, p.200) afirma que o cuidado voltado pela nossa Carta Constitucional de 1937 a Educação Física assinalou o início de uma era promissora para o seu desenvolvimento. A União passou a expandir os cursos de formação de interesses da Educação Física. Este período foi considerado de consolidação da Educação Física nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, estabelecendo-a na matriz curricular, como disciplina obrigatória no ensino primário e secundário.

Impulsionados pelo órgão federal encarregado de orientar e administrar a educação física do país, os governos estaduais começavam também a criar órgãos administrativos especializados – departamentos, diretorias, superintendências,

divisões, inspetorias, serviços e institutos encarregados da formação de docentes especializados em educação física.

Destaca-se, nesse período, a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto, integrada à Universidade do Brasil, no ano de 1939, e a realização do Primeiro Congresso Paulista de Educação Física, na cidade de São Paulo.

Segundo ainda Marinho (1943), a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde procurou animar de todas as formas o desenvolvimento da Educação Física, instituindo concursos, divulgando trabalhos e a legislação pertinente ao assunto. E cita que, indubitavelmente, o acontecimento de maior significado foi o Primeiro Congresso Pan-Americano de Educação Física, realizado em 1943, na cidade do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde e assistência técnica da Divisão de Educação Física.

Como vimos, foi grande o número de publicações especializadas e não pequeno também o de Decretos-leis, Decretos e portarias, que serviram como atestado vivo do grande desenvolvimento alcançado pela educação física nas décadas de trinta e quarenta, nos aspectos de definição da Educação Física como disciplina de prática escolar e a formação do professor especializado para atender à demanda escolar.

Essa legislação, tanto nacional, como dos diferentes Estados foi configurando o campo da educação física como disciplina escolar e constituindo seus sujeitos no âmbito da escola.

1.3 - A Formação de Professores de Educação Física no Brasil

Ferreira Neto (2001) afirma que a Reforma Educacional de 1928 ocorreu liderada no país por Fernando de Azevedo. Esse, como epígono da “Escola Nova”, vislumbrou uma “Escola Profissional de Educação Física” e definiu a futura “Escola Nacional Superior de Educação Física”. Tais projeções materializaram-se em 1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto, no âmbito da Universidade do Brasil.

A Escola de Educação Física do Exército, criada em 1933, em substituição ao Centro de Educação Física, tornou-se referência na formação de professores para atuarem nos estabelecimentos de ensino e nas escolas de Educação Física privada, constituindo o pólo irradiador do Método Francês, instituído como método

oficialmente adotado no regulamento Geral da Educação Física (CANTARINO FILHO, 1982)

DaCosta (1999) afirma que a implantação de curso de graduação em Educação Física foi comprovada pelo diagnóstico realizado pela Escola de Educação Física e Desporto que identificou um ritmo de criação entre três e quatro instituições de ensino superior e estabelecia que:

O marco histórico referente ao exercício da profissão surgiu a partir da década de 40 e alcançando os primeiros anos da década de 80. Assim, durante 40 anos, reduziram-se passo a passo as chamadas regalias dos atos legais, habitualmente atribuindo direitos aos professores originados de cursos provisórios e de curta duração, incluindo, no caso, um curso por correspondência promovido pelo próprio MEC, iniciado em 1957(DACOSTA, 1999, p.48).

Em meio a este processo de substituição de uma formação em Educação Física, considerada curso normal superior, por outra de melhor qualidade, que transcorreu nos anos quarenta, o Governo Vargas estabeleceu através do Decreto-Lei 8.270, de 03 de dezembro de 1945, que a Escola Nacional de Educação Física e Desporto, alterasse o período de um ano, para três anos, modificando assim, a grade curricular do Curso Normal em Educação Física para o Curso Superior de Educação Física (DACOSTA, 1999, p.50).

Essas mudanças ocorreram nos estados da região sudeste, no entanto os estados da região nordeste continuaram adotando a sistemática de capacitação de professores em Educação Física da Escola Nacional de Educação Física e Desporto, através da seleção de professores bolsistas encaminhados para cursarem, de forma condensada no período de um ano como afirma a prof^a Maria do Socorro Almendra de Carvalho (2010):

Em janeiro 1957, veio a bolsa para a Secretaria de Educação fiz o teste e passei, fiz o vestibular dos considerados retardatárias junto com professores do Piauí Ceará, Sergipe Amazonas Paraíba. Foram muitos candidatos, não lembro mais por que já fazem 50 anos. A duração do curso de Educação Física era de um ano, era chamado normal, a gente fazia ele em um ano e assistíamos aula com os alunos do 1º, 2º e 3 ano do curso superior mas o nosso era de um ano na Universidade Federal do Brasil na Escola de Educação Física e do Desporto (CARVALHO, 2010).

A análise histórica do percurso da Educação Física no Brasil aponta para a influência do contexto histórico, político e social que de modo conjuntural, atuou sobre seus propósitos e instrumentalizou sua prática, ora imprimindo-lhe,

características de cunho pedagógico e esportivo, ora mantendo-a atrelada às tendências de formação pedagógica higienistas e militaristas, as quais acabaram por simbolizar suas raízes:

No caso da concepção higienista, o tema saúde estava com primeiro lugar. Para tal tendência, era fundamental a formação de homens e mulheres fortes e sadios, ou seja, ela protagoniza um projeto de “assepsia social” ligado ao pensamento liberal predominante do século XIX, que acreditava na educação como redentora da humanidade. Assim, vislumbra-se a possibilidade de resolver o problema da saúde pública pela educação e pela educação física, independentemente das determinações dadas pelas condições materiais (DACOSTA, 1999, p. 50)

Estes pressupostos perpetuaram-se nas primeiras décadas do século XX, como pode ser observado quando da criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, durante o governo provisório de Vargas, em novembro de 1930, se vê claramente a relação tênue estabelecida entre escolarização e saúde pública; é ressaltada no discurso de posse, do ministro Francisco Luiz da Silva Campos, quando mencionou que o “Brasil precisava, sobretudo, com urgência, de saúde e instrução” (CANTARINO FILHO, 1982, p. 120).

As décadas de 1930 a 1940 se consolidaram como momento histórico de valorização da Educação Física, como instrumento para a introdução dos pressupostos do ideário Vargas, nas várias instâncias da Sociedade. A educação formal via instituição Escolar, como vimos anteriormente, ganhava reformulação em todos os níveis de ensino, com destaque para o Ensino Secundário, considerado pelo Ministro Campos: “o mais importante (...), pois se destinava a um maior número de jovens e influenciava a formação da personalidade do adolescente considerada a fase mais propícia do crescimento físico e mental (...)” (CANTARINO FILHO, 1992, p. 122).

Dentre as alterações estabelecidas pelo ministro Francisco Campos na área de educação, através da Reforma Francisco Campos, a qual foi regulamentada em 18 de abril de 1931, destacou o estabelecimento da obrigatoriedade da Educação Física em todas as classes das instituições de ensino primário, ginásial e secundário (atualmente, 1ª a 8ª série do Ensino fundamental e 1ª a 3ª série do Ensino Médio) (CANTARINO FILHO, 1982, p. 183).

Betti (1991) destaca que, aliado ao adestramento físico, à relevância dada à educação física escolar, bem como à educação moral e cívica e à instrução militar no ensino secundário, durante o governo Vargas, era de atuarem como elementos

integradores e funcionais dentro do currículo, de modo a preparar o adolescente, dentre outros valores, com o patriotismo, concebido como (...) sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a pátria.

Com a obrigatoriedade da Educação Física no ensino secundário, disseminava-se no contexto da rede escolar, o método de Educação Física oficial que ficou conhecido como “Regulamento nº 7” ou “Método Francês”, cuja origem militar denota forte relação com princípio bélico. Assim:

A educação Física Higienista preocupada com a saúde, perde terreno para a Educação Física Militarista que subverte o próprio conceito de saúde. A saúde dos indivíduos e a saúde pública, presentes na Educação Física Higienista, de inspiração liberal, são relegadas em detrimento da saúde da pátria (GHIRALDELLI JUNIOR, 1997, 26-27) .

Betti (1991) ressalta a estreita vinculação do sistema militar com o sistema educacional na formação de recursos humanos para a educação física:

As primeiras instituições destinadas à formação de pessoal especializado eram ligadas às Forças Armadas. Em 1909 foi criada a Escola de Educação Física da Força Policial [...] Portaria do Ministro da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criou, junto à escola de Sargento da Infantaria, o “Centro Militar de Educação Física” (p.72-73).

A primeira escola civil criada pelo governo do Estado de São Paulo, junto ao Departamento de Educação Física em 1931, iniciou suas atividades apenas em 1934, a qual “(...) também se constituiu sob forte influência militar, pois parte de seu corpo docente foi treinado nos cursos do Centro Militar” (BETTI, 1991, p.73)

Betti (1991) acrescenta, ainda, que a Escola Nacional de Educação Física e Desporto da Universidade do Brasil, fundada em 1939, a qual também regulamentou a exigência de habilitação para o exercício da profissão foi estruturada com base na Escola do Exército. Assim, nos remete a um retrospecto histórico imbuído de significados que se expressa nos questionamentos acerca da identidade e da configuração da Educação Física, especialmente aquela desenvolvida no ambiente escolar neste período da história.

Segundo Pagni (1995), alguns anos após a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto no Rio de Janeiro em 1939, primeiro curso civil e ligado à Universidade, introduziu em seu currículo uma disciplina denominada História e Organização da Educação Física. Teve ministrando a disciplina, como catedráticos,

os professores Aluísio Freire Ramos Acioly (entre 1949 e 1956) e, posteriormente, Inezil Penna Marinho.

DaCosta(1999) destaca que o currículo de formação de professores de Educação Física conduz a um conflito de ordem epistemológica pelo ecletismo que se refletiu na formação deste tipo de especialista. Desta constatação, se derivaram duas conseqüências fundamentais: um crescente debate quanto à necessidade de uma delimitação mais precisa em termos científicos da Educação Física, a fim de evitar sua dissolução epistemológica, uma crescente pressão sobre o currículo de formação de educadores físicos para que se ajuste à variedade de intervenções profissionais encontradas na cultura do passado e do presente.

As visões epistemológicas e pedagógicas que, com algumas nuances de nomenclatura, podem ser resumidas da seguinte forma: a Educação Física no Brasil passou por diversos períodos que, por sua vez, possuíam diversas concepções relacionadas à função da própria educação física, da necessidade de evolução da formação do professor, assim como, da maneira de trabalhar e ver a disciplina no contexto escolar.

As abordagens e as tendências são reconhecidas, divididas e periodizadas na literatura, segundo (GHIRALDELLI JR,1997), em:

- Educação Física Higienista (1889-1930) – Propunha uma ênfase na saúde, cabendo no papel da educação física a formação de indivíduos fortes, saudáveis e propensos à aderência a atividades boas em detrimento de maus hábitos. Tinha por finalidade “[...] proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, formando o homem físico e moralmente sadio alegre e resoluto”. (p.17);
- Educação Física Militarista (1930-1945) – De forte influência dos militares, foi decretada no país pelo “Regulamento nº. 7”, tornando de caráter oficial a utilização do “Método do Exército Francês”. Tinha por objetivo o “desenvolvimento harmônico do corpo. Desenvolvimento da personalidade. Aperfeiçoamento da destreza. Emprego da força e espírito de solidariedade” (p.18);
- Educação Física Pedagogicista (1945-1964) – Com uma visão que pode ser traçada ao liberalismo, a vertente pedagogicista propunha a educação física como um meio de formação do indivíduo. “A educação física, acima das “querelas políticas”, capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão.” (p.19);

- Educação Física Competitivista (Pós 1964.) marcada pelo forte apelo aos esportes de competições oficiais, por um “culto do atleta-herói”; essa visão foi a predominante no regime militar. Foi o período em que houve o maior investimento na educação física como um todo. O professor deveria preparar os futuros atletas a serviço de uma hierarquização e elitização social. O professor deveria advogar uma neutralidade em relação aos conflitos políticos sociais. Através da educação física o professor teria a convicção de que ele, por força da profissão, seria o condutor de jovens, um líder e não poderia aceitar ser conduzido por minorias ativas que intimidavam que ameaçavam e, às vezes, conseguiam, pelo constrangimento, conduzir a maioria acomodada, pacífica e ordeira” (p.20);
- Educação Física Popular: emerge da prática social dos trabalhadores e, em especial, das iniciativas ligadas aos grupos de vanguarda do Movimento Operário e Popular. Privilegia a ludicidade, a solidariedade a organização e mobilização dos trabalhadores na concepção de construção de uma sociedade efetivamente democrática e autônoma. (p.21).

Segundo AGUIAR (2002), por volta dos anos 1950 a 1960, a Educação Física brasileira, apoiada nos pressupostos do liberalismo, buscava integrar a rede pública de ensino como uma disciplina “educativa por excelência”, incorporando a tendência pedagogicista. O modelo americano de organização dos desportos é largamente difundido, inaugurando novas práticas e até mesmo novas posturas para profissionais da área. A tendência pedagogicista no cenário brasileiro apresenta-se com o objetivo de formar cidadãos. Desta forma, é que se deu a configuração da Educação Física como disciplina nas escolas públicas do Piauí.

Afirma ainda a autora que, por volta da década de 1970 e início da década de 1980, surge a psicomotricidade, esta nova tendência privilegia os aspectos metodológicos e respalda-se em experiências pedagógicas realizadas com crianças de todas as idades, com dificuldades de adaptações social e escolar e preconizava que:

Através dos exercícios físicos se torna possível diagnosticar problemas psicológicos e a Educação Física surge, assim como possibilidade de correção desses distúrbios, promovendo uma intensa confusão entre a sua especificidade e a psicologia (AGUIAR, 2002, p. 55).

Darido (1999), afirma que a psicomotricidade é o primeiro movimento mais articulado que surge a partir da década de 70, em contraposição aos modelos anteriores. Nela, a Educação Física aborda o desenvolvimento da criança, como ato

de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores, no sentido de buscar garantir a formação integral da criança.

A Educação Física cumpriu no decorrer dos anos, papel fundamental não só para a criação de nova sociedade, com sentimento mais patriótico e nacionalista, como interferiu diretamente na política educacional do país, através da União Nacional de Estudantes de Educação Física. Mas com todas as mudanças que ocorreram na vida política do país, a Educação Física, no período pós 64, sofreu alguns retrocessos como a determinação da prática dos exercícios físicos obrigatórios nas escolas somente duas vezes por semana, com cinquenta minutos de duração e a substituição das aulas práticas por palestras e projeções de filmes que tratassem da Educação Física.

Neste período, Barros (2010) afirma que quando ministrava aula de educação física no Liceu trabalhava com o desporto (Handebol) e quando fui fazer o curso de formação em 1962, na Escola de Educação do Exército no Rio de Janeiro, é que a Educação Física desenvolveu-se mais do que em todo o século anterior e enfatiza que: “os militares teriam contribuído para a construção de uma doutrina para a Educação Física”. Barros era militar do 25º Batalhão de Caçadores no Piauí.

Lima (1992) e Souza (1994), citado por Castellani Filho(1988), lembram que os períodos mais importantes da Educação Física brasileira são exatamente os da ditadura do Estado Novo e da ditadura após 1964..

Segundo Goelner (1996), os militares brasileiros foram responsáveis pela difusão do Método Francês no Brasil e contribuíram para criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, responsável pela formação de professores em todo o país.

Para Castellani Filho(1988), a história da Educação Física no Brasil se confunde em muitos momentos, com a dos militares. Dessa forma, pode-se verificar a presença marcante da ação do Exército na da construção da Educação Física Nacional e na formação de professores..

1.4 - A Educação Física na Legislação Brasileira

Na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – a Educação Física foi contemplada no artigo 22, com o seguinte texto: “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos, primário e médio até a idade de 18 anos” (BRASIL, LDB 4.024/1961). Assim como na Lei 5.692 de 11 de Agosto de 1971 no seu artigo 7º “será obrigatória a inclusão da [...] da Educação Física nos currículos de 1º e 2º graus, observando o disposto do Decreto Lei nº 369, de 12 de outubro de 1969 (BRASIL, LDB 5.692/71).

O caráter da Educação Física, presente nestas legislações, estava diretamente relacionado à capacitação física do aluno, visando formar o futuro trabalhador que seria fundamental para o processo de industrialização vivido pelo país, naquele período. A própria limitação, com relação aos 18 anos de idade, indica uma interrupção da necessidade da Educação Física e, conseqüentemente, de exercícios físicos que causariam desgaste ou exaustão, no período em que os indivíduos, supostamente, necessitariam de um maior aporte energético em função de sua inserção no mercado de trabalho.

A LDB é revista com a reforma educacional proposta, 10 anos depois de sua criação, por meio da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971). De acordo com Castellani Filho (1997), esta lei deixa de fazer referência ao limite de idade da prática da Educação Física, optando por regulamentar a questão por outro mecanismo, que é posto em prática naquele mesmo ano, pela promulgação do Decreto nº 69.450 de 1º de novembro, que se referiam nos quatro incisos de seu artigo 6º, sendo as condições que facultavam ao aluno a prática da Educação Física, com base na seguinte redação:

Decreto nº 69.450, Artigo 6 – “Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, é facultativa a participação nas atividades físicas programadas: a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas; b) aos alunos maiores de 30 anos de idade; c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa; d) aos alunos amparados pelo Decreto-Lei 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento” (DOU, 1971).

Segundo Castellani Filho (1997), a facultatividade da Educação Física aos alunos do período noturno que comprovassem vínculo empregatício, logo foi estendida aos alunos do turno diurno, fato que acabava por reforçar a lógica de que, estando o aluno já integrado ao mercado de trabalho, não caberia mais à escola, mas sim ao próprio mercado, a responsabilidade pela capacitação e manutenção de sua força de trabalho. Segundo o autor, seis anos mais tarde, outras duas alíneas foram anexadas a estas quatro, dispensando das aulas de Educação Física os alunos que frequentassem os cursos de pós-graduação – reforçando a tese de que a Educação Física não guarda qualquer tipo de relação com “atividades intelectuais”, e sim com atividade motora, firmando a utilização da abordagem competitivista e tecnicista da época e uma última alínea, a qual facultava à mulher que tivesse prole, a prática da Educação Física, legitimando o pressuposto de que a criação dos filhos caberia exclusivamente à mulher, enquanto ao homem caberia a responsabilidade de prover o sustento do lar.

A promulgação das Leis 4.024/61 e 5.692/71, do Decreto Lei nº 6.450/69, e da Lei 5.540/68, referente à reforma universitária, construíram a base legal para a consolidação da Educação Física no plano institucional da educação brasileira no final do período pesquisado.

2 A INSERÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PIAUÍ

A Educação Física foi adequando-se às mudanças sociais e políticas de cada época. Para Resende (1994), as argumentações históricas em defesa da inserção da Educação Física no contexto do processo de educação escolar não podem ser analisadas e julgadas sem considerar o momento político-social em que elas emergem. A Educação Física desde o século XIX contou com respaldo legal no Brasil, isso pode ser percebido nos anos de 1851 e 1882, com a Reforma Couto Ferraz e os Pareceres de Rui Barbosa, respectivamente.

Para Castellani(1998), o Parecer de Rui Barbosa serviu de referencial a todos aqueles que defenderam a Educação Física no sistema escolar brasileiro. De acordo com Marinho (1980), o Projeto nº. 224, de 1882, que estabelecia a Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública, foi consubstanciado por Rui Barbosa, que exerceu o papel de relator, considerado o precursor das idéias fundamentais sobre a Educação Física. Segundo Marinho (1943) este indicava a necessidade de:

1. Instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal.
2. Extensão obrigatória a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura.
3. Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.
4. Equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas.
5. Prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana durante 30 (trinta) minutos.
6. Dispensa dos exercícios físicos somente para alunos que, por inspeção médica, fossem declarados incapazes. (MARINHO, 1943).

Resende (1994) afirma que as argumentações e proposições legais em prol da inclusão e consolidação da Educação Física na instituição escolar, data do século XIX. Os principais acontecimentos do período no Brasil Império foram os célebres Pareceres de Rui Barbosa sobre as reformas do ensino primário e secundário.

Na década de trinta do século XX, a Educação Física ainda não se configurava como disciplina e sim como atividade de ginástica nas escolas pública no Brasil, e no Piauí não era diferente, como podemos perceber pela ausência dessa disciplina nos currículos do Liceu Piauiense, Escola Normal e dos grupos

escolares que funcionavam sobre a égide da Reforma de 1910 (Decreto Lei 565 de 22/06) que “determinava a organização oficial do ensino no Estado” (BRITO, 1996, p.45):

O ensino primário se constituía das seguintes disciplinas: Leitura escrita/gramática/Caligrafia/Aritmética/Geometria/Geografia Geral/Geografia do Brasil/Noções de Ciências Físicas e Naturais/Música /Desenho/Ginástica Exercícios Militares/Trabalhos Manuais (BRITO, 1996, p. 50)..

Como podemos observar na estrutura do ensino no Piauí a ausência da disciplina Educação Física na matriz curricular no final do ano 1930, leva-se a compreender a necessidade da inserção dessa disciplina, bem como da formação de professores que pudessem atender a esta necessidade, inclusive relacionados com o discurso nacional sobre a disciplina educação física.

Em 1932, mantém-se a exigência da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário e se reconhece a necessidade da criação da função de inspetor especializado através do Decreto. nº. 21.241, 4 de abril daquele ano (BRASIL, 1932). Já em 1934, segundo Castellani Filho(1998), a Constituição Brasileira, deste mesmo ano, não chegou a fazer referência explícita à Educação Física. No entanto, a ela se referiu quando deu competência à União, aos Estados e aos municípios para “estimular a educação eugênica”.

No período pós 1930, a educação destaca-se como instrumento de formação e constituição da nacionalidade; o recurso mais lógico foi atrelar esse pensamento ao cotidiano escolar, utilizando-se das disciplinas que facilitassem a construção do sentimento patriótico, como educação moral e Cívica e Educação Física e que segundo Melo:

Durante os trabalhos preparatórios para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934, o problema só foi abordado quando a Comissão encarregada da elaboração do anteprojeto incluiu um dispositivo determinando que o ensino cívico, a educação física e o trabalho manual fossem considerados matérias obrigatórias em todas as escolas primárias, secundárias, profissionais e normais do país (MELO, 2009, p.71).

Soler (2003) esclarece que em 1937 acontece a primeira referência à Educação Física num texto constitucional, que dizia ser a Educação Física responsável pelo adestramento físico, preparando a juventude para defender a nação. A Constituição de 10 de novembro de 1937 refere-se expressamente à Educação Física, incluindo-a no currículo, como prática pedagógica obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais em

todas as escolas brasileiras (PCNs, 1997, p.21). A Constituição de 10 de novembro de 1937 refere-se à Educação Física nos seu art. 15, inciso IX, 127, 131 e 132.

Artigo 131 – A Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência.

Artigo 132 – O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim, organizar para a juventude, períodos de trabalho anual e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação (BRASIL, 1937).

No ano de 1939 foi criada a Inspetoria da Educação Física no Piauí e regulamentado o funcionamento do curso destinado aos portadores de diploma de professores normalista ou certificados de conclusão de estudos secundários. O Decreto nº 237, de 17 de junho de 1939, normatizou a disciplina Educação Física, estabelecendo as instruções ao funcionamento das aulas, nos estabelecimentos de ensino primário:

A partir de 1º a 20 de fevereiro de 1939, na Diretoria de Educação, encontram-se abertas as inscrições para o Curso Especial de Educação Física; De conformidade com as instruções em vigor, deverão os interessados satisfazer as seguintes exigências:

- a) Ser diplomado como professor normalista ou possui certificado de aprovação no Curso Secundário, por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado;
- b) Ter mais de 16 e menos de 30 anos de idade, contados até a data da matrícula;
- c) Ter excelente e ótima robustez física, comprovada em rigorosa inspeção de saúde. (PIAUI, 1939)

O Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí foi reconhecido pelo Decreto nº. 7.365, de 10 de junho de 1941. Tanto a criação da inspetoria quanto o início dos cursos são motivados pela obrigatoriedade imposta na constituição de 1937, que em seu artigo nº 131, determinava que “a educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais seria obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola ser autorizada e reconhecida sem que cumprisse a referida exigência” (BRASIL, 1937, p. 290).

Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, houve amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro. Nessa lei, ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e secundário (PCNs, 1997, p.22). Até então, só existia uma obrigatoriedade legal da prática da Educação Física nas escolas prevista pela LDB de 1961, e não havia

nenhuma regulamentação. Esta só iria ocorrer no final dos anos 60 e de forma mais acabada com o Decreto nº. 69.450 de 1º de novembro de 1971 (BELTRAMI, 2001 p.110).

No contexto do Departamento de Educação do Estado do Piauí, conforme o que foi pesquisado nos documentos existentes no Arquivo Público, em 1930, no Piauí, as instituições públicas educacionais estavam assim distribuídas: na capital Teresina, 11 grupos escolares, 2 escolas agrupadas, 15 escolas singulares e 15 escolas nucleares e no interior do estado, 21 grupos escolares, 29 escolas agrupadas, 38 escolas singulares e 161 escolas nucleadas, onde eram ministradas as disciplinas básicas do ensino, não figurando na grade curricular a disciplina Educação Física (DO, nº 156, 1939. p.4).

Na década de 1930, o Piauí começa a incorporar as concepções de educação física desenvolvidas no Brasil, como se correspondessem, integralmente, a seus interesses e à sua realidade.

Certamente os objetivos traçados para a Educação Física no contexto nacional precisavam contemplar no âmbito estadual, a incorporação total da referida disciplina, na matriz curricular e buscar sem restrições a formação de professores que viessem atender a demanda das peculiaridades estaduais, no sentido que houvesse a implantação na matriz curricular na escola da disciplina Educação Física.

Na sua mensagem à Assembléia Legislativa, o então Interventor Dr. Leônidas de Castro Melo, manifesta sua preocupação em adequar o Piauí ao novo modelo em vigor no país, através da contratação de professores do Rio de Janeiro para preencher a vaga de Educação Física, que fica evidenciada quando afirma em sua mensagem proferida em 10 de novembro de 1938, enfocando o art. 131 da constituição federal:

Obriga que haja “educação física em todos os estabelecimentos de ensino: primário, secundário ou normal”. No Piauí, cumpre, afirmá-lo, aquele dispositivo constitucional não nos apanhou de surpresa. Na lei entre o período de 1937 e 1938 já cogitou o Governo do Estado de resolver o assunto, no que diz respeito, pois que, a referida lei, consta de dotação orçamentária destinada ao contrato de um professor de Educação Física, que no momento, procuro conseguir entre técnicos especializados (PIAÚÍ: Mensagem Governamental, 1938, p.87)

O interesse suscitado pela instalação do primeiro curso de formação de profissionais em educação física no estado do Piauí pode ser percebido nas primeiras linhas da ata que registra o evento, em 1939:

A primeiro de Abril de mil novecentos e trinta e nove, no salão de honra da Escola Normal Oficial, nesta capital, sob a presidência do excelentíssimo senhor doutor Leônidas de Castro Melo, interventor federal no estado, reuniram-se em sessão solene as autoridades e demais pessoas geradas no fim assinadas para a instalação do curso Especial de Educação Física. (PIAUI, DO nº 77 Piauí. Departamento de Ensino, 1939, p. 6)

Ressaltamos aqui a importância dada à implantação do primeiro curso de formação de profissionais de educação física, que contou com a participação de diversas autoridades, membros do governo e da elite local.

2.1 - A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1939 A 1945: Implantação da Disciplina Educação Física no Currículo Escolar

O governo do Estado do Piauí através do Decreto de nº 168 de 3 de Março de 1939 criava a Inspeção de Educação Física, órgão vinculado ao Departamento de Educação, com a finalidade de difundir, regulamentar e controlar a educação física nos estabelecimentos de ensino, dentro da programação traçada pela União.

O Interventor Federal no Estado do Piauí, usando de atribuições, que por lei lhe era conferida considerando o que dispõe o artigo 131 da Constituição de 10 de Novembro de 1937, decretou:

Art. 1º - É criada a Inspeção de Educação Física do Estado do Piauí, que funcionará diretamente subordinada ao Departamento do Ensino.

Art. 2º - A Inspeção de Educação Física compete difundir, regulamentar e controlar a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino e manter um curso especial com o fim de habilitar o professorado ao ensino da mesma disciplina. (Diário Oficial, nº 77, 1939, p.7)

A primeira turma do curso Especial de Educação Física no Piauí ocorreu na administração do interventor Federal Leônidas de Castro Melo, inscreveram-se 50 professoras normalistas e militares, em 1939, desses 20 foram aprovados e apenas 16 concluíram o curso e passaram a atuar nas escolas públicas do Piauí. (Diário Oficial Piauí, 1939). Nesta ocasião, foi indicado para assumir a Diretoria Técnica o Professor Manoel de Carvalho Anchieta, procedente do estado do Espírito Santo.

Nesse mesmo período, pelo decreto nº 273, de 17 de Junho de 1939, o Interventor Federal, Dr. Leônidas de Castro Melo, baixou instruções para disciplinar funcionamento das aulas de educação física nos estabelecimentos de ensino primário. A partir de 1940 o governo estadual estabeleceu os deveres dos professores, que após estarem em suas devidas funções, deveriam cumprir o que, no entendimento da Inspetoria de Educação Física, seria a função da educação física no contexto escolar. A legislação procurava demarcar o perfil da disciplina e a ação docente na escola, configurando a partir de prescrições legais, o que deveria ser a educação física escolar.

2.2 – A construção do trabalho docente do professor de Educação Física na Legislação Piauiense: prescrição de uma prática.

Na década de trinta, o Piauí contava com oitenta e quatro docentes, distribuídos nas escolas de todo o estado, na sua maioria do sexo masculino e ministrando a Educação Física com caráter de ginástica, responsáveis pelo “adestramento físico” que segundo Ferreira Neto (1998, p.53) eram atividades realizadas na aula de educação física baseado na disciplina militar, como por exemplo, corrida, ginástica, bola militar, cabo de guerra, através de conhecimentos da higiene e puericultura, objetivando formar homens robustos, reprodutores de proles puras, assumindo os códigos da instituição militar.

Soares (2001) citada por Melo (2009, p.96), afirma que “a escola era responsável pela visão de mundo formulada através dos conteúdos trabalhados em sala de aula e, principalmente, pelas prelações carregadas de lições de vida, assim como pela idéia de corpo, através da educação corporal”, onde ocorria a contribuição da educação física na formação dos alunos.

No ano de 1939, o governo Leônidas Melo decreta o funcionamento da disciplina Educação Física nas escolas públicas da capital e do interior, através de leis e decretos, para fazer cumprimento às exigências do governo federal, e através do Decreto-lei nº 237, de 17 de junho de 1939 estabelecia as normas para serem cumpridas pelo professor:

- a) seguir rigorosamente o plano de ensino estabelecido pela Inspetoria de Educação Física e as modificações que por esta forem determinadas;
- b) solicitar aos Diretores dos estabelecimentos em que servirem o material necessário aos respectivos trabalhos e conservá-los sob sua guarda e responsabilidade;

- c) [...]; d) orientar as atividades recreativas da criança, zelando, por ela, sem lhe perturbar ou ameaçar a liberdade e a espontaneidade do brinquedo;
- e) promover a prática de jogos que, pela experiência forem dignos de incorporação ao patrimônio dos preconizados pelo Método Francês adotado;
- f) atrair as crianças para brinquedos próprios à sua idade, desviando-as de todos aqueles que sejam contra indicados, e participando de suas atividades recreativas, observar o comportamento de cada uma, a fim de orientar inteligentemente a sua formação;
- g) [...]; h) [...]; i) ter em dia as anotações do fichário dos exames realizados, e zelar pela conservação do material de Educação Física, providenciando junto a direção, os reparos que se fizerem necessários;
- j) zelar pela saúde física e moral dos seus alunos, encaminhando os suspeitos de moléstia ou necessidade de tratamento, ao médico escolar;
- l) comunicar ao diretor do estabelecimento, as ocorrências havidas com os alunos e que determine responsabilidade disciplinar;
- m) apresentar ao diretor do estabelecimento para serem visados, e encaminhados a Inspeção de Educação física, os programas de ensino, horário, cópias de fichas, relatórios, e toda e qualquer outra documentação sobre o desenvolvimento da Educação física no estabelecimento;
- n) cooperar nas atividades da escola, que tenham caráter de socialização;
- o) cooperar na formação da consciência sanitária da criança, inculcando-lhe hábitos de higiene, e solicitar a direção as medidas que facilitem a criação de um ambiente próprio para as atividades da educação física, (abordagem higienista);
- p) ter em mente que sua missão não é ensinar ginástica para que os alunos memorizem enunciados de exercícios e regras de jogos, etc., mas sim dirigir a classe, de modo que seus alunos pratiquem com regularidade os exercícios, entregando-se aos mesmos e aos jogos, com prazer e entusiasmo;
- q) “auxiliar o médico escolar e atendê-lo nas suas determinações sobre as atividades físicas dos alunos”.(PIAUÍ, D.O, 1940, p.4)

Este Decreto-lei normatiza as ações desenvolvidas pelo professor de educação física na sua prática pedagógica, seguindo normas estabelecidas pela Inspeção de Educação Física que determinou a rotina do professor de educação física como: desenvolver no aluno o prazer de desenvolver atividades físicas através da sistematização de exercícios visando o bem estar físico mental da criança e do adolescente.

Algumas características da docência da educação física já se encontravam esboçadas nessa legislação, como a ênfase na participação do professor de educação física em atividades denominadas de “socialização” organizadas pela escola e no desenvolvimento da noção de higiene e cuidado pessoal do aluno.

Destaca-se, ainda, a dimensão da moralização dos estudantes envolvidos na prática do professor de educação física, relacionando ao caráter de socialização.

2.3 – A organização do ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares no Estado Piauí.

A periodização das aulas de Educação Física estava legalizada no artigo 2º da lei de nº 273 de 17 de Junho de 1939, estabelecia que a educação física como disciplina nos estabelecimentos escolares, seria ministrada durante o ano letivo e diariamente para todos os alunos. Quando isto não era possível devido ao grande número de alunos em relação ao número de professores, ou devido às dificuldades de horário e local, a educação física era ministrada de preferência com os alunos menores, de ambos os sexos, de modo que deveria ter pelo menos três aulas por semana.

A inserção da disciplina na escola implicava na definição de um tempo no horário escolar por sua execução. Além da divisão das alunas em turma e, prevendo possíveis excessos de alunos em relação ao número de professores, a legislação dava preferência aos alunos menores, numa clara concepção do papel higienista e de puericultura corporal da disciplina.

Essa lei em seu artigo 3º, estabelecia que os professores de Educação Física deveriam ministrar aula tanto para sexo masculino como para o feminino, de acordo com as necessidades do ensino e conveniência do horário; conforme a referida lei, não se poderia exigir que uma professora ministrasse a educação física a meninos maiores de doze anos, pois, segundo argumentavam-se na época, a capacidade física da mulher não permitia executar exercícios aos meninos dessa idade. Contudo, estão envolvidos nessa decisão aspectos relacionados às concepções do masculino e do feminino existente no período e à definição de um marco cronológico arbitrário na idade de vida importante para a constituição da masculinidade.

O Artigo 4º da referida lei preconizava a necessidade de se destinar uma sala para o gabinete biométrico, cuja organização ficaria a cargo dos professores de Educação Física. No Artigo 5º era determinado o exame fisiológico, ao qual deveria ser periodicamente submetidos todos os alunos que praticavam a Educação Física, estando dividido em duas partes: o exame clínico a cargo do médico escolar e o exame biométrico, feito pelo professorado de educação física. O Artigo 6º estabelecia que na ausência do médico escolar, se apele para a colaboração generosa dos médicos do lugar, a fim de examinarem, pelos menos, os alunos que

apresentasse sintomas de doenças, estado de desnutrição, deformidades esqueléticas, desenvolvimento físico retardado, etc., verificados no decorrer do exame biométrico e os que se dizem doentes para não fazerem os exercícios físicos.

Nesse aspecto, destaca-se o caráter de preocupação da disciplina com a saúde e o corpo do aluno e o combate à inatividade e o desinteresse do aluno pela disciplina com base em exames médicos.

O Artigo 7º da lei em análise determinava que houvesse dois exames fisiológicos em cada ano letivo; um no início (exame inicial) e outro realizado antes dos exames de fim de ano (exame final). Os resultados dos exames fisiológicos eram registrados na ficha individual adotada, cuja numeração corresponderia à matrícula do aluno. As fichas individuais eram preenchidas de acordo com as instruções especiais baixadas pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. Os exames fisiológicos aplicados aos alunos tinham como objetivo a prevenção à saúde e a classificação dos alunos em relação à prática da educação física.

O artigo 9º determinava que o exame fisiológico inicial devesse ficar terminado dentro do mais curto prazo possível, após o início do período escolar, e de pronto enviado à Inspeção de Educação Física as cópias, em duas vias, dos resultados desse exame.

O Artigo 10º fixava que o exame final deveria ser realizado no mês de setembro e os seus resultados registrados apenas na ficha do estabelecimento. O exame prático realizado, a partir dos treze anos, deveria ser feito no mês de setembro. Uma cópia completa do mapa de resultado deveria ser enviada à Inspeção de Educação Física, anexa ao relatório anual, conforme o artigo 17 do referido decreto.

No artigo 11 era determinado que aos alunos que nunca tinham feito exercício físico, fossem antes submetidos, pelos professores, a realizarem exames biométricos e algumas sessões especiais, tendo por fim prepará-los para o referido exame, durante os quais trabalhasse na correção da posição anatômica fundamental, afastamento lateral, execução dos jogos respiratórios, dos exercícios respiratórios, flexionamento da caixa torácica e elevação dos braços flexionados, ensinando-lhes a respirar amplamente, bem como a dominar as atividades práticas da disciplina educação física na escola.

No artigo 12 era fixado o horário das aulas de Educação Física, organizado pelos diretores dos estabelecimentos, em entendimento com os professores de Educação física, dentro das duas primeiras e das duas últimas horas de trabalho 7:00 às 9:00 e 15:00 às 17:00 em cada turno, respectivamente, tendo em vista que “a educação física só poderá ser ministrada pelo grupamento homogêneos e nunca por classe”.

As sessões do trabalho físico deveriam ser ministradas dentro do tempo de duração regulamentar para cada grupamento e afastadas, uma hora antes e duas horas depois, das grandes refeições. Nos dias em que, devido ao mau tempo, não possa ser realizado trabalho de campo, o professorado de educação física aproveitaria tempo da aula para palestras em classe, sobre a técnica dos exercícios e sobre o valor e a utilidade da Educação Física.

Artigo 15 – preconizava que o professorado procuraria desde cedo selecionar, nas diferentes turmas, os seus guias. Os alunos selecionados deveriam ser submetidos no fim do ano letivo a uma prova de execução individual dos exercícios do Método Francês, compatíveis com o ciclo e o grau a que pertenciam. Os que fossem considerados aptos teriam os seus nomes colocados num grande quadro – quadro de guias, e seriam os guias das suas turmas no ano seguinte. O julgamento nessa prova deveria ser rigoroso, para não baratear a distinção. Os alunos guias selecionados usavam um distintivo próprio, conferido pela Inspeção de Educação Física.

Através desses guias, procuravam-se destacar os alunos modelos para que servissem de modelos de execução perfeita do exercício físico.

O artigo 16 - estabelecia que, para se aferir do desenvolvimento do ensino e dos resultados obtidos, seriam realizadas provas práticas em todos os estabelecimentos de ensino, na última quinzena do período anual. Constarão essas provas de trabalhos físicos para os diferentes graus (sexo separadamente, quando couber), executados pelas diversas turmas do estabelecimento, exclusivamente com exercícios do programa organizado para o ano correspondente. Esses trabalhos serão traçados num plano geral, executados perante o Diretor e o professorado do estabelecimento, os quais deverão lançar ao pé do plano-programa as suas impressões. Este documento deveria ser remetido à Inspeção de Educação Física, anexo ao relatório anual.

O Artigo 17 determinava que era obrigatória a freqüência às aulas de Educação Física. O aluno do curso primário ou do curso normal, que não tiver uma freqüência de oitenta por cento das aulas dadas de educação física, não poderia fazer exame das demais disciplinas e não seria promovido de classe. Em se tratando de conclusão de Curso, os alunos que não tivessem a freqüência exigida só poderiam ser diplomados depois de observada a mesma média de freqüência, com o início no primeiro dia de aula do período anterior no período seguinte.

Para a verificação desta freqüência, o professorado de educação física, deveria proceder à chamada diariamente, registrando em livro próprio as faltas que constatar. Os professores de Educação Física apresentariam mensalmente, até o dia cinco, aos diretores dos estabelecimentos que eram lotados a relação da freqüência do mês anterior, que deveria ser registrada para os devidos fins, e enviada à Inspeção de Educação física. A educação física não mensurava o aluno através de notas no exame prático, sendo exigida como tal somente a freqüência que era obrigatória, desta forma, o documento oficial determinava:

A fim de evitar os futuros dissabores, o Gabinete Médico-Biométrico, mais uma vez, chama a atenção dos alunos, dos pais ou dos responsáveis, de acordo com as instruções em vigor da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde, não é permitida a justificação de faltas das lições de educação física, mesmo por motivo de doença. Os alunos só serão dispensados da prática normal de educação física em caso de acidente por ocasião das lições ou nos caso de doenças prevista nas referidas instruções, depois de devidamente verificados pelo médico da escola (DIÁRIO OFICIAL, nº 173, 1943).

O artigo 18 determinava que deveria haver unidade de doutrina nos ensinamentos ministrados no Curso Especial de Educação Física, e nos estabelecimento de ensino, deveria ser mantida uma estreita ligação entre eles e a Inspeção de Educação Física, não sendo absolutamente permitida qualquer alteração nas Instruções e diretivas baixadas por esta Inspeção, sobre o assunto. A ligação acima referida seria feita pela remessa anual das informações, sendo que através desse mecanismo procurava-se controlar o trabalho do docente de educação física, dando o papel definido pelo Estado para esse professor de socializador e construtor do corpo saudável do povo. O referido Decreto estabelecia, no seu artigo 21, que cada estabelecimento promovesse, anual e obrigatoriamente, uma demonstração de Educação Física, em dia de festa nacional,

de livre escolha, cujo programa deveria ser submetido à aprovação da Inspetoria de Educação Física, com uma antecedência de trinta dias da data de sua realização.

Nesse artigo era configurado o papel do professor de educação física, como organizador e participante imprescindível das comemorações cívicas, com a organização de demonstrações de educação física e de promoções de jogos, torneios e campeonatos.

Artigo 23 determinava que o professorado de Educação Física providenciaria pelo emprego de todo o tempo de serviço, o qual deverá ser de 4 horas de campos e duas horas de Gabinete, de acordo com as exigências do serviço e com as instruções juntas, quando este tempo for todo ocupado num só turno. Nos casos em que servia em dois turnos, trabalharia duas horas em cada turno, sendo uma hora de trabalho físico, de campo, duas aulas e uma hora de serviço de gabinete.

O professor de Educação Física usava, obrigatoriamente durante o trabalho, uniforme próprio, indispensável à organização, em cada estabelecimento, de um programa para cada grau e ciclo por sexo separadamente quando couber, correspondente às suas condições particulares e recursos próprios. A legislação procurava disciplinar tanto o trabalho docente do professor de educação física, como a indumentária que, dada a especificidade da disciplina, o professor deveria usar durante as suas aulas, o que é uma especificidade preditiva para o professor de educação física, construído um modelo docente.

Ressalta-se que, no período em que a disciplina Educação Física se inseriu no contexto da organização do ensino público, pode-se destacar a marcas de gênero onde se estabelecia uma professora para ministrar aula para as meninas e um professor para os meninos.

Com o fim de levar o ensino da Educação Física a todos os estabelecimentos localizados no interior do estado, o Interventor Federal promulga, neste período, o Decreto-lei nº 248 de 2 de março de 1940, do qual destaca: “As prefeituras cuja a receita arrecada no exercício de 1939 for igual, ou superior a 40, 500 e 1.000 contos de réis, ficam obrigadas a mandar no corrente ano, uma, duas e três professoras respectivamente, para por conta do município, fazerem o curso especial de educação física, percebendo a mensalidade de RS 300\$000”. Consta ainda que as professoras matriculadas nas condições deste artigo, diplomadas pelo curso especial de educação física, servirão nos respectivos municípios, pelo prazo mínimo

de cinco anos, pelo ensino de sua especialidade. (Relatório anual, Governo do Piauí, 1940).

Em virtude, pois, dessa exigência os municípios de Parnaíba, Campo Maior, Jose de Freitas, Amarante, Oeiras e Picos mandaram professoras normalistas para o fim previsto naquele dispositivo de lei.

Com essa providência, o Departamento de ensino tinha como objetivo elevar o número de professores especializados em Educação Física, de modo a prover com esses professores os estabelecimentos de ensino não somente da capital, mas das principais localidades do Estado, de forma semelhante ao que foi feito quando da criação da escola Normal de 1910 (LOPES, 2009).

Pelo Decreto-lei de nº 391, de 17 de Junho de 1941, o interventor Federal, Dr. Leônidas de Castro Melo, considerando que as escolas existentes eram deficientes; pela crescente elevação da matrícula no ensino primário decretou a criação de novos cargos para professores de Educação Física em Escolas de 4ª entrância com a contratação de 15 professores de Educação Física, Escolas de 3ª entrância com a contratação de 10 professores de Educação Física, Escolas de 1ª entrância com 10 professores de Educação Física, sendo as escolas classificadas conforme o número de alunos matriculados e o número de professores existente e a população da cidade de localização de cada escola. Observa-se, após análise dos documentos pesquisados, a preocupação do Departamento de Educação através da Inspeção de Educação Física de determinar a lotação dos professores aprovados e diplomados no 1º 2º e 3º Curso Especial Normalista de Educação Física no período de 1939, 1940 e 1941, onde foram diplomados 50 novos professores (PIAÚÍ, 1941)

Em 21 de Novembro de 1941, através do decreto lei de nº 454, o interventor federal liberava o valor de R\$ 55:447\$200, para pagamento de mobília e material de Educação Física em grupos escolares da capital e do interior. Observa-se que a Educação Física como disciplina curricular e obrigatória toma uma configuração de disciplina que passa a ser tratada com a mesma importância das outras disciplinas presentes na matriz curricular no ensino primário e secundário neste período, bem como a necessidade de suprir essa disciplina com equipamento necessário a seu funcionamento.

Entre o material adquirido para as aulas de Educação Física, expresso para serem usados no Liceu Piauiense, Escola Normal e Grupos escolares, o Departamento de Ensino, através da Inspeção de Educação Física, adquiriu no Rio

de Janeiro os seguintes materiais indispensáveis à educação física: gabinete médico; 6 cabos de manilha com 6 metros; 1 cabo de guerra, com 30 metros; 4 varas de bambu para saltos; 6 halteres, de 5, 10, 20, 30, 40, e 50 kilos; 20 Medicines-ball, de 2, 3, 4 kilos; 22 pesos esfericos de ferro, de 5 kilos e 7,257; 2 Dardos para lançamentos; 2 discos; 2 martelos de bronze para lançamento; 2 bolas de voley-ball; 6 petecas; 1 par de rede para petecas; 1 bola cagebal; 2 trenas de 20 e 40 metros; 1 pistola belga com munição de festim; 1 cronômetro de 1/5 de segundo; 10 bandeirolas; 20 bolas de borracha de vários tamanhos; 1 pá; 1 enxada e uma bomba de ar. (Piauí, 1940)

Para realização de exames biométricos os professores de Educação Física dispunham de 1 balança com precisão até 100 gramas; 1 toesa para altura; 1 fita para busto; 1 quadro mural para envergadura; 2 fitas métricas metálicas de dois metro cada; 1 compasso de espessura; 1 dynamômetro manual; 1 dispositivo para utilização deste dynamômetro na medida da força lombar; 1 espirometro de Barnes; 1 chronômetro; 1 mesa de virola. (Piauí, 1940)

Em 1940 por ocasião do 95º aniversário do Liceu Piauiense, a Inspetoria de Educação Física realiza demonstração de atividade de Educação Física, como mostra a foto1, no sentido de caracterizar a importância dessa disciplina como atividade de desenvolvimento corporal de força, onde os alunos realizavam atividade da modalidade atletismo com exercício de salto com vara no setor de esporte do Liceu Piauiense.



Foto01

Em 1943, no Liceu Piauiense, a demonstração da atividade de voleibol como conteúdo trabalhado nas aulas de Educação Física, se torna uma ferramenta possível de ser trabalhada de forma pedagogicamente correta pelos professores formados no curso especial normal de Educação Física.



Fonte: Diário Oficial, 1943. Foto 02

A Educação Física, neste período, começava sua afirmação no contexto escolar. Os eventos esportivos realizados no Piauí é uma prova, entre elas: jogo de voleibol, atividades esportivas em comemoração ao 95º de aniversário do Liceu Piauiense, programação esportiva com uma programação e organização realizada pelos alunos e professores desta instituição e de instituição privada convidadas. Além de desfile dos alunos de Educação Física, havia jornadas de atividades esportivas com participação das modalidades de atletismo, com as atividades de corrida de velocidade, salto em distância e com vara, corrida de estafeta; os esportes, volley-boll e basquete-boll. Houve premiação destinada às equipes vencedoras. Recebia homenagem as figuras ilustres da época, tais como o interventor federal do estado, Dr. Leônidas de Castro Melo, o Diretor do

Departamento de Educação, o Diretor da Escola Normal Oficial, o Diretor do Ginásio Ateneu Piauiense, o Prefeito Municipal, o Diretor do Ginásio São Francisco de Sales, o Diretor do Departamento da Municipalidade, o Comandante do 25º Batalhão de Caçadores e da Força Policial do Estado.

Sousa e Vago (1997), citado por Aguiar (2002), destacam as influências médicas e militares que marcaram a inserção da Educação Física nas escolas no final do século XIX e início do século XX, fazendo-a portadora de idéias e de práticas de higienização e disciplinarização de corpos. Nesse sentido, ela se propunha a estabelecer vínculo direto com a saúde individual, estabelecendo uma influência médica e militar:

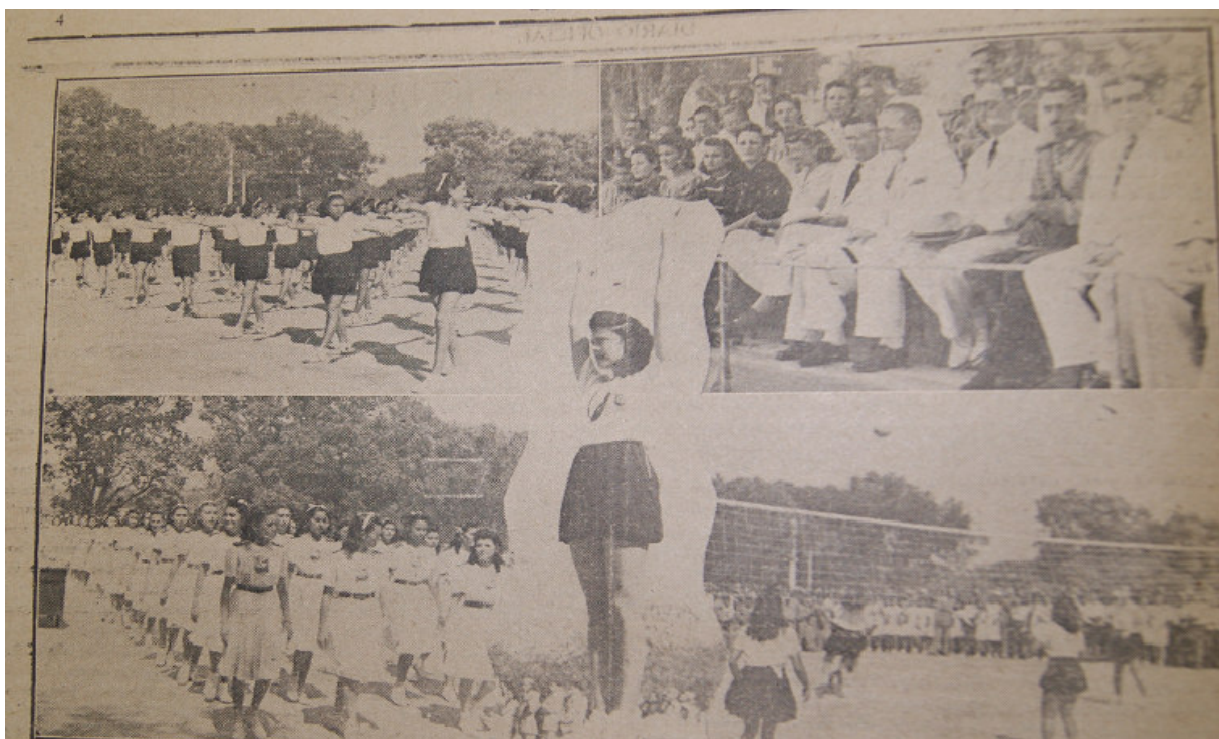
Em momento distinto, estas instituições estabeleceram o rumo da Educação Física no Brasil, delineando o seu espaço e definindo o seu campo de conhecimento. Do mesmo modo, colocam-na a serviço da realidade brasileira, contribuindo para a construção de uma nova ordem econômica, política e social, participando ativamente do projeto de assepsia social que buscava a produção do corpo saudável. (AGUIAR, 2002, p.54)

Neste período, havia uma exibição pública e mais participação efetiva nas atividades elaboradas pela inspetoria de educação física das instituições escolares públicas e privadas. Pode-se ainda perceber, por ocasião do 95º aniversário do Liceu Piauiense, (foto3), a presença de professores, militares, médicos e outras categorias com a participação de árbitros e fiscais nas modalidades esportivas citamos, por exemplo, o Professor Manuel de Carvalho Anchieta, professor e Diretor do Curso Especial de Educação Física, atuando como árbitro nas modalidades: corrida de revezamento 4 X 400; voleibol e basquetebol. O Professor Audir Fortes Rebelo, Diretor da Inspetoria de Educação atuando como árbitro nas modalidades, voleibol; o Professor Antilhon Ribeiro Soares, Tenente Alexandrino Correia Lima, Professora Maria de Jesus Couto, Heloisa de Castro França, Tenente Jose Rosa Wernz; Professor Benjamin Soares de Carvalho, Diretor do Departamento de ensino (Diário Oficial, 1943, p.6).

Neste mesmo período, a Educação Física, como disciplina nas escolas, buscava sua legitimidade. Essa busca pode ser observada pelo numero de participantes nos eventos que eram organizados, onde se via, de forma positiva, a participação das instituições escolares públicas e privadas. Neste período, destacava-se o Colégio Liceu Piauiense, Ginásio Ateneu Piauiense, Escola Normal Oficial, Colégio São Francisco de Sales, em Teresina. Ginásio Parnaibano e Colégio

Clóvis Salgado em Parnaíba, que tinham a disciplina Educação Física na grade curricular (PIAUÍ, 1943).

O Piauí regulamentou a obrigatoriedade da Educação Física nas Escolas, a partir do ano de 1942, baseado na determinação do Departamento Nacional de Educação, que através da portaria ministerial de nº 97 de 22 de abril de 1942, dispõe sobre o número de aulas semanais de cada disciplina e o de sessões semanais de Educação Física do curso ginásial para alunos do sexo masculino.



Sessão de aula de Ed. Física Escolar, Liceu Piauiense, em 1942 (DO, 1942) Foto 03

Em 1942, de acordo com o artigo 15º do decreto-lei nº 4.245, de 9 de abril de 1942, resolve fixar de acordo com o artigo 1º o número de aulas de cada disciplina para o ginásio [...], e para a educação física, fixar sessões semanais para alunos do sexo masculino da I, II, III, IV séries três aulas por semana e para o sexo feminino sessões de duas aulas por semanas (PIAUÍ, 1942).

2.4 – A Educação Física no período de 1945 a 1961: o vazio no campo da educação física escolar.

No período de 1945 a 1950, o Piauí tinha como governador do Estado Dr. José da Rocha Furtado, neste período, não foi possível encontrar registros de informações relevantes sobre a disciplina Educação Física, as quais deixa-se de discuti-las por falta de informações documentais significativas. Assim como não foi possível registro significativo sobre a Educação Física na década de 1950. Contudo, em 1952, houve uma nova organização administrativa do Departamento de Ensino.

A administração dos serviços públicos de ensino apresentava nesse período, uma organização geral de ensino encarregada de incentivar e desenvolver as atividades educativas, na esfera estadual composta pela: Divisão de organização; Divisão de Inspeção; Divisão de Educação Física; Serviço de Administração e Serviço de Educação de Adultos. Portanto, no que diz respeito à Educação Física, neste período, a Inspetoria de Educação Física era transformada em Divisão.

A Divisão de Educação Física através da Inspeção do serviço de Educação Física, realizou trabalhos de inspeção em todos os grupos da capital, manteve uma relação mais estreita entre a Divisão e aquele serviço e orientação mais eficiente, junto às atividades dos professores e constatou que no Estado havia 68 cargos de carreira de professor de Educação Física, dos quais 25 lotados nos grupos da capital e 43 nos demais do interior (PIAUÍ, Relatório Anual, 1952, p.34).

A finalidade da Divisão de Educação Física era de fiscalizar e orientar o ensino de Educação Física na capital e nos principais centros urbanos do Estado. No relatório anual de 1954, consta o registro de que as instalações dos serviços de Educação Física nas escolas primárias apresentavam inúmeras deficiências pela falta absoluta de material próprio. Neste período, existiam 43 cargos de professores de Educação Física lotados em grupos escolares do interior, mas, apenas vinte e seis professores em atividades. Os demais se encontravam afastados em diferentes funções (PIAUÍ, Relatório anual 1954, p.32).

Durante o governo do General Jacob Manoel Gayoso e Almendra no período de 1956 a 1960, os registros sobre o Sistema Educacional, destacam a preocupação com a reestruturação e melhoria do quadro de professores primários e professor de Educação Física. Neste período, a Escola Normal Antonino Freire apresentava o

corpo docente constituído de 23 professores catedráticos, 15 interinos, 3 contratos e um professor primário que estava à disposição da Escola, servindo na cadeira de Educação Física. Observa-se que na Escola Normal a Disciplina Educação Física, sendo ministrada por um professor sem a formação específica em Educação Física, o que se conclui neste período a desvalorização da disciplina por parte do gestor público em contramão à valorização desse profissional e da disciplina ocorrida na década de 40.

No final do governo do General Jacob Manoel Gayoso e Almendra, destaca-se a elaboração de um plano de atividade educacional para o triênio 1956-1958 firmado junto ao Fundo Nacional do Ensino que tinha como um dos objetivos o reaparelhamento da Educação Física, em todas as escolas do Estado, notadamente nas escolas da capital. Neste período, a professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho foi contemplada com uma bolsa de estudo para a Universidade Federal do Brasil, após a realização de teste pela Secretaria de Educação e Cultura, atendendo à política de qualificação de professores de Educação Física, oferecida pelo Ministério de Educação aos Estados. Assim afirma a professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho (2010):

Em janeiro de 1957, recebi a bolsa para fazer o curso de formação em curso normal em educação física no Rio de Janeiro, na Faculdade Federal do Brasil, fui aprovada no vestibular, fiz os três anos em um só, assistia aula com os alunos do 1^a, 2^a e 3^o anos, no período de março a Dezembro de 1957.

Relata ainda a professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho, que ao retornar do Rio de Janeiro em 1958, retorna às suas atividades como professora de Educação Física no Grupo Escolar Padre Sampaio na cidade de José de Freitas, onde trabalhou durante um ano, sendo um sonho trabalhar na escola que estudou e depois foi transferida para a cidade de Campo Maior, e ainda recorda:

A disciplina Educação Física no ensino primário, e nas séries do ginásio a existência de 2 aulas por semana e no ensino colegial, científico clássico a ausência da disciplina educação física, só com o advento da Lei 4.024/61, a educação passa a ter 3 aulas por semana tanto no primário, no ginásio e no científico clássico era a valorização da educação física (2010).

Recorda a professora “que neste período era grande a dificuldade para lecionar Educação Física, mesmo com toda a formação que obteve durante seu curso na Universidade Federal do Brasil, as escolas principalmente no interior (José

de Freitas e Campo Maior) onde lecionou não tinha espaço físico, material e para realizar as atividades práticas, para a compra de material era necessário fazer bingo, festinhas junto aos alunos”.

Sessão de aula de Educação Física no ensino primário



Fonte: Diário Oficial, nº226

Foto 04

Na década de 1960, o então governador Chagas Rodrigues, convencido de que a educação da juventude era uma das mais sensíveis metas de governo, deu especial atenção no início sua gestão, através do Decreto-lei de nº1.892 de 21 de novembro de 1959, no campo administrativo da educação, a partir da aquisição de sede própria, para a escola, instalações de novas unidades na capital e no interior, aquisição de material e equipamento didático, seleção de professores, especialização de professores primários, reestruturação dos serviços de inspeção escolar.

No campo da Educação Física a rede estadual de ensino contava com 84 professores. Dentre suas realizações no campo da expansão e melhoria da rede física, observou-se a construção de uma quadra ao lado da Assembléia Legislativa, de piso de tijolo e coberta com argamassa de cimento destinada à prática de Educação Física das alunas da Escola Normal. (PIAÚÍ, Relatório anual, 1960).

Embora, sem as marcas do período inicial, a formação de professores da área de educação física continua a acontecer de outras formas. A professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho, professora normalista, após um passeio no seu passado rememorando para esta pesquisa fala da importância da sua formação: “um sonho que realizei duas vezes me formar em educação física na Universidade Federal do Brasil me tornando professora de educação física e ter conhecido o Rio de Janeiro”

Todos e cada um dos colaboradores desta pesquisa enfatizam nas suas recordações aquilo que foi ou lhe é mais significativo. Em relação à pergunta, de como eram ministradas as aulas de educação física relata Carvalho (2010), que trabalhou nas cidades de José de Freitas e Campo maior e afirma:

As aulas de educação física, naquela época era diferente, hoje em dia já tem professores especializados voleibol, handebol, futebol, que era para os homens, pras mulheres na minha época eu dava voleibol com outra colega e a parte de exercícios, já na Escola Normal ficava com a parte recreativa, na escola pública era duas aulas por semana era horário contrário as turmas sexo separado aula prática e avaliação os teste o aluno tinha que participar(CARVALHO, 2010).

A professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho é um exemplo após concluir o curso na Escola Nacional de Educação Física e Desporto em dezembro de 1957, retornou a Teresina e foi designada para lecionar na cidade de José de Freitas tornando-se a primeira professora formada de educação física na instituição, demonstrando que a interiorização do professor de educação física formado, se deu em ritmo diferente do desejado pelo estado.

2.5 - A Educação Física no período de 1961 a 1975: a obrigatoriedade da disciplina Educação Física.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação em 1961, que recebeu a denominação de Lei 4.024/61, O Dr. Chagas Rodrigues, então governador do Piauí, solicita do Departamento de Educação um levantamento estatístico do quadro de professores e de alunos matriculados no ano letivo de 1961. Constatou-se que existiam 84 professores de educação física na rede estadual de ensino e que as sessões de aulas semanais, aconteciam para o sexo feminino e masculino, três aulas por semana. Estava estabelecido na própria lei, no seu artigo 22, “Que será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos” (BRASIL LDB. 4.024/61).

No ano de 1962, o professor Conrado Nogueira Barros, professor da rede estadual de ensino, relata a oportunidade de fazer no Rio de Janeiro, na Escola de Educação Física do Exército, um curso de formação em Educação Física, retornando ao Piauí, no mesmo ano, afirma:

Eu já era professor de educação física, lecionava no Liceu Piauiense, e ministrava aula de desporto na Escola Industrial Federal do Piauí, naquela época trabalhávamos mais com o esporte preparávamos os alunos para competir e tinha como espaço, a quadra do Liceu, da Escola Industrial e o complexo esportivo João Antonio Leitão no Pirajá (2010).

Neste período, conforme afirma Ghiralddeli (1988), a educação física utilizava-se da abordagem competitivista “Esporte para todos” com a finalidade marcada pelo forte apelo aos esportes de competição oficiais, por um “culto do atleta-herói”, essa visão foi o predominantes no regime militar. Foi o período que houve um maior investimento na educação física como um todo. O professor deveria preparar os futuros atletas a serviço de uma hierarquização e elitização social.

No período de 1962 a 1975, não foram encontrados registros significativos nos documentos sobre a Educação Física no Piauí, porém destacamos que no ano de 1971, no governo de Alberto Silva, a expansão e melhoria da rede escolar, através do convênio com o MEC/DED, para a construção do Centro de Treinamento de Educação Física em Teresina. Em 1975, durante o governo do Dr. Dirceu Arcoverde, o setor de Educação recebeu tratamento especial ao oferecer instrução a toda a população escolarizável do Estado. Com relação à expansão física da rede de ensino, nos níveis de 1º grau e 2º graus, na área da Educação Física, observou-

se a conclusão Centros Esportivos em Teresina, destinados ao atendimento da população escolar de 1º e 2º graus, para atender o dispositivo do Departamento de Educação Física do Ministério de Educação, em observância a Lei de nº 6.251/75.

Segundo Brito (1985), na área de Educação Física, no ano de 1975, previa-se a intensificação da prática da Educação Física, nas Escolas Públicas do 1ª e 2º graus, no sentido de atender as diretrizes do Plano Nacional de Educação Física e do Desporto. Nesse sentido foi necessário providências por parte do governo, com vistas a atender o referido plano, como a preparação de áreas apropriadas à prática em todas as Unidades Escolares e habilitação em cursos regulares de nível universitário do pessoal docente necessário para atender a demanda da disciplina.

A professora Lucia Albuquerque Noberto relata que fez curso oferecido pela Secretaria de Educação que dava direito a lecionar da 1ª a 4ª série do primário e se tornou professora de Educação Física no Complexo Escolar Cristo Rei em 1973 na Unidade Escolar Odilon Nunes, já sob a reforma educacional da Lei Diretrizes de bases 5.692/71. Perguntado sobre sua experiência como professora afirma que:

Comecei a lecionar Educação Física na série de 1ª a 4ª série, no complexo Escolar Cristo na Unidade Escolar Odilon Nunes, na Unidade Escolar Euripedes de Aguiar, Secretaria de Educação e no complexo de Fátima, onde exerci também a coordenação de Educação, no setor publico federal lecionei no colégio agrícola de teresina ministrava aula para as alunas do curso educação para o lar depois passei a lecionar pratica de ensino no centro de ciências da educação na Universidade Federal do Piauí (2010).

O percurso da Educação Física na escola foi se constituindo pelas intenções que, em cada momento histórico, foram se conjeturando no contexto social, educacional e cultural e o que se observou era uma acentuada preocupação da esfera governamental em fornecer o amparo legal para sedimentar os alicerces da educação física nos estabelecimentos de ensino em suas diversas modalidades da época. Isso no sentido de não só dá a legalidade a esta disciplina, mas também sua legitimidade através de formação de professores.

2.6 – O percurso histórico da Educação Física e sua relação com a construção do conhecimento.

Analisar o percurso histórico da Educação Física é de suma importância quando se objetiva entender melhor as mudanças que ocorreram ao longo da sua constituição. É o ponto de onde se parte para fundamentar as razões que ora permitem um debruçar-se sobre este tema, acreditando que o panorama atual da Educação Física Escolar tem raízes profundas na sua história e que quaisquer alternativa de mudança de cenários precisa, primordialmente, levar em consideração a construção histórica que fez da Educação Física, rica e desafiadora área do conhecimento humano.

Três anos após a aprovação da reforma do primário e do secundário, em 1854, a ginástica passou a ser uma disciplina obrigatória no primário e a dança no secundário. Na reforma realizada, a seguir, por Rui Barbosa, em 1882, houve uma recomendação para que a ginástica se tornasse obrigatória para ambos os sexos e que fossem oferecidas para as Escolas Normais obrigatoriamente esta que se deu até o período da década de 1930.

No Piauí, a implantação da lei ocorreu apenas em parte especialmente na Escola Normal e no Liceu Piauiense, pelo fato de não existir professores de Educação Física que atendessem nas escolas situadas no interior do estado, o que levou o Interventor Federal, através de decreto, a criar a Inspeção de Educação Física e a implantar o curso de formação especial de educação física neste período. (PIAUI, 1939).

A partir de meados da década de 30, a concepção dominante da Educação Física é calcada na perspectiva higienista. Nesta, a preocupação central é com os hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício. O método ginástico procurava capacitar os indivíduos no sentido de contribuir com a indústria nascente e com a prosperidade da nação. No modelo militarista, os objetivos da Educação Física na escola eram vinculados à formação de uma geração capaz de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra, por isso era importante selecionar os indivíduos perfeitos fisicamente, excluir os incapacitados, contribuindo para uma maximização de força e do poderio da população (Taffarel, 1992).

Ambas as concepções higienista e militarista da Educação Física consideravam a Educação Física como disciplina essencialmente prática, não necessitando, portanto, de uma fundamentação teórica que lhe desse suporte. Por isso, não havia distinção evidente entre a Educação Física e a instituição militar.

Sousa e Vago (1997), citado por AGUIAR (2002), destacam a influência médica e militar que marcaram a inserção da Educação Física nas escolas no final do século XIX e início do século XX, fazendo-a portadora de idéias e de práticas de higienização e disciplinarização de corpos. Neste sentido, ela se propunha a estabelecer vínculo direto com a saúde individual, estabelecendo uma influência médica militar.

Em momento distinto, estas instituições estabeleceram o rumo da Educação Física no Brasil, delineando o seu espaço e definindo o seu campo de conhecimento. Do mesmo modo, colocando-se a serviço da realidade brasileira, contribuindo para a construção de uma nova ordem econômica política e social, participando ativamente do projeto de assepsia social que buscava a produção do corpo saudável (AGUIAR, 2002, p.54).

Na constituição de 1946, a inspiração é considerada liberal-democrática, face à influência dos educadores da Escola Nova. Este movimento que surgiu anteriormente (década de 20), mas que se fez presente nesta fase, tinha por base o respeito à personalidade da criança, visando desenvolvê-la integralmente, caracterizando-se por uma escola democrática e utilitária, cuja ênfase punha-se no aprender fazendo, prática pedagógica utilizada pela Educação Física, através de exercícios físicos e do esporte na proposta militarista da época..

O discurso predominante na Educação Física passa a ser: “A Educação Física é um meio da Educação”. O discurso desta fase advoga em prol da educação do movimento como uma única forma capaz de promover a chamada educação integral predominante na Educação Física. Observa-se que, ao menos ao nível do discurso, há uma passagem da valorização do biológico para o sócio cultural, embora a prática permanecesse praticamente inalterada. (BRASIL, 1946)

Quando faz referências a este período da história da Educação Física, Ghiraldelli Junior (1988) lembra que, apesar da adoção da concepção pedagogicista, não houve o abandono na prática de uma Educação Física comprometida com uma organização didática ainda sobre os parâmetros militaristas. Contudo, a proposta escola-novista explicita formas de pensamento que, aos poucos, alteram a prática da Educação Física e a postura do professor.

Ao realizar-se esta incursão pela história da Educação Física e sua inserção na escola percebem-se quantos indícios históricos surgem para justificar o quadro atual que caracteriza a Educação Física Escolar. A obrigatoriedade do ensino da ginástica no ensino primário, a solidificação da perspectiva higienista, o surgimento dos métodos ginásticos como primeira experiência de sistematização para a escola, o surgimento do modelo militarista de Educação Física, as influências da Escola Nova, e a ascensão do modelo esportivista, deixa claro o quanto a Educação Física sempre esteve atrelada à mudança no cenário político-social brasileiro, sendo transformada convenientemente para atender a demanda emergente, se constituindo como importante instrumento de defesa da ideologia dominante.

De posse deste apanhado histórico, buscamos estabelecer relações de intersecção entre a Educação Física e a construção do conhecimento gerada pela Educação Física.

2.7 – Educação Física a construção do conhecimento no contexto Escolar.

A Educação Física na escola trouxe, em sua capacidade, um leque de conhecimento que, mesmo sem a devida sistematização, disseminou-se, atribuindo a reputação de disciplina curricular, pois, a Educação Física, no contexto escolar, sempre teve o que ensinar:

De maneira geral, portanto, nunca faltou à Educação Física o que ensinar. Até porque se tivesse lhe faltando o que ensinar certamente o seu destino seria a extinção. E se não foi extinta do currículo escolar, certamente, é porque dela sempre esperou-se que ensinasse algo. (VAGO, 1995, p.21)

Faz-se necessária algumas considerações que dêem conta do entendimento do que é a escola, de que conhecimentos precisam ser veiculados por ela e ainda, qual o papel da Educação Física no contexto escolar, como se configurou a Educação Física como disciplina, sem perder de vista toda a sua construção histórica, no intuito de apontar caminhos que enunciem mudanças significativas na realidade atual.

Nos currículos, a Educação Física, como disciplina escolar, sempre foi ministrada utilizando os conhecimentos da ginástica como ferramenta do método francês, “regulamento 7”, os aspectos corporais da higiene, da eugenia e dos esportes, com a preocupação de oferecer aos alunos força corporal e

aperfeiçoamento de suas habilidades físicas. Esses conteúdos prevaleceram por todas as décadas de trinta, quarenta, cinquenta, sessenta e setenta, como prática tecnicista e tradicional.

No período da década de 30 a 60 do século XX, a Educação Física estava inserida na grade curricular do ensino primário, ginásio e secundário, com duas aulas por semana, em suas respectivas séries, e esta quantidade de aula se estabeleceram na década de sessenta, regulamentada pela Lei 4.024/61, no seu artigo 22. “Será obrigatória a prática da Educação Física nos cursos primário ginásial e secundário, até a idade de 18 anos”, sofrendo modificação a partir da reforma educacional de 1971, Lei 5,962/71, artigo 7º “Será obrigatória a inclusão de [...], Educação Física [...] nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, com três aulas por semana, com carga horária de cento e vinte horas aula anual. Foi desta forma que a Educação Física se configurou no contexto da Educação como disciplina escolar neste período da história. .

Esta afirmação remete a um universo de possibilidades para a construção dos conteúdos que foram desenvolvidos pela Educação Física como linguagem, o que dificultava a interação entre professores da área. É mais cômodo, mas também era necessário transformar a Educação Física sob o princípio que norteavam as possibilidades didáticas na busca da construção do conhecimento durante o seu percurso histórico no período de 1930 a 1975..

3.1 – A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: da professora normalista especializada ao licenciado.

O objetivo deste capítulo é apresentar a formação do professor de Educação Física no Brasil e no Piauí, a partir de 1939 até o ano de 1975, visando compreender o modo de constituição do corpo docente da disciplina e sua formação. Portanto, optou-se por realizar uma periodização histórica e contextualizada sobre os cursos ministrados no Brasil e no Piauí, nesse período, e que visavam preparar o professor para ministrar aula de Educação Física nas escolas públicas. O estudo abrange a análise das concepções educacionais que configuraram os cursos especiais de Educação Física, considerando os aspectos sócio-econômicos e político-educacionais que serviram de base em cada período histórico dessa formação.

No sentido de facilitar a exposição do processo de formação dos profissionais de Educação Física, no Brasil e no Piauí, no período em pauta, este capítulo está subdividido em três momentos: Curso Especial Normal de Educação Física de 1939 a 1969, Cursos formação emergencial de 1969 a 1974 e o início do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí.

3.2 – A formação nos Cursos Especiais de Educação Física: 1939 – 1969

Esta abordagem tem o intuito de analisar a formação do professor de Educação Física, com base no pressuposto de que tais ações formativas influenciaram não só os que a vivenciaram, mas também as gerações seguintes.

DaCosta (1999) descreve as portarias, pareceres e resoluções que na trajetória histórica legalizaram a formação de professores de Educação Física e relata que em 1930, através da portaria de 11 de janeiro, o Ministro da Guerra organizou o Centro Militar de Educação Física, destinado a formar instrutores e monitores. Além de difundir, unificar e intensificar o ensino da Educação Física no Exército, o artigo 95 dessa portaria dispunha: “O centro receberá, também, para os seus cursos, oficiais e sargentos das forças auxiliares, professores federais, estaduais ou municipais e civis”.

Em 1931, através do Decreto nº 19.890, de 18 de abril era determinado que: “art. 9 – Durante o ano letivo haveria, ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de Educação Física para todas as classes”. A portaria nº 70,

de 30 de junho, aprovava os programas das atividades da Educação Física para o curso secundário, acompanhados de orientação metodológica (DACOSTA, 1999, p. 55).

Em 1932, o Decreto nº 21.241, de 4 de abril, estabelecia que “manter a exigência da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário era reconhecer a necessidade da criação da função de inspetor especializado nesta prática educativa. Em 1933, o Decreto nº 23.252, de 19 de novembro, transforma o Centro Militar de Educação Física em Escola de Educação Física do Exército. E neste período é admitida a matrícula de civis em seus cursos, de acordo com sua regulamentação.

Em 1935, em 18 de julho, através de portaria o diretor geral, baixou instruções para o registro de professores da Diretoria Nacional de Educação inclusive para professores de ginástica. Em 1937, a Lei nº 378, de 13 de janeiro, reorganizava o Ministério da Educação. O artigo 10 determinava a composição do Departamento Nacional de Educação e o artigo 12 estabeleceu que a administração da educação física ficasse a cargo da divisão de educação física.

Neste sentido, é que no ano, de 1939, através do Decreto Lei de nº 1.212, de 17 de abril (D.O.U. de 20.4.39) o governo federal criava a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação Física e Desporto, responsáveis pela formação de professores de Educação Física no Brasil. O governo do Estado do Piauí sentiu a necessidade de implantar a Educação Física e as práticas de atividades físicas considerando a ausência desta disciplina na grade curricular das escolas públicas.

A Inspetoria de Educação Física vinculada à Divisão de Educação do Piauí, foi criada através do Decreto Lei nº 168, de 3 de março de 1939, com o objetivo de regulamentar o funcionamento do Curso Normal em Educação Física, destinado aos portadores de diploma de professores normalistas ou certificado de conclusão de estudos secundários e o Decreto nº 237, de 17 de junho de 1939, normalizava a disciplina Educação Física, estabelecendo as instruções ao funcionamento das aulas, nos estabelecimento de ensino primário e, no mesmo ano divulga o decreto de inscrição para o primeiro Curso Especial de Educação Física.

O Departamento de Ensino, através da Inspetoria de Educação Física, inscreve para o Curso Especial de Educação Física, cinquenta candidatos, na sua maioria mulheres. Justifica-se este percentual pela quantidade de normalista existente neste período. A necessidade de dotar a instituição escola pública de um

professor com Curso de Educação Física, o qual viria preencher uma necessidade constantemente solicitada pela comunidade educacional, levou o então Governo do Estado a solicitar do Governo Federal, o envio de um profissional da área para coordenar as ações e ministrar o curso. Foi enviado para tal missão o professor Manoel Carvalho de Anchieta, oriundo do Estado do Espírito Santo.

O profissional especializado a quem foi confiada a missão de organização do Serviço de Educação Física no Piauí em seu discurso, deixa claro sua concepção e o papel da Educação Física assim se pronunciou:

[...] Meus amigos, venho de longe. A muitas léguas de distancia, deixei o meu pequenino Espírito Santo, para vir colaborar convosco Para tanto não medi sacrifício , pois a tarefa que se une impõe não admite alternativa. Trata de uma obra de alto valor patriótico, repassada do mais puro e elevado sentimento de brasileiro. É, como bom brasileiro que me orgulho de ser, não conhecendo fronteiras dentro do meu pais [...] aceitando com entusiasmo, a honrosa e dignificante missão que ora me é proporcionada pelo Governo do Piauí, confiando-me a organização do Serviço de Educação Física neste Estado, cujo curso de formação de professores especializados, vem de ser neste momento instalado [...] A criação da Inspeção de Educação Física nessa unidade da Federação é um feito de projeção nacional [...] Todos vos bem conheceis das vantagens enormes oriundas da educação física. Harmonizando cérebros e corações, como peça necessária ao funcionamento vital, contribuindo para a construção de um tipo racial perfeito, sobre os alicerces científicos do progresso hodierno, é sobre esta base que repousa a grandeza deste imenso Brasil. [...] Futuros professores de educação física, seja esta a nossa primeira aula. Já sabeis, por vosso estudo anteriores, ser a pedagogia a ciência da educação, e como tal, fundamentada na natureza da alma humana, obedecendo a princípios lógicos e concebendo um ideal de moralidade, para o qual forma a criança. [...] A primeira necessidade do homem é viver; a segunda é educar se, e por isto a educação física deve constituir a base de todo o processo educacional, porque a vida superior que ela proporciona, é a única compatível com as exigências da educação geral, mormente em se tratando da criança e do adolescente, pois sabido é, que, a idade escolar, é antes de tudo a idade do crescimento. [...] – proporcionemos a nossa mocidade, pelo cultivo equilibrado de suas faculdades, a satisfação imensa de viver, acompanhada de uma inclinação espontânea para o bem, para o belo, o verdadeiro, o útil, o grande, que tanto dignificam e engrandecem a personalidade, seja pois o nosso lema – ser integralmente forte, fonte, de corpo e de espírito, para fazer o Brasil forte. (DIÁRIO OFICIAL, nº 77, 1939, p.1).

Neste período, o discurso mostrou-se recheado das concepções Higienista/Eugenista que eram predominantes na época, pois sua essência baseava-se em preparar a sociedade de corpos fortes, saudáveis através da educação física.

Melo (2009) afirma que, a escola piauiense criou condições ao funcionamento, normalizada por leis e decretos, para cumprir as exigências que o governo federal determinava, utilizando, além da grade curricular, locais, materiais adequados e cuidando, ainda, da formação de seus professores, como assim o fez, segundo o próprio governo, com a capacitação dos professores de Educação Física.

3.3 - Primeiras turmas do Curso Especial Normal de Educação Física.

A primeira turma de professores de Educação Física formada em 10 de outubro de 1939, foi constituída de 16 formandos, sendo 14 do sexo feminino e 2 do masculino: Dagmar A. F. Mazza, Delzuita de O. e Silva, Delzuith P. Rios, Audir Fortes Rebelo, Francisca P. da Silva, Maria de Jesus Couto, Noeme Machado e Silva, Benjamin Soares de Carvalho, Francy F. de Araújo, Ivanise Abreu P. da Silva, Flora Angélica R. Couto, Antonieta Paiva, Aurora Portela Basílio, Maria Verbena Dobal, Lilásia Oliveira. Observa-se que entre os formandos posteriormente assumiu, a Inspeção de Educação Física, o professor Audir Fontes Rebelo e o Departamento de Educação, o professor Benjamin Soares de Carvalho, configurando a valorização dos referidos profissionais formados pelo curso especial de educação física. Os demais professores foram lotados nas escolas da capital e do interior, para exercerem o cargo de professor da disciplina Educação Física, normatizada pelo decreto lei de nº 237, de 17 de junho de 1939, estabelecendo as instruções ao funcionamento das aulas, nos estabelecimentos de ensino primário (PIAÚÍ DO, 1939, p. 4).

Com o crescimento do número de matrícula da rede estadual de ensino, houve a necessidade de contratação de professores, especialmente de Educação Física, o Interventor Federal, Dr^o Leônidas de Castro Melo, autorizou ao Departamento da Educação, através da Inspetoria de Educação Física, a inscrição da segunda turma do curso especial de Educação Física:

De ordem do Sr. Diretor deste Departamento de Ensino, torno público, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrição para a segunda turma do Curso especial em Educação Física no período de 25 de janeiro a 25 fevereiro de 1940 das 8:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 17:00 horas (DIÁRIO OFICIAL, 1940).

No Diário Oficial do Estado nº 266, de 30 de novembro de 1940, noticiada a formação da 2ª turma do Curso Especial de Educação Física no qual foram

diplomadas vinte e oito professoras, no salão nobre da Escola Normal Oficial. Na solenidade estiveram presentes o interventor Federal, Dr^o Leônidas de Castro Melo e demais autoridade, além dos familiares das alunas. Na ocasião, o Interventor Federal concedeu a palavra à oradora da turma, professora Nantildes Rocha de Sá, que proferiu discurso assim como ao paraninfo da turma. Finalizando a solenidade, o Interventor Federal assim procedeu:

entrega dos diplomas às novas professoras especializadas que, acompanhadas dos respectivos padrinhos e sob aplausos da assistência, todas felicitadas por S. Exa. Foram as seguintes, as concludentes do Curso Especial de Educação Física: Nantildes Rocha de Sá, Judite de Almeida Martins, Yolanda Beleza de Oliveira e Silva, Casilda Soares Ribeiro, Anatália de Carvalho Sá, Lídia Neiva de Anchieta, Doralice Soares de Oliveira, Antonia da Silva Medeiros, Lygia Ribeiro Soares, Delfina de Sousa Mendes, Alborina Carvalho de Sousa, Zoé Santana Daniel, Delma Portela Basílio da Silva, Maria José de Sousa Soares, Tecla da Costa Soares Boavista, Lina Maria de Lima, Maria Daysê Mendes Leal, Wanda Corrêa Lima, Valmira Napoleão, Maridete de Almeida Cruz, Isabel Moura Leal, Francisca Barboza e Silva, Regina Nonata Gomes, Maria de Lourdes Castelo Branco, Maria Filomena Mendes, Loyola Maria Cacilda Brandão Costa, Hermelinda de Sousa Ferreira e Maria Madalena Santos(PIAUI, D.O, 266, 1940, p. 6)

Em 1941, o Decreto Lei nº 7.365, de 10 de junho, o governo federal reconheceu o Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí, que já havia formado duas turmas de professores em 1939 e 1940. Curso este que apresentava uma grade curricular formada pelas disciplinas da área de saúde: Anatomia, Fisiologia Humana, disciplina da área pedagógica, sendo da área de Pedagogia: Metodologia, Ensino Prático e de disciplinas específicas, como Higiene, Biometria, Noções de Cinesiologia, História da Educação Física e Aptidão Física, atendendo à grade curricular da Escola de Educação Física da Universidade do Brasil. Que no mesmo ano diploma a 3^a turma com 6 professoras, Aurora M. Ribeiro, Maria da Conceição Waquim, Aracy de Castro Lima, Isabel Lula, Ecléia Frejat e Luizelina Araujo e Silva.

Em virtude do reconhecimento e com o fim de adaptar as exigências do Decreto-lei federal nº 1.212. de 17 de abril de 1939, a Divisão de Educação Física altera o plano de ensino pelo Decreto Lei estadual nº390 de junho de 1941, constituída das disciplinas:

Anatomia e Fisiologia Humana, cinesiologia, Higiene aplicada, Socorros de Urgência, Fisioterapia, Biometria, Metodologia da Educação física, História da Educação Física e dos Desportos, Organização da Educação Física e dos Desportos, Ginástica Ritmica, Educação Física Geral, Desporto Aquáticos, Desportos Terrestres coletivo, Desporto Terrestre individual e Desporto de ataque e defesa (PIAUI, DO 1942, p. 11).

Em 1942, o Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro: “Lei orgânica do Ensino Industrial” e seu artigo 26, estabelecia a obrigatoriedade da Educação Física nos cursos regulares do Ensino Industrial. O Decreto Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, consigna, em seu artigo 9º, a Educação Física como prática educativa obrigatória em todos os estabelecimentos do ensino secundário, até a idade de 21 anos. No artigo 43, regula a assistência médica e, no artigo 50, estabelece a frequência mínima para fins de prestação de exames finais. Em 1943, a Portaria Ministerial nº 126, de 3 de fevereiro (D.O de 5/2/1943, p.1.635), facultava aos portadores de certificados de licença ginásial, desde que atendessem amplamente ao que facultava o referido decreto (PIAUÍ, D.O, Nº77, 18/10/1939, p.6).

O Decreto-lei nº 5.343, de 25 de março, regulamenta a habilitação para o exercício da função de professor de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, especificando as instituições que, a partir de 1943, poderiam conferir diploma com direito a registro na Divisão de Educação Física.

Nesta perspectiva, o Governo do Piauí sentiu a necessidade de profissionais, já que a demanda de matrícula, tanto nos cursos primário, ginásial e secundário era crescente, autoriza um novo concurso de formação de professores de educação física e, em 6 de dezembro de 1943 o Departamento de Ensino, através da Inspeção de Educação Física, forma a quinta turma de professores pelo Curso Especial Normal em Educação Física, observando-se o mesmo fenômeno de procura pelo curso do sexo feminino. Em 6 de dezembro de 1943, o Diretor do Curso Especial em Educação Física, professor Benjamin Soares de Carvalho, diploma as professoras: Luzia Campos Silveira, Maria Jose Campos, Artusa Benvindo da Silva, Jaci Guimarães Carvalho, Maria José Soares, Lenir de Araújo, Almerina Nogueira Paula, Maria Ieda Cosson de Oliveira, Racema Ribeiro Piauilino, Nadir do Amaral Sobreira, Maria Francisca B. de Almeida, Nadir Lima de Souza, Maria das Graças Barbosa, Maria do Perpetuo Socorro Santos, Jacira Soares Gomes, e Ninfa Naide da Fonseca(PIAUÍ, D.O, 1943, p.4).

As formandas da turma apresentavam um percentual significativo do sexo feminino, acredita-se que seja pela mudança da concepção de uma educação física militarista, presente na década de trinta, para uma educação física mais higienista, eugenista, dentro de uma perspectiva da puericultura e de sua obrigatoriedade no ensino primário. Acrescenta-se a isso o interesse das normalistas em tornarem-se

professoras pela especificidade do curso com a formação em Curso Especial Normal em Educação Física.

Com o crescimento das matrículas nos cursos oferecidos pelo Departamento de Educação e a Expansão do ensino ginasial e secundário para o interior, e a inserção da Educação Física como disciplina obrigatória, é que em 1944, o Departamento de Educação forma uma nova turma de professores de Educação Física. Em 11 de dezembro de 1944, sob a presidência do Dr. M.S. Vaz da Silveira, no salão nobre da Escola Normal, diplomou-se as seguintes novas professoras de Educação Física: Aleyone de Freitas Calland, Isis G. Santana Martins, Maria da Penha Sá, Maria Nazareth Calland, Auristela de M. Trindade, Olinda da Costa Veloso, Onesina M. de Oliveira, Maria das Dores Barros, Luzia Ferreira da Silva, Aldenôra Rosa de Moura, Maria José Nunes, Jusselina A. Falcão, Elza Paiva, Raimunda de B. Pinheiro, Lívia Nogueira Oliveira, Maria Helena Oliveira, Ieta Ferreira de Freitas (PIAUÍ, DO, 1944).

A partir do ano de 1945, o Piauí deixa de oferecer o curso Especial de Educação Física e o governo federal passa a reconhecer e oferecer cursos através de bolsas, a partir de 1946. O Decreto-lei nº 8.777, de 12 de janeiro, dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário do Ministério da Educação e Saúde. No ano 1947, a Portaria Ministerial nº 77, de 13 de fevereiro, admite o registro, na Divisão de Educação Física, de diploma de instrutor de Educação Física, conferido a partir do ano escolar de 1943, pela Escola de Educação Física do Exército.

No ano de 1948, a Portaria nº 13, de 23 de maio, do Departamento Nacional da Educação, regulamenta o exame especial para a concessão de registro definitivo dos professores de Educação Física registrado provisoriamente na Divisão de Educação Física. Regulamentada pela portaria ministerial nº 590, de 11 de novembro (D.O.U de 13.11.48).

DaCosta (1999) afirma que a partir 1950 a Lei nº 1.153, de 4 de julho, estende as regalias de licenciado aos diplomados, até o ano de 1942, pelo Curso Normal da Escola Nacional de Educação Física e Desporto e por Escolas congêneres reconhecidas. E que:

Em 1953 a Portaria Ministerial nº 161, de 27 de março (D.O de 28 de março de 1953, p.5.476), determinava a obrigatoriedade de freqüência em Educação Física, fixando em dois o número mínimo semanal de sessões de exercícios físicos, com duração de cinqüenta minutos cada e dados com assistência médica. No período de 1956 a 1960, a Educação Física, passa por um estado de inércia no que se relacionava com o processo de formação de professores, de forma que a literatura não registra informações sobre a configuração desse profissional no processo de evolução no referido período histórico da Educação Física.(DACOSTA, 1999, p.187)

DaCosta (1999) descreve os fatos históricos significativos da formação de professores de Educação Física, afirmando que a partir de 1961, através da Portaria nº 18, de 20 de abril, divulgada no Diário Oficial na página 8.109, de 5 de setembro, onde o Departamento Nacional de Educação Física dispõe sobre o curso de medicina aplicada a Educação Física. Em 1962, através da Portaria nº 32, de 3 de outubro, da Divisão de Educação Física, dá nova estrutura ao Curso Básico de Educação Física por correspondência. Este tipo de modalidade de formação de professores de Educação Física no Estado do Piauí não esteve presente pelo fato de não haver Instituição de ensino superior que oportunizasse a formação de professores na modalidade Educação Física no Estado.

No parecer de nº 298, de 7 de Novembro de 1962, o Conselho Federal de Educação Estabeleceu os currículos Mínimos dos Cursos de Educação Física e Desporto. Neste ato normativo propôs a formação em nível superior do professor de Educação Física e do Técnico Desportivo em cursos de três anos, com organização curricular conforme a seguinte disposição básica:

I – Curso Superior de Educação Física

Anatomia e Fisiologia

Psicologia

Pedagogia

Cinesiologia

Higiene

Fisioterapia

Socorros de Urgência

Biometria

Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos

Ginástica

Desporto

Dança

Recreação

Matérias pedagógicas de acordo com o parecer nº 292/62, aprovado em 14 de novembro, estabelecia os currículos mínimo dos cursos de Licenciatura, homologados pela Portaria Ministerial de 4 de Dezembro de 1962;

II – Cursos de Técnica Desportiva, utilizando-se das disciplinas do curso I, acrescida das disciplinas do desporto e de disciplinas pedagógicas. Estes cursos foram ministrados em todo Brasil, na perspectiva de melhorar a formação dos professores de Educação Física e atender às exigências das escolas públicas e particulares e a Lei de Diretrizes de Bases 4.024/61, que tornava a obrigatoriedade da disciplina no contexto do currículo escolar em escolas primárias, ginásio e secundário preconizado pela própria LDB.

Em 1964, o Decreto nº 53.741, de 18 de março, dispõe sobre a execução do plano diretor de Educação física e do Desporto. Neste processo de regulamentação da formação do profissional de Educação Física, o Ministério estabelece através da Portaria nº 159, de 23 de junho, o período de duração dos cursos superiores de Educação Física em horas-aulas. A nova formação do Professor de Educação Física se expande e a política educacional contida na LDB de 1961, já previa a prática da Educação Física no sistema escolar, gerando profundas controvérsias quanto à sua implantação no decorrer dessa década.

Beltrami (2006) afirma que a reforma universitária abriu espaço para a não menos polêmica formação do profissional de Educação Física em nível superior. A reforma Universitária deu-se pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 e foi graças à reforma universitária que o curso de Educação Física foi integrado ao sistema universitário que passou a vigorar a partir de 1969. Mas isso não aconteceu sem ferrenha objeção por parte das instâncias superiores.

Beltrami (2006) ainda afirma que o interesse por uma reforma universitária era tanto dos professores e alunos, quanto do novo regime por motivos distintos. Professores e alunos buscavam a modernização da universidade, que a colocasse em sintonia com os problemas econômico-sociais tendo como objetivo responder aos anseios, os problemas da conjuntura política da época, na perspectiva de emancipação social.

O novo regime, aliado aos interesses das classes dominantes e do capital associado, buscava, com a universidade formar quadros que atendessem, a uma qualificação profissional correspondente à força de trabalho necessária à parcela da divisão de trabalho internacional que caberia ao Brasil. Como a história demonstrou, esta última foi vitoriosa, pela força. (BELTRAMI, 2009. p. 110)

Assim, a Educação Física na universidade se apresenta, de um lado, como prática obrigatória para os discentes e aparece explicitamente contemplada na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, através das alíneas b e c do artigo 40, que afirmam o seguinte:

Art. 40 – As Instituições de ensino superior: [...] b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos, c) estimularão as atividades de Educação cívica e de desporto, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais. (BRASIL, 1968, p. 10.369.)

Conforme DACosta (1971), citado por Beltrami (2006, p. 117) afirma que de 1925 a 1967, o país contava com 14 escolas de Educação Física, sendo 4 militares, 1 federal, 7 estaduais e 2 particulares. Apenas uma, dentre estas, se encontrava no âmbito universitário era a Escola de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil. Todas as demais, até 1967, funcionavam como escolas isoladas ou faculdades, independentemente do regime jurídico.

A partir da Reforma Universitária em 1968, esse quadro sofreu alteração, porque o art. 2º, da Lei 5.540 estabelecia: “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (BRASIL, 1968), citado por Beltrami, (2006, p. 117).

O que de fato aconteceu foi à expansão da educação privada prevista na Reforma Universitária, permitindo o isolamento dos cursos de Educação Física, invertendo a preposição da regra. Beltrami (2006) afirma que entre o período de 1968 a 1971 entraram em funcionamento mais de 42 escolas de Educação Física, sendo 1 escola militar, 2 federais, 4 estaduais, 4 municipais e 31 escolas particulares, responsáveis pela formação de professores. O diagnóstico de Educação Física e Desporto no Brasil, elaborado por Lamartine Pereira da Costa

(1971), não distingue quais instituições foram integradas às Universidades e quantas permaneceram como instituições isoladas, privadas ou públicas, neste período.

Embora seja evidente que a livre iniciativa tenha encontrado condições favoráveis quanto à formação profissional da Educação Física e Desporto, diante de uma demanda insatisfeita pelo setor público, há dois aspectos que necessitavam ser discutidos para delinear mais conclusivamente o fenômeno.

O primeiro deles refere-se ao Decreto-lei 705, de 25 de julho de 1969, que impõe a todos os níveis e ramos de ensino, a obrigatoriedade, essa anteriormente limitada, na prática, ao ensino médio. Mesmo não tendo sido viabilizado pela regulamentação respectiva, a perspectiva de expansão do mercado de trabalho deve ter influenciado o ritmo inusitado de instalação de novos estabelecimentos [...]. O segundo aspecto surge quando é focalizada a localização dessas novas Escolas localizadas no interior e mais 11 capitais de Estados, inclusive no Piauí com autorização da criação da Universidade Federal do Piauí pelo Decreto-lei 5.518 de 12 de novembro de 1968, com instalação em março de 1971 e funcionamento do curso de Educação Física em 1975, com a realização do vestibular de Educação Física, na modalidade licenciatura curta, com o objetivo de preparar professores para o ensino de 1º grau.

Beltrami (2006) afirma que a formação adequada aos novos licenciados de Educação Física era prioritária, porque o número de professores de Educação Física em exercício no ensino médio, em 1964, era de 1.792 especialistas, mas não com formação em nível superior, da forma como seria entendida a partir da Reforma Universitária. E havia ainda 2.101 leigos. Em 1970, o número de professores especializados passa para 6.359 e os leigos para 4.393 (COSTA, (1971), BELTRAMI (2006, p.120).

Era de se esperar o aumento de postos para a Educação Física, mas era preciso também não permitir o aumento de professores leigos. Esse problema persiste até hoje, ainda que seu número seja pouco significativo. Em 1968, 13 unidades da Federação ainda não possuíam curso de Educação Física e estes eram: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Piauí e Santa Catarina.

No Brasil, neste período, os 14 cursos de Educação Física existentes no país estavam assim distribuídos: 1 curso nos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Rio

de Janeiro, Paraná e Goiás. Com 2 cursos nos estados de Espírito Santo e Rio Grande do Sul e com 5 cursos o Estado de São Paulo (BELTRAMI, 2006 p.121).

O texto do artigo 30, da Lei nº 5.540/68 apressou a criação de novos cursos de Educação Física, principalmente naqueles Estados que ainda não existia o referido curso de formação porque estabelecia que:

A formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares far-se-á em nível superior (BRASIL, 1968, p.10433, BELTRAMI, 2006, p.120)

Cantarino Filho (1982), citado por Castelanni Filho (1988), afirma que mesmo com a criação de Escolas de Educação física no meio civil, o ensino da educação física era predominantemente marcado e ainda hoje sentimos o reflexo disso pela instituição militar. O caráter militar das escolas de educação física e a criação destas durante o período do Estado Novo nos ajudam a compreender porque a educação física dentro do ideário estadonovista era vista como “um poderoso auxiliar para o fortalecimento do Estado e um possante meio para aprimoramento da raça” (FARIAS JUNIOR, 1987, p.16).

Durante o Estado Novo, visando ao cumprimento dos artigos 131 e 132 da Constituição de 1937, a administração das atividades relativas à educação física ficava sob a responsabilidade da Divisão de Educação Física-DEF, criada no Estado Novo, Decreto Lei de nº 378, pelo Ministro Gustavo Capanema no Ministério dos Negócios da Educação Física e da Saúde Pública. É neste sentido que Farias Junior (1987), afirma que a criação da Divisão de Educação Física pode ser entendida como um fato marcante no processo de distanciamento da educação física das demais licenciaturas, uma vez que as questões relativas à educação física eram tratadas desvinculadas em relação aos assuntos da educação de um modo geral.

Para Taffarel (1993), os vínculos da educação física com o regime de caserna apontados nos estudos de Cantarino Filho(1982 e 1989) e de Farias Júnior (1987) legitimam as bases militares sobre as quais se formou a Educação Física, o que determinava o isolamento da Educação Física em relação as outras disciplinas da grade curricular e Taffarel afirma que:

Educação Física disciplina entendida como atividade prática que, no Brasil, nas quatro primeiras décadas do século XX, foi marcadamente influenciada pelos Métodos Ginásticos Europeus e pela Instituição Militar responsável pela formação de profissionais da área, até aproximadamente 1939, Esta formação delineou para a época um perfil do profissional de Educação

Física que o diferenciou dos demais profissionais do magistério. Tal diferenciação já se dava na formação acadêmica, onde se evidenciava a exigência menor para ingresso nos cursos de Educação Física, bem como durante o processo de formação que durava somente dois anos: exigia-se apenas o curso secundário fundamental. (TAFFAREL 1993, p.32).

Para Taffarel (1993), além da educação física se encontrar distante das demais licenciaturas, a variedade de terminalidade contribuía para aumentar o distanciamento entre os próprios profissionais da área.

Em 1945, ocorreu a primeira mudança que procurava aproximar a formação de professor de educação física das demais licenciaturas, com a alteração da duração do curso de dois para três anos. Mas, só na década de 1950, especialmente por pressão do movimento estudantil, é que se passou a exigir, para prestação dos exames vestibulares, o certificado do curso clássico ou científico.

Borges (2003) afirma que em 1962, dois pareceres foram aprovados pelo Conselho Federal de Educação, o Parecer nº 292/62, que relacionava o elenco de matérias pedagógicas – Psicologia da Educação, da Adolescência, da Aprendizagem, Elementos de Administração Escolar Prática de Ensino, na forma de estágio supervisionado para os cursos de licenciaturas; e o Parecer nº 298/62, que fixava o currículo mínimo dos cursos superiores de educação física, no qual apareciam, além da matéria Pedagogia, substituindo a disciplina Metodologia da Educação Física e do Desporto, as matérias pedagógicas de acordo com o Parecer 292/62.

A implementação dos pareceres emitidos em 1962, entretanto, não se efetivou na prática, e a formação em educação física continuou diferenciada das demais licenciaturas. Segundo Farias Júnior (1987), tendo em vista que as escolas de educação física seguiam um padrão curricular único, obrigatório, a idéia de currículo mínimo, como fator de descentralização e flexibilização, foi importante para o desenvolvimento da educação física naquele período, pois se tratava de uma tentativa de fugir do espírito centralizador vigente no Estado Novo. Dessa forma, as Escolas de Educação Física não dependiam de lei aprovada no Congresso Nacional para modificar seus currículos.

Após o golpe de 1964, as universidades brasileiras passaram por inúmeras modificações em decorrência dos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United states Agency for International Development – acordo MEC-Usaid,

os quais influenciaram os rumos e as reformas educacionais instituídas naquele período, nos três níveis de ensino: primário, secundário e superior.

Borges (2003) afirma, ainda, que desse período em diante multiplicaram-se as escolas de educação física nas universidades brasileiras. E o desporto de alto nível tornou-se o paradigma de toda a educação física. De acordo com Ghiraldelli(1988), a ênfase na técnica, no desporto de alto nível e na competitividade, que caracterizou fortemente os currículos das Escolas de Educação Físicas, nas décadas de 1960 a 1975, está vinculada aos projetos de tecnoburocracia militar e civil que chegou ao poder em março de 1964.

Borges (2003) ainda afirma que, em 1968, o diretor da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura (DEF/MEC) constituiu o grupo de trabalhos, sob a presidência da professora Maria Lenk, a fim de colaborar com a revisão dos currículos de Educação Física. Em 1969, o Conselho Federal de Educação emitiu a Resolução nº 69/69 e o Parecer 894/69 que previam o currículo mínimo para os cursos de formação de professores de educação física, com a respectiva carga horária das disciplinas e, finalmente, no mesmo ano, o CFE, por meio do Parecer nº 672/69, fixa as matérias pedagógicas comuns a todas as licenciaturas.

Farias Junior (1987) afirma, que com sete anos de atraso em relação à legislação (Parecer nº292/62 do CFE) e com trinta anos de sua legalidade é que a Educação Física aparece de fato, em relação às demais licenciaturas. Afirma ainda:

No final da década de 1970, com a reorganização dos movimentos sociais, amplia-se o debate em torno das questões relativas à formação de recursos humanos para a educação física. Enfatiza ainda a inadequação da Legislação federal e das determinações provenientes do MEC e do CFE à realidade brasileira. Dessa feita, o ponto central das discussões recaía no caráter inapropriado de um currículo mínimo obrigatório para todos os cursos de licenciatura – Resolução nº 69/69 do CFE e Parecer nº 894/69 do CFE – que, além de aprisionar as Escolas de Educação Física com contexto completamente distinto, encontrava-se inteiramente defasado em relação à nossa realidade educacional e cultural (FARIAS JUNIOR, 1987).

As reformulações curriculares que ocorreram nos cursos de formação de professores de educação física não constituíram grandes avanços para a área. Desse período em diante, observou-se um inchaço dos currículos, predominantemente na área esportiva e biomédica, bem como um visível investimento das Escolas de Educação Física em atender às demandas emergentes das transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Conforme Marinho (1952) a Constituição outorgada por Getúlio Vargas, a 10 de novembro de 1937, assinala o início de uma nova fase da Educação Física, que pela primeira vez na história passa a merecer destaque especial na Carta Magna do Brasil. Os artigos que direta ou indiretamente se relacionavam com o assunto previsto, são:

Art. 125.- A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos paes. O Estado não será estranho a esse dever, collaborando, de maneira principal ou subsidiaria, para facilitar a sua execução ou supprir as deficiencias e lacunas da educação particular;

Art. 127- A infancia e a juventude devem ser objecto de cuidados e garantias especiaes por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições physicas e moraes de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral, intellectual ou physico da infancia e da juventude importará falta grave dos responsaveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provel-as do conforto e dos cuidados indispensaveis á preservação physica e moral. Aos paes miseraveis assiste o direito de invocar o auxilio e protecção do Estado para a subsistencia e educação da sua prole;

Art. 131. A educação physica, o ensino civico e o de trabalhos manuaes serão obrigatorios em todas as escolas primarias, normaes e secundarias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses grãos ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência;

Art. 132. O Estado fundará instituições ou dará o seu auxilio e protecção ás fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude periodos de trabalho annual nos campos e officinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento physico, de maneira a preparal-a ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1937, p. 28-29)

Em janeiro de 1938, a Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde apresentou dois projetos de Decreto-lei, um dispondo sobre a educação Física e outro sobre o desporto nacional, cuja aprovação teria os seguintes resultados:

a- os estabelecimentos de ensino público ou particulares, possuiriam obrigatoriamente terrenos e locais apropriados aos exercícos físicos, com aparelhamento e material adequado [...] tudo de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional da Educação e Saúde. [...], c) – além da prática obrigatória dos exercícos físicos, nas escolas normais seria também obrigatório o ensino da técnica dos exercícos físicos [...] compreendendo as noções indispensáveis sobre os efeitos produzidos pelos exercícos físicos em crianças, sobre biometria, pedagogia e metodologia da educação física (MARINHO, 1952, p. 181)

Araújo (1996) afirma que 1939 foi o ano em que aconteceu a instalação da Inspetoria de Educação Física do Estado, órgão responsável, em nível estadual,

pela administração das atividades desenvolvidas no âmbito da Educação Física. Tanto a criação da inspetoria, quanto o início dos cursos são motivados pela obrigatoriedade imposta na constituição de 1937, que em seu artigo nº 131, determinava que “Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”

O Diário Oficial do Estado, datado de 4 de março de 1939, na sua página 1ª, divulga o ato do poder executivo, o Decreto nº 168 de 3 de março de 1939, com o seguinte teor:

Art. 1º - É criada a Inspetoria de Educação Física do Estado do Piauí, que funcionará diretamente subordinada ao Departamento do Ensino;

Art. 2º - A Inspetoria de Educação Física compete difundir, regulamentar e controlar a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino e manter um curso especial com o fim de habilitar o professorado ao ensino da mesma disciplina;

Art. 3º - O funcionamento do curso especial a que se refere o artigo anterior, será oportunamente regulamentado pela respectiva Inspetoria.

[...] § 1º - A designação para o cargo de Inspetor – chefe . somente poderá recair em um técnico devidamente habilitado; §2º - A nomeação do pessoal da Inspetoria de Educação Física, fica a cargo do Departamento de ensino;

Art. 6º - Até que seja estabelecido um método de educação física nacional fica adotado nos estabelecimentos de ensino, o Método Francês de Educação Física, por ser o mesmo racional, científico, moderno e eclético, perfeitamente adaptável ao nosso temperamento (PIAUI, 1939).

O Diário Oficial do ano IX, 50ª da República nº 71, de 27 de março de 1939, folha 6, através do Departamento do Ensino, e da Inspetoria de Educação Física divulga para a sociedade, e a quem interessar, a programação de ensino do Curso Especial de Educação Física e que no artigo 6º estabelece o currículo do curso especial de Educação Física, utilizando-se da mesma grade curricular e carga horária do curso ministrado pela Educação de Educação Física da Universidade do Brasil, constituída pelo Decreto Lei 1.212, de 17 de janeiro de 1939, com as seguintes disciplinas exigidas pelo artigo 4º do referido decreto: Anatomia e Fisiologia Humana; Cinesiologia; Higiene Aplicada; Socorro de Urgência; Fisioterapia; Biometria, consideradas disciplinas abrangentes à área da saúde, possibilitando conhecimento ao professor, competência e habilidade para desenvolver em suas aulas conteúdos que proporcionassem conhecimento ao aluno sobre a aptidão física e sobre a importância dos exercícios físicos na preservação de

um corpo saudável e com higiene, na perspectiva de atender à abordagem utilizada neste período pela Educação Física.

As disciplinas Pedagógicas, Metodologia da Educação Física; História da Educação Física e Desporto; Ginástica Rítmica; Educação Física Geral, Esporte Aquático, Desporto Terrestre individual, Desporto Terrestre Coletivo; e Desporto ataque e defesa, eram disciplinas que permitiam ao professor a formação para desenvolver as capacidades do aluno, assim como, suas habilidades e destreza para os esportes e o conhecimento por parte do professor na melhoria de sua prática pedagógica.

A determinação legal que fez emergir o primeiro curso no Estado do Piauí, provoca também a criação, em vários outros estados, de cursos com função similar. Face ao avanço pelo qual a Educação Física vinha sendo conduzida, essa determinação legal culmina com a implantação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto da Universidade do Brasil, marcando dessa forma a instalação do primeiro curso universitário na área de Educação Física.

Para Betti (1991) citado por Araújo(1996), a Educação Física, entre 1930 e 1945, experimentou novo e decisivo impulso em termos de realidade nacional, durante o governo de Getúlio Vargas, particularmente entre 1937 e 1945, o denominado Estado Novo. Politicamente, o governo que se instala após a Revolução de 1930 caracteriza-se pelo seu centralismo e intervencionismo na sociedade civil e na economia. Definido o papel que compete à Educação Física, naquele momento, a atenção volta-se à expansão de cursos para a preparação de pessoal técnico especializado visando ao cumprimento das finalidades preestabelecidas, porquanto, embora com outros fins, a massificação da prática da ginástica já integra os debates iniciados no começo do século.

Na realidade, no estado novo, conforme alerta Lucena (1994), citado por Araújo (1996, p.61), a saúde física do trabalhador brasileiro merece especial cuidado, diante do projeto de industrialização, que se fomenta no período. O autor exemplifica tal preocupação, quando cita o Decreto-Lei nº 1.713 de 28 de outubro de 1939, o qual dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União, cujo artigo nº 219 cita que a Educação Física “cuida do bem-estar, aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e famílias”, enquanto que o Parágrafo Único, item V, prevê a criação de centros de educação física e cultural com a finalidade de recreio, aperfeiçoamento moral e intelectual, também dos funcionários

e famílias, fora das horas de trabalho. Observa-se que, através de dispositivos jurídicos, a prática da educação física estende-se, cada vez mais à população, o que corresponde à preocupação dos órgãos públicos com o aperfeiçoamento do corpo do homem brasileiro.

Apesar do Piauí, durante o processo de industrialização não ter se fortalecido, a política de formação dos profissionais da área, ora analisada, ao longo do Estado Novo, era submetida às idéias defendidas em território nacional, uma vez que inegavelmente, as normalizações legais tinham esta abrangência. Araújo (1996) afirma que:

No Estado do Piauí a estagnação do setor industrial não exclui a importância do desenvolvimento da educação física, pois, além da preparação de mão-de-obra para o trabalho, persistem como funções tanto a eugeniização da raça como princípios de segurança nacional (ARAUJO, 1996, p.62)

Nos moldes estabelecidos pela Escola Nacional de Educação Física, conforme o estabelecido no artigo 4º, que fixava o curso especial de Educação Física com as disciplinas Anatomia e Fisiologia Humana, Cinesiologia, Higiene aplicada, Socorro de Urgência, Biometria, Metodologia da Educação Física, Historia da Educação Física e dos Desportos e Organização da Educação Física e dos Desportos.

O referido curso de formação de professores foi sancionado pelo ato do poder executivo através do Decreto-Lei nº 248, sancionado em 2 de março de 1940, que dispõe sobre a duração do ano letivo do Curso Especial de Educação Física e dá outras providências:

Art. 1º - O ano letivo do Curso especial de Educação Física abrangerá o período de 1ª de março a 30 de novembro;

Art. 2º - Haverá para cada disciplina três provas parciais no final do segundo, do quarto e do ultimo mês de aulas; § único – As provas parciais das disciplinas grupadas no ensino biológico e ensino pedagógico serão escritas e as provas parciais do Ensino prático serão atribuídas em provas escritas de composição de lição e práticas de execução e direção de lições;

Art. 3º - Os exames de fim de curso terão início de 1º a 15 de novembro;

Art. 4º - Haverá dois período de férias de 1 a 15 de julho e de 1º de dezembro a 28 de fevereiro;

Art. 5º - As professoras cuja receita.. [...] § único – As professoras matriculadas nas condições deste artigo e diplomadas pelo Curso Especial de Educação Física, servirão nos respectivos municípios, pelo prazo mínimo de cinco anos, no ensino de sua especialidade (PIAUI, 1940)

Nos anos seguintes, são ministrados outros cursos, sempre com o intuito de capacitar profissionais nessa área, e, portanto, ampliar o número de especialistas para atender à demanda crescente da disciplina educação física nas escolas públicas, primária, reunidas, secundária e normal, tanto na capital como no interior do Estado. De 1939 a 1969 a formação do professor de Educação Física se deu através de cursos especiais ministrado por instituições militares de cursos presenciais e de cursos por correspondências. (PIAUI, Relatório anual, 1969, p. 25)

O Decreto nº 705/69, provoca profundas mudanças na difusão da necessidade de formar rapidamente novos profissionais, e expande-se de forma veloz o número de vagas para os cursos universitários, especialmente de Educação Física, licenciatura curta oferecida pela Universidade Federal do Piauí, a partir de 1975.

Araújo (1996) afirma que os professores habilitados que aqui atuavam inicialmente foram formados pela escola de Educação Física da Universidade Federal do Brasil (hoje, UFRJ), pela Escola de Educação Física do Exército ou pelo curso da Escola da Polícia Militar de São Paulo. Uma forma de se atender a falta de habilitação de novos professores, seria a melhoria da qualificação através do treinamento de leigos já atuantes ou com afinidades, de forma a preencher tal lacuna, tão presente principalmente nas escolas públicas da capital e do interior, mesmo colocando em risco uma fatia importante do mercado de trabalho.

De forma objetiva, percebe-se que a Educação Física no Estado, no período em pauta, não sofreu mudanças significativas. Uma postura herdada, desde 1939, quando da criação do primeiro curso de formação profissional, isto é, apenas cumpre o prescrito nos dispositivos jurídicos. Diante da tomada de decisão de realizarmos a pesquisa e analisar a verdadeira função da Educação Física naquele momento histórico, constata-se que o Piauí incorpora as concepções ora desenvolvidas no Brasil, como se correspondessem, integralmente, a seus interesses e à sua realidade.

Certamente, alguns objetivos traçados para a área no contexto nacional contemplam os objetivos defendidos em âmbito estadual, mas a incorporação total, sem restrições e adaptações, exclui as peculiaridades estaduais e contrapõe-se à demanda das comunidades locais (ARAUJO, 1996, p.80).

Neste período da pesquisa, a Educação Física deixa de defender sua prática, como eminentemente educativa, e procura adaptar-se ao novo momento histórico. A formação dos professores de Educação Física passou pelo viés das teorias tradicionais da escolanovista e progressista, presente no período pesquisado e das abordagens da época considerada eugenista, higienista, militarista, tecnicista e competitivista no período histórico da educação física, de 1930 a 1975.

3.4 – Curso de formação Emergencial de professor de Educação Física 1969 – 1974

Neste terceiro momento deste capítulo, procuramos evidenciar como se deu a formação do docente de Educação Física no Piauí, de 1969 a 1975. Segundo Araújo (1996), com a promulgação do Decreto 705/69, registra-se significativa aceleração no processo de preparação da docência para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Piauí e que neste período foram ministrados diversos cursos emergenciais registrados em atas no Departamento de Educação Física.

O Curso de Educação Física e Arbitragem com carga horária de 96 horas-aula realizada no período de 19 a 27 de julho de 1971, no período de 12 de janeiro a 5 de fevereiro de 1972, foi realizado pela Secretaria da Educação e Cultura em convênio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob a coordenação do Professor Alcides Lebre e ministrada por professores de São Paulo a I jornada de Educação Física no Piauí, oferecida a 122 professores-alunos de Educação Física, dos quais a Professora Lucia Albuquerque Norberto e Maria do Socorro Almendra de Carvalho participaram efetivamente desse curso como forma de capacitação.

Segundo a Professora Lucia Lustosa Norberto(2010) afirma:

Quando comecei a trabalhar em 1973 no complexo Cristo Rei na Unidade Escolar Odilon Nunes fui ministrar aula de educação física nas séries de 1^a a 4^a, por conta do curso Emergencial em Educação Física que fiz oferecido pela secretária de educação que me dava o direito de ser professora de Educação Física (2010).

No período de 28 de novembro a 23 de dezembro de 1973, a Secretaria da Educação e Cultura em convênio com o Departamento de Desporto e Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, promove curso emergencial intensivo em Educação Física, com o objetivo de expandir a prática da educação física ao longo do Estado, preparando docentes com atuação em diversos municípios.

De 9 a 21 de dezembro de 1974, é ministrado o primeiro curso emergencial de recreação com 100 horas-aulas que visavam à preparação de docentes para atender à demanda oriunda dos cursos de polivalência, promovidos pela Secretaria da Educação e Cultura em convênio com o Departamento de Desporto e Educação Física do Ministério da Educação e Cultura a 250 professores leigos, cujo objetivo era repassar informações sobre jogos, atividades infantis e folclóricas.

Afirma ainda Araújo (1996) que embora pareça estranho, a forma como emergem os profissionais de Educação Física no Estado neste período, convém esclarecer que é uma prática bastante comum na época, em que as indicações políticas, as influências e conveniências faziam parte do cotidiano e que os profissionais indicados para participarem desses cursos configuravam-se a partir de indicação políticas.

Obviamente, todas essas questões explicitadas até então que revelam a situação da educação física brasileira como um todo, no espaço de tempo compreendido entre 1969 a 1974, repercute na preparação dos profissionais responsáveis pela educação física no Piauí. Essas influências decorrem das determinações legais, que além do alcance nacional, expressam de forma fechada as finalidades, cabendo, na maioria dos casos, aos estados, tão somente o cumprimento de prescrições. Aliás, neste período, como ainda não está implantado na Universidade Federal do Piauí, o curso de Licenciatura em Educação Física, a formação dos profissionais fica a cargo do governo estadual, através da Secretaria da Educação e Cultura que promove vários cursos, já anteriormente descritos, numa tentativa de responder à demanda provocada pela promulgação do Decreto nº 705/69.

Araújo (1996) afirma que os cursos emergenciais apresentavam uma predominância de conteúdos de caráter técnico sobre os da área pedagógica, embora com parte da carga horária destinada, a qual era trabalhada somente como suporte para o aperfeiçoamento de habilidades motoras, mesmo quando se sabia que os cursos destinavam-se à preparação de docentes e não de atletas e que os conteúdos apresentavam uma configuração para as modalidades esportivas, como voleibol, handebol, basquetebol, atletismo, dentro outros esportes, satisfazendo, assim, a tendência nacional em vigor que defendia as competições esportivas como

elemento que servia como válvula de escape às energias acumuladas pela classe trabalhadora.

Afirma ainda Araújo (1996): “com relação ao segmento estudantil, essa atividade associada à educação moral e cívica, além de funcionar como canal de escape contribuía para a veiculação e disseminação do pensamento conservador”, posta pelo regime militar, neste período.

A partir do Decreto 705/69 a formação profissional para a educação física, entre outros aspectos da discussão, recai sobre a consolidação de hábitos higiênicos, sobre o desenvolvimento corporal e mental harmônico, sobre o aprimoramento da aptidão física e sobre a conservação da saúde da população; questão já presente no ideário das décadas de 30 e 40 no cenário da Educação Física Brasileira. Neste contexto, Araújo (1996) afirma que a educação física forma docentes, garantindo as finalidades determinadas pelo poder no sentido de preparar os cidadãos brasileiros.

Neste sentido Beltrami (1992), citado por Araújo (1996), afirma:

Após o golpe militar, está em fase de implantação, não só uma nova estrutura político-econômica e social do País, mas também o processo de preparação do indivíduo moldado à nova estrutura. Como esta estrutura fundamenta-se no caso brasileiro, no capitalismo associado e dependente, o homem pensado, concretamente, é forjado na dinâmica das novas relações sociais. Aqui, a educação física também dá sua contribuição. Destreza, disciplina e competição, foram requisitos atribuídos a força de trabalho tão necessário ao momento histórico instalado no Brasil neste período (ARAÚJO. 1996. p.82).

A princípio, pode-se afirmar de que os professores de Educação Física no Piauí atuavam de forma alienante, no período em estudo. No entanto, fazendo-se uma avaliação rigorosa e mais ampla, mostra-se que tal fato não é privilégio desta Unidade Federativa. Ao contrário, alastra-se em todo o território nacional, pois a função da Educação Física foi estabelecida pelo governo, via recursos legais, que mesmo com os objetivos explicitados nos textos sempre deixou fluir, nas entrelinhas, a ideologia e concepções da Educação Física a serviço do poder. Contudo é necessário verificar formas de resistência dos professores da área a esse poder.

Beltrami (2001) afirma que até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 houve um amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro. Nessa lei, ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e o secundário. Até então, só existia uma obrigatoriedade legal da prática da Educação Física nas escolas prevista pela LDB de 1961, e não havia nenhuma

regulamentação. Esta somente vai ocorrer no final dos anos 60, e de forma mais acabada, com o Decreto nº. 69.450 de 1º de novembro de 1971.

A partir do Decreto nº. 69.450 de 1971, a Educação Física passou a ser considerada como a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolvem e aprimoram forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando. Em 1975, a Lei nº. 6.251 de 8 de outubro, vem tratar da Política Nacional de Educação Física e Desportos, e reza o que segue em seu art. 5º: O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- I - aprimoramento da aptidão física da população;
- II - elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III- elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- IV - difusão dos desportos como forma de utilização do “tempo de lazer”. A referida lei revoga uma anterior, de 1941, considerando que "a maior distorção institucional identificada no setor tem sido a dicotomia entre a Educação Física e o Desporto”.

3.5. – O curso de Educação Física na Universidade Federal do Piauí.

A Fundação Universidade Federal do Piauí, órgão mantenedor da Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei Federal nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, instalada em 01 de março de 1971 e regulamentada pelo Decreto-Lei Federal nº 656, de 27 de junho de 1969. A Universidade Federal do Piauí resulta da junção de escolas isoladas de ensino superior, existentes na época, quais sejam: Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, todas localizadas em Teresina - Piauí e Faculdade de Administração situada no município de Parnaíba – Piauí, ocorrendo o primeiro vestibular unificado em 1970, mantendo os cursos existentes oferecendo nove novos cursos.

No período da implantação da UFPI, sobre a égide do Decreto Lei nº 705, de 25 de junho de 1969, que alterou o artigo 22 da Lei 4.024/61 dizia que “Será obrigatório a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”. Apesar da

normalização, a única escola que cumpria este dispositivo legal era a Faculdade de Administração de Empresa, localizada em Parnaíba.

Com a unificação das instituições, a criação de novos cursos e conseqüentemente o aumento no número de alunos, a UFPI necessitava ampliar seu quadro de professores de Educação Física para garantir a prática desportiva. Os profissionais das escolas isoladas e mais a contratação de outros, formaram o grupo de professores que se responsabilizaram pelo ensino da Educação Física a ser ministrada aos discentes de todos os cursos da Universidade Federal do Piauí, neste período, como afirma o professor Conrado Nogueira Barros (2010):

Fui convidado juntamente com o professor Alcides Lebre e Anália Bucar, para ministrar aula de educação física aos alunos dos cursos oferecidos pela universidade e que observamos a necessidade de organizamos o projeto do curso em licenciatura curta em educação física para atender os nossos professores considerados leigos que ministravam aula nas nossas escolas públicas (2010)..

A implantação do curso de Educação Física na Universidade Federal do Piauí contou com a participação de três professores piauiense e quatro oriundos da região sul e sudeste somente com graduação. Como afirma Araújo (1996):

Profissionais egressos de escolas militares, de origens distintas, embora o currículo mínimo obrigatório em nível nacional constituísse imposição legal desde 1962, reestruturado posteriormente, em 1969, emerge um campo de heterogeneidade que transcende as concepções e metodologias de ensino repassadas a esses profissionais quando de sua formação, atingindo dimensões culturais presente no cotidiano de cada um (ARAUJO, 1996 p.101).

Araújo (1996) afirma que foram os docente-pioneiros que, após alguns anos trabalhando somente com a prática desportiva, iniciam a discussão sobre as possibilidades de instalação da licenciatura em Educação Física no Piauí, tendo como principais argumentos o aproveitamento do quadro de docentes, o aproveitamento das instalações utilizadas nas atividades físicas, bem como a utilização dos laboratórios dos cursos da área de saúde para as disciplinas biomédicas.

Mesmo assim, não obstante os fortes argumentos utilizados pelo grupo de estudo e a aparente concordância dos segmentos com o poder de decisão, dentro da IES, várias foram as etapas que precisaram ser vencidas, para a implantação do curso.

Somente em 1975, realizou-se o primeiro vestibular para o curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí, na modalidade de licenciatura curta, com o objetivo maior de preparar professores para o ensino de 1º grau para as escolas públicas do Piauí. No ano de 1975, corresponde o predomínio da Educação Física Competitivista, cujo início coincide com a formação de que seria a primeira turma de Educação Física, que segue com uma configuração de domínio militarista e dele incorpora dentre outras características, a hierarquização e elitização social.

Quando da regulamentação do currículo mínimo dos cursos de Educação Física, em 1969, a preocupação maior foi dedicada à formação do técnico esportivo. A Universidade Federal do Piauí apontou para esta configuração, ou seja, a formação em cursos de graduação que conferisse o título de Licenciado em Educação Física e para obtenção do título de Técnico de Desporto, bastaria ao aluno acrescentar mais duas matérias de cunho desportivo, Betti (1991) afirma que:

Os interesses do sistema esportivo ficaram garantidos também na formação dos recursos humanos, confundindo-se mais uma vez o Esporte com a Educação Física. Como resultado, tem-se um currículo pela esportivização e bastante superficial. Sob este currículo, expandiram-se os Cursos Superiores de Educação Física na década de 70" (BETTI, 1991. p.115).

O Parecer nº894/69, do Conselho Federal de Educação, que resulta na Resolução nº69/69, estabelecia o currículo mínimo para o ensino universitário de Educação Física, em todo o território nacional. Isto ocorreu pela necessidade de atender à questão legal, pois para o curso obter autorização a fim de funcionar e, posteriormente, ser reconhecido, era imprescindível preencher as exigências contidas na resolução, assim como optar pela peculiaridade de um curso de curta duração. O projeto estabelecia que:

“Art. 1º - A formação de professores de educação física será feita em curso de graduação que conferirá o título de licenciado em Educação Física e Técnico de Desporto;

Art. 2º O currículo mínimo será constituído pelas seguintes matérias:

1. Matéria Básica:

- Biologia
- Anatomia

- Fisiologia
- Cinesiologia
- Biometria
- Higiene

2. Matérias Profissionais:

- Socorro de Urgência
- Ginástica
- Rítmica
- Natação
- Atletismo
- Recreação
- Matérias Pedagógicas de acordo com o parecer 672/69.

Parágrafo único – A estas matérias serão acrescentadas mais duas escolhidas pelo aluno da lista de desporto oferecida pela escola para integrar o currículo, para obtenção do título de técnico desportivo” (Brasil, CFE, 1969).

Considerando a Resolução nº 69/69, os docentes da Universidade Federal do Piauí, após estabelecerem análise e a criação do curso em licenciatura curta em Educação Física(foto 5) e de acordo com a disponibilidade de recursos humanos e materiais, determinavam:

O currículo do curso de educação física para o 1º grau totaliza sessenta e nove (69) crédito, equivalentes a um mil trezentos e noventa cinco (1.395) horas a serem integralizadas em um ano e meio e, no máximo de quatro anos letivos, compreendendo: I – disciplinas obrigatórias do currículo mínimo contendo 56 créditos ou 1.110horas; II – disciplinas obrigatórias complementares contendo 11 créditos ou 240 horas; III – disciplinas complementares optativas, das quais o aluno cursará, no mínimo 2 créditos No total de 45 horas; A prática de ensino de educação física deverá ser realizada quando o aluno estiver cursando o último período do curso (UFPI, 1975)

O elenco de disciplina com sua respectiva carga horária e número de créditos está distribuída, como demonstra o QUADRO 1

QUADRO I ELENCO DE DISCIPLINA		
DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Biologia	1.1.0	45
Anatomia	2.1.0	90
Fisiologia	1.1.0	45

Cinesiologia	3.0.0	45
Biometria	1.1.0	45
Higiene Aplicada	2.0.0	30
Socorro de Urgência	1.1.0	34
Ginástica I	2.2.0	90
Ginástica II	2.2.0	90
Rítmica	2.1.0	60
Recreação	2.1.0	60
Atletismo	2.2.0	90
Natação	1.2.0	75
Estudo dos Problemas Brasileiro I	1.0.0	15
Estudo dos Problemas Brasileiros II	1.0.0	15
Psicologia da Educação	4.0.0	60
Didática	5.0.0	75
Prática de ensino em Educação Física	1.1.1	90
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES E OPTATIVAS		
DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Natação II	1.1.0	45
Atletismo II	1.1.0	45
Ginástica Olímpica	1.1.0	45

(Fonte, UFPI, ADAPTADO POR ARAÚJO (1975))

Neste contexto, percebe-se a ênfase dada pelo currículo às disciplinas biomédicas e às técnicas, percebe-se, ainda, que as disciplinas pedagógicas aparecem mais para justificar a nomenclatura do curso, do que por sua relevância no processo de formação, principalmente quando se analisa a concepção vigente competitivista e a tecnicista.

Afirma Ghiraldelli (1997) que a Educação Física Militarista, a Educação Física Competitivista, no período da década de 70, estavam a serviço de uma hierarquização e elitização social. Seu objetivo fundamental era a caracterização da competição e da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna. “Volta-se então ao culto do atleta herói”. Afirma ainda

Ghiraldelli (1997) a Educação Física competitivista advoga uma neutralidade em relação aos conflitos político-sociais.

Castellani (2000) citado por Albuquerque (2008) afirma que a concepção pedagógica de cunho “tecnicista”, primava pelo seu caráter fomentador de formação acrítica, tão somente centrada na busca da capacitação técnico-profissionalizante, originária de mão de obra qualificada e de conteúdo centrado nos esportes técnico-competitivos. Era o conteúdo central do currículo do curso de licenciatura curta em educação física oferecido pela Universidade Federal do Piauí

Aqui vale ressaltar que a criação do primeiro curso universitário, ainda em 1975, e a inserção dos graduados no mercado de trabalho dão origem a uma convivência nem sempre cordial, entre os novos profissionais e aqueles que respondem pela educação física no âmbito estadual, desde a obrigatoriedade de sua prática nas escolas.

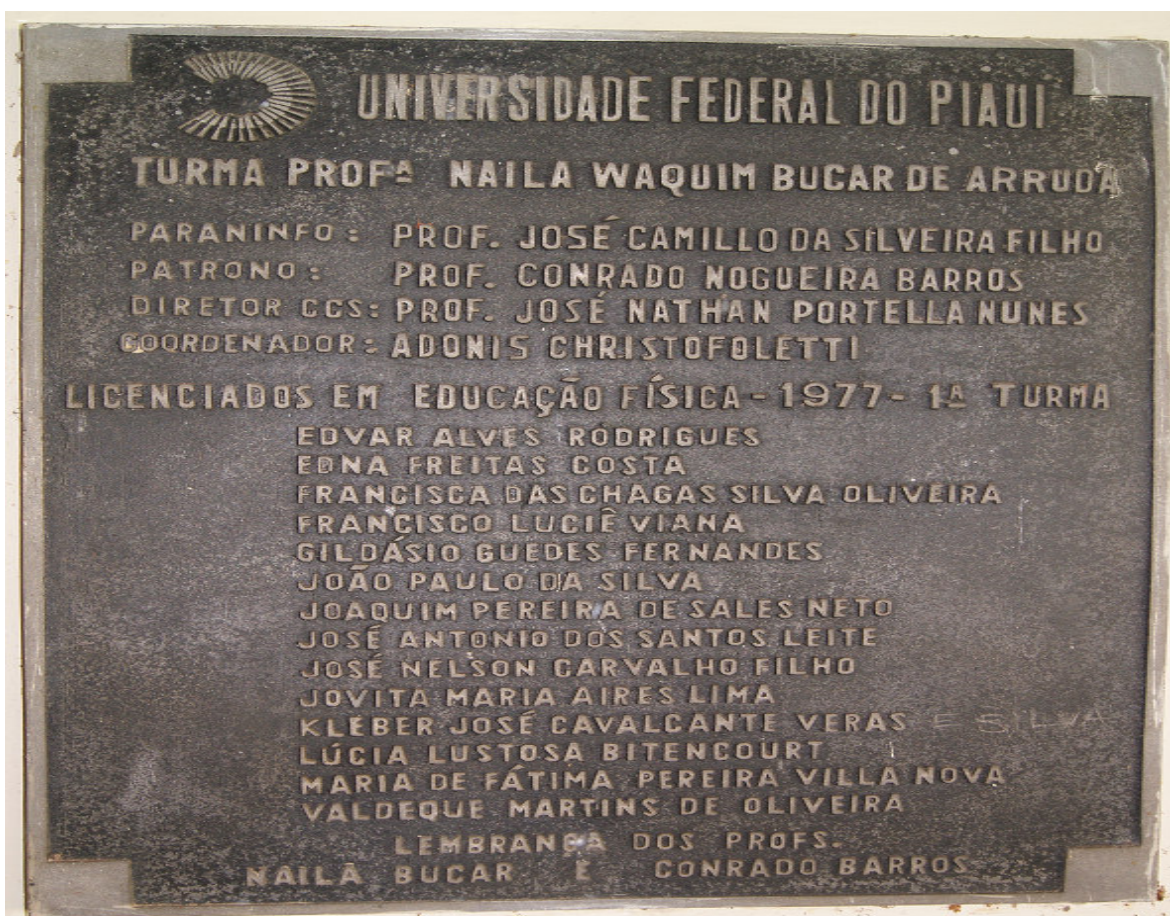
Diante disso, Araújo (1996) afirma que a década de 70, no Piauí, no que concerne à formação de profissionais na área, caracteriza-se por uma série de acontecimentos:

A criação do primeiro curso universitário com caráter de curta duração, a plenificação desse curso, a acentuada tendência competitivista que influenciava a prática e a formação dos profissionais, da expansão da esportivização em outros segmentos da sociedade influenciado pela concepção tecnicista, abrindo novos espaços de trabalho para os profissionais, extrapolando os muros da escola (ARAÚJO, 1996. p.112).

E é no panorama traçado e discutido até aqui que se desenvolveu o curso de Educação Física na Universidade Federal do Piauí. Destacam-se as dificuldades de diferentes ordens enfrentadas na evolução, os desafios, acertos e equívocos a ele impostos, cumpriram sua função, enquanto formador de profissionais da área de Educação Física no período de 1969 a 1975.

No ano de 1975 ocorre o primeiro vestibular para Educação Física na modalidade de Licenciatura curta e em 1977 a formação da primeira turma em Licenciatura Curta em Educação Física, da Universidade Federal do Piauí (foto5), e em 1977 a Universidade Federal do Piauí, oferece vestibular na modalidade de Licenciatura Plena em Educação Física, com a plenificação de alguns professores da primeira turma em Licenciatura Curta. (foto6).

Primeira turma de Educação Física –Licenciatura Curta – 1975



Fonte: Setor de Esporte da UFPI,

Foto 05

Destaca-se que da primeira turma de Educação onde concluíram 14 novos professores, todos atuaram como professores de Educação Física nas escolas públicas e privadas do Estado Piauí sendo que alguns retornaram a Universidade como professores do curso de Educação Física que podemos destacar a Professora Lúcia Lustosa Bitencourt e o Professor José Nelson Carvalho Filho. Com a implantação dessa licenciatura firma-se a formação de professores de Educação Física no Piauí na modalidade de licenciatura curta em 1975(Foto5) e de licenciatura plena no período de 1979.

1ª turma de Licenciatura Plena em Educação Física



Fonte: Setor de Esporte da Ufpi

Foto 05

4 CONCLUSÃO

A educação física no Brasil passou por diversos períodos que, por sua vez, possuíam diversas concepções relacionadas à função da própria educação física, da necessidade de evolução da formação do professor, bem como da maneira de trabalhar e ver a disciplina no contexto escolar. Realizar pesquisa sobre História, seja de um determinado tema, objeto, tempo ou mesmo a partir de determinadas fontes, implica sempre em um recorte orientado ou intencional, principalmente em função da delimitação de um problema que se buscou, na evolução do recorte temporal: a configuração e a trajetória da Educação Física como disciplina escolar, tanto no contexto das escolas de formação de professores, quanto na disciplina responsável pela formação da juventude de corpo sadio.

Todo esse processo de definição de nossa pesquisa foi enriquecedor, ajudando em nosso amadurecimento profissional e também pessoal. Foram períodos de fadiga e de desânimo, mas acima de tudo de descobertas. Durante a nossa trajetória fomos aos poucos descobrindo novos conhecimentos e valores através de contatos com documentos que jamais imaginávamos sua existência, tão próximos de nós e desconhecidos pelos profissionais de Educação Física.

No caso da nossa pesquisa, o recorte dado configura-se como um risco, pois escrever sobre a história de um determinado componente curricular dentro de um longo período significa passar por cima de fatos e complexidades que não acabam neste espaço de reflexão de configuração e de análise. Tratou-se aqui do que se poderia identificar a Educação Física oficial ou institucional. Neste trabalho, procurou-se compreender como a Educação Física foi institucionalizada e seus professores foram formados na relação com a condição de dispostos legais acerca da disciplina.

Concluiu-se, através dos capítulos elaborados, que à Educação Física como disciplina escolar, atribuiu-se também uma função cívica de desfile, campeonatos, formação do cidadão, sob a responsabilidade do professor de Educação Física. E que nas décadas pesquisadas observou-se ênfase a uma Educação Física voltada para a formação do homem saudável, do homem brasileiro, forjador de uma nova

nação de um país grande e de potência que precisava de homens de força de trabalho qualificado e fortes.

É importante se destacar que a História deve ser compreendida como um processo de construção ou desconstrução de sentidos e significados, portanto, como invenção do passado, já que o acontecimento é uma referência gnoseológica (validade do conhecimento), ontologicamente impossível de ser apreendido, não existindo assim uma verdade a ser alcançada. É importante ainda se destacar que os documentos utilizados nesta pesquisa com a função de escrever, de narrar os fatos, são também expressões de uma construção, portanto, também uma representação, e de uma configuração, não o fato em si.

E, por fim, é imprescindível se reconhecer que o universo da História é uma história reinventada, fixando os olhos no presente, indagando o passado. O que se pretendeu neste trabalho de pesquisa foi verificar e responder o nosso questionamento de como se deu a configuração da educação física no Piauí. Concluí-se que não foi diferente do restante do Brasil, do ponto de vista da legalidade, mas diferente na sua legitimidade.

Dados esses esclarecimentos é que, evidentemente, não se procurou deter nos estudos históricos como memorização factual, cronológica, ou mesmo dos personagens presentes nos documentos analisados. No entanto, foi nesta pesquisa histórica para reinventar o passado, procurando verificar, identificar evidências, encontradas pelos historiadores, que nos deu uma referencia para uma descrição da trajetória da Educação Física na instituição pública no Piauí. Neste contexto avaliativo a Educação Física como disciplina escolar, igualava-se às disciplinas, somente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61.

Acredita-se, portanto, que não é possível trabalhar uma investigação na sua totalidade, uma vez que o segredo da pesquisa científica está em proporcionar aos outros a curiosidade de realização de estudos a partir do objeto estudado. É com este objetivo que se pretende socializar o presente trabalho.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: Hirano, Sedi (org). Pesquisa Social: projeto e planejamento. 2ª ed. T.A Queiroz, São Paulo: 1979. p.182

AGUIAR, Olivette R.B.Prado. **Conceitos de Educação Física dos professores de Picos, à luz do paradigma sócio-histórico**. Teresina, Edufpi: 2002

ALBUQUERQUE, L.R. **Concepção e saberes da formação de professores em educação física no período de 1970 a 1990 e a relação entre saber e poder**. Dissertação de mestrado em educação apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Paraná: 2008

ARAÚJO, David Marcos Emérito. **A formação do professor de educação física no estado do Piauí: 1969-1995**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR: 1996

BELTRAMI, Dalva Marim. Dos Fins da Educação Física Escolar. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.12, n.2, p. 27-33, 2. sem. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/3743/2575>. Acesso em 15 de outubro de 2009.

BELTRAMI, Dalva Marim. **A educação física na política educacional do Brasil pós-64**, Marigá-Pr: Edem: 2006

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento: 1991

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **Formação e prática pedagógica do professor de Educação Física: A construção do saber docente**. Campinas, Papyrus: 1998..

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física/** Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, **Constituição Federativa dos Estados Unidos**, Brasília, 1937.

_____, Congresso Nacional. **Lei n.º. 4.024/61** (Diretrizes e Bases da Educação nacional), Brasília, 1961.

_____, Congresso Nacional. **Lei n.º. 5692/71** (Diretrizes e Bases da Educação nacional), Brasília, 1971.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: Papyrus, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 2002.

DACOSTA, Lamartine P. **Formação profissional em educação física, esporte e lazer no Brasil: memória, diagnóstico e perspectivas.** Editora FURB, Blumenau, 1999

FERREIRA NETO, Amarílio, (org). **Pesquisa histórica na Educação Física Brasileira,** Vitória.-UFES. Centro de Educação Física e Desporto: V-1: 1996.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista.** vol.10. São Paulo: Loyola, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Pesquisa histórica na educação física brasileira. IN:O método Francês e Militarização da Educação Física na Escola Brasileira. Vitória.-UFES. Centro de Educação Física e Desporto: V-1 p. 123: 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, Edunimcap: 1994

LOPES, A.P. C. (org). **As escolas normais no Brasil: do império à república.** 1ª edição. Campinas – SP, Alínea. 2008. V.1. 370p.

MARINHO, I. P. **Contribuição para a História da Educação Física no Brasil.** São Paulo: Cia. Brasil, 1943.

_____, I. P. **Curso de Educação Física.** São Paulo: Cia. Brasil, 1952.

_____, I. P. **História da educação física no Brasil.** São Paulo: Cia. Brasil, 1956.

_____, I. P. **História Geral da Educação Física** São Paulo: Cia. Brasil, 1980.

MELO, Salânia Maria Barbosa, **A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí.** Tese de doutorado apresentado a Universidade Federal do Ceará, 2009.

NORBERT, Elias. **O Processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro, V-1, Jorge Zahar: 1994 .

OLIVEIRA, V.M. **Historia da educação Física e do Esporte no Brasil: Panorama e Perspectivas,** 3ª ed. São Paulo: Ibrasa, 2006.

PIAUI, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1930

_____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1932

_____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1937

_____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1939

- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1940
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1941
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1942
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1943
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1944
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1945
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1955
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1961
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1934
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1969
- ____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1975
- PIAUÍ, Decreto Lei de nº 168 de 1939, Diário Oficial, Teresina-Piauí
- ____, Decreto Lei de nº 237, de 1939, Diário Oficial, Teresina-Piauí
- ____, Decreto Lei de nº 391, de 1941, Diário Oficial, Teresina-Piauí
- ____, Decreto Lei de nº 454, de 1941 Diário Oficial, Teresina-Piauí
- PIAUÍ, Relatório anual Interventor Federal Dr. Leônidas de Castro Melo, 1938
- ____, Relatório anual Interventor Federal Dr. Leônidas de Castro Melo, 1939
- ____, Relatório anual Interventor Federal Dr. Leônidas de Castro Melo, 1940

RESENDE, H.G. Reflexões sobre algumas contradições da educação física no âmbito da escola pública e alguns caminhos didático-pedagógicos na perspectiva da cultura corporal. **Revista Movimento**, v.1, n.1, p.20-8, 1994 a.

RESENDE, H.G. e SOARES, A.J.G. Conhecimento e Especificidade da Educação Física Escolar, Na Perspectiva da Cultura Corporal. **Revista Paulista de Educação Física, São Paulo**, supl.2, p.49-59, 1996. Disponível em: <http://www.usp.br/eef/rpef/supl2/supln2p49.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2009.

RESENDE, H.G. *et al.* Elementos constitutivos de uma proposta curricular para o ensino-aprendizagem da educação física na escola: estudo de um caso. **Revista Perspectivas em Educação Física Escolar**, v.1, n.1, p. 26-35. Niterói, 1997. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/revista-paulista-educacao-fisica-1996-n2>. Acesso em 28 de agosto de 2009.

SOLER, Reinaldo. **Educação Física Escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

SOUZA JUNIOR, Marcílio. **O saber e o fazer pedagógicos: a formação como componente curricular...? isso é história?**. EDUPE, Recife-PE: 2005

_____. **Livro didático - ensino de Educação Física** In: Breve historia da educação física na escola brasileira: refletindo sua inserção como componente curricular. João Bosco de Castro Guerra...[et al] – Natal-RN: Pandéia: 2005

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. (org). Metodologia do ensino de Educação Física. Cortez, São Paulo: 1992

.VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, Agosto de 1999. Disponível em: [http://cev.org.br / biblioteca/inicio-fim-seculo-xx-maneiras-fazer-educacao-fisica-escola](http://cev.org.br/biblioteca/inicio-fim-seculo-xx-maneiras-fazer-educacao-fisica-escola). Acesso em 15 de outubro de 2009.

5.1 – FONTES ORAIS

BARROS, Conrado Nogueira. Entrevista concedida a José Carlos de Sousa , Teresina, 2010

CARVALHO, Maria do Socorro Almendra de. Entrevista concedida a José Carlos de Sousa, Teresina, 2010

NOBERTO, Lúcia Lustosa Albuquerque. Entrevista concedida a José Carlos de Sousa, 2010.

6. - ANEXOS

PROJETO: Educação Física no Piauí: 1939-1975

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Piauí

ORIENTADOR: Profº Drº Antonio de Pádua de Carvalho Lopes

ENTREVISTADOR: José Carlos de Sousa

TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA

Eu _____ RG _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em ___/___/___/ para a Universidade Federal do Piauí para que José Carlos de Sousa possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle à Universidade Federal do Piauí que tem sua guarda.

Teresina, ___/___/_____

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Professor(a): _____

Local da entrevista: _____

Data ____/____/____

Início: _____ Término: _____

IDADE:

Após o curso de formação Quando iniciou como professor(a) de educação física

Qual a Escola ou Grupos Escola trabalhou

Trabalhou em outras escolas

Só Trabalhou na capital

Trabalhou no Interior? Qual cidade quanto tempo.

01 – Narre sobre suas experiências como aluno(a) durante a sua formação no Curso de Educação Física , destacando os seguintes aspectos:

1.1. Quais os conteúdos vivenciados nas aulas

1.2. Como eram sistematizadas as aulas

1.3. Como era a sua relação com os conteúdos e com seus professores.

2- Por que ou o que determinou sua indicação/seleção para o curso de formação em EF?

Quais os fatores que contribuíram para atuar como professor de Educação Física

3 – Durante o processo de formação inicial houve uma mudança acerca do entendimento que você possuía sobre as finalidades da Educação Física na Escola? Explique.

4 – Quais conhecimentos e/ou habilidades você considera que não foram contemplados na sua formação inicial.

5 – Relate as experiências mais significativas e que contribuíram nas atividades práticas, como por exemplos::

5.1 – Participou de algum curso complementar?Quais?

5.2 –Participou da organização de atividades como campeonatos, comemorações de datas cívicas, grupo de danças, outras atividades .

5.3. Como era a estrutura física da escola, (existência de equipamentos, quadras)

5.4. Como as aulas eram ministradas (horário, separado por sexo, obrigatoriedade de fardamento, obrigatoriedade na frequência, existência de avaliações)

6 – Quais as dificuldades encontradas para o exercício das atividades pedagógicas na escola?

Quais estratégias e atitudes você utilizou para superá-los.

